



TICYUrb '18

3rd international conference of young urban researchers

TICYUrb · vol. II

TRANSFEARCITY

IN-SECURITY, MIGRATION
AND RACISM

MANUEL GARCIA-RUIZ
HENRIQUE CHAVES
(EDITORS)



TICYUrb · Proceedings of the Third International Conference of Young Urban Researchers. Vol. II

TransFearCity

in-security, migrations and racism

TICYUrb · Proceedings of the Third International Conference of Young Urban Researchers

- Vol. I CollectiveCity: The Right to the City: 50 Years Later
(organizado por Manuel Garcia-Ruiz, Carolina Henriques e Henrique Chaves)
- Vol. II TransfearCity: In-security, Migrations and Racism
(organizado por Manuel Garcia-Ruiz e Henrique Chaves)
- Vol. III ProductCity: The City as a Product
(organizado por Manuel Garcia-Ruiz)
- Vol. IV Divercity: Diversity in the City
(organizado por Ana Oliveira e Manuel Garcia-Ruiz)
- Vol. V MetaCity: Ways of Thinking and Making Ciity
(Organizado por Sebastião Santos e Ana Catarina Ferreira)
- Vol. VI UCity: Utopias and Dystopias
(organizado por Carolina Henriques)
- Vol. VII FractalCity: The City Amid Policies
(organizado por Alessandro Colombo)

Manuel Garcia-Ruiz, Henrique Chaves (editors)

TICYUrb · Proceedings of the Third International Conference of Young Urban Researchers. Vol. II

TransFearCity

in-security, migrations and racism

Rafael Tavares
Gizem Ekin Çelik
Mehtap Çağlar
María Teresa Salcedo
Maria Cláudia Giroto do Couto
Lua Bittencourt
Maria Alves Ribeiro Baptista Mendes
Maria Manuela Ferreira Mendes
Amanda Lages de Lima
Wilza Gomes Reis Lopes
Karenina Cardoso Matos
Karina Martos
Zeynep Doğusan
Vera Ksiropita

Lisboa, 2018

© Manuel Garcia-Ruiz, Henrique Chaves (eds), 2018.

Manuel Garcia-Ruiz, Henrique Chaves (eds), 2018.

TransFearCity. In-security, migrations and racism

Primeria edição: Novembro 2018

ISBN: 978-972-8048-32-7

Composição (em caracteres Palatino, corpo 10)

Conceção gráfica e composição: Marta Almeida Santos

Capa: Marta Almeida Santos

Imagem da capa: Marta Almeida Santos

Reservados todos os direitos para a língua portuguesa, de acordo com a legislação em vigor, por Manuel Garcia-Ruiz e Henrique Chaves.

Contactos:

ISCTE, Instituto Universitário de Lisboa, Av. Das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa

Tel.: +351 217903000 • Fax: +351 217964710 E-mail: geral@iscte-iul.pt

Página: <http://www.iscte-iul.pt/home.aspx>

Index

Introduction

Manuel Garcia-Ruiz, Carolina Henriques, Henrique Chaves	1
1. The 300 Spartans in the city of God <i>O 300 de Esparta na Cidade de Deus</i>	
Rafael Guimarães Tavares da Silva	3
2. The Relationship between Biopolitics and Migration	
Gizem Ekin Çelik, Mehtap. Çağlar	13
3. Vigilancia, comunidades y el espacio en Colombia: perspectivas antropológicas.	
María Salcedo R.	21
4. O lado de fora: questões territoriais envolvidas na vivência feminina diante da prisionalização de familiares	
Maria Cláudia Giroto do Couto	36
5. O Direito à Cidade e a Questão do Gênero. <i>Uma Revisão Crítica</i>	
Lua Bittencourt	47
6. “A reabilitação do edificado como estratégia para a convivência interétnica e intergeracional - <i>Culturalidades</i>, um estudo de caso na zona da Graça, em Lisboa”	
Maria Alves Ribeiro Baptista Mendes, Maria Manuela Ferreira Mendes	56
7. A influência das políticas públicas habitacionais na expansão urbana, um estudo de caso em Teresina – PI.	
Amanda Lages de Lima, Wilza Gomes Reis Lopes, Karenina Cardoso Matos	74
8. De la mercadería del coin à chez l’Indien. <i>Une étude sur le commerce et la construction de l’altérité dans un quartier populaire de Lisbonne</i>	
Karina Martos	95
9. A Socio-Spatial Study on The Land Walls of Istanbul with the Example of Mevlanakapı Neighborhood	
Zeynep Doğusan	110
10. ‘The Postmodern City in Crisis: The Ferguson Uprising’	
Vera Ksiropita	122

Figures and Tables Index

Figures

3.1 Mapa de Bogotá D.C. (Alcaldía Mayor de Bogotá. Secretaría Distrital de Planeación, 2014)	22
3.2 Localidad de Los Mártires (Alcaldía Mayor de Bogotá. Secretaría de Gobierno, 2018b)	24
3.3 Localidad de Chapinero (Alcaldía Mayor de Bogotá. Secretaría de Gobierno, 2018a)	27
4.1 Mapa de pontos (cada ponto representa uma pessoa) mostrando a distribuição racial de pessoas no município de São Paulo (Gusmão, 2016).	39
6.1 Vista do complexo edificado a partir da Rua Angelina Vidal. (Mendes, 2017)	57
6.2 Delimitação da área de estudo, freguesia de São Vicente, a rosa claro; da zona de intervenção, antiga freguesia da Graça, a rosa; e do local de intervenção, na Rua Angelina Vidal, a rosa escuro (sem escala). (Bing Maps. Planta de Lisboa, Portugal, em Bing Maps. Consultado a 15 de Maio, 2016, de: http://www.bing-com/maps) Adaptado.....	58
6.3 Identificação, a cinzento, do novo edifício 3 proposto para o local, e a cor-de-rosa identificação dos edifícios 1 e 2 que serão reabilitados (Mendes, 2017)	67
6.4 Esquema das circulações e identificação do Programa de cada um dos edifícios da nossa estratégia de intervenção (Mendes, 2017)	69
7.1. Localização de Teresina no contexto nacional e estadual (Amanda Lima, Brasil, 2018).	76
7.2 Cartilha do Balanço Social do BNH divulgado pelo Ministério do Interior (Propaganda em Revista, 2015) ...	79
7.3 Conjunto habitacional Mocambinho, construído em 1982, em seus primeiros anos de ocupação. (Teresina Antiga, 2015).	80
7.4 Imagem aérea do conjunto habitacional Residencial Jacinta Andrade durante sua construção (GP1, 2016) ...	81
7.5 Mapa de Teresina comparando o perímetro urbano ao fim da década de 1960 com o atual e marcação dos conjuntos habitacionais construídos na cidade (Amanda Lima, Brasil, 2018).	83
7.6 Conjunto Morada Nova construído em 1988 de acordo com a tipologia de blocos residenciais multifamiliares (Piauí Hoje, 2017)	84
7.7 Sobreposição das rotas de ônibus que conectam o conjunto a outras regiões da cidade (Amanda Lima, Brasil, 2018).	85
7.8 Mapa de Teresina destacando a localização periférica do Residencial Jacinta Andrade assim como os vazios urbanos existentes entre ele e as áreas mais adensadas (Amanda Lima, Brasil, 2018).	85
7.9 Comparação da cobertura vegetal em 2007, antes da construção do Residencial Jacinta Andrade, e em 2013, após a construção do conjunto (Amanda Lima, Brasil, 2018).	86
7.10 Mapa com marcação das áreas institucionais equipamento urbano previsto para o Residencial Jacinta Andrade (Amanda Lima, Brasil, 2018).	87
7.11 Equipamento urbano da Área Institucional I (Amanda Lima, Brasil, 2018).	88
7.12 Equipamento urbano da Área Institucional II (Amanda Lima, Brasil, 2018)	89
7.13 Equipamento urbano da Área Institucional III (Amanda Lima, Brasil, 2018).	89
7.14 Equipamento urbano da Área Institucional IV (Amanda Lima, Brasil, 2018).	90

7.15 Equipamento urbano da Área Institucional V (Amanda Lima, Brasil, 2018).	91
7.16 Localização da unidade básica de saúde prevista do plano urbanístico do Residencial Jacinta Andrade (Amanda Lima, Brasil, 2018).	91
7.17 Estádio de futebol Levi Ezequiel com casas de taipa do bairro Chapadinha ao fundo (Amanda Lima, Brasil, 2018).	92
8.1 Le Largo Intendente, avec les nouvelles façades des immeubles, photo prise en juin 2017.	101
8.2 Rua do Benfornoso, photo prise en juin 2017.	101
8.3 Coiffeur d'origine asiatique (Hindou). Dans son mur, un mélange de différents symboles culturels et religieux, photo prise en juin 2017.	102
8.4 Ancienne « drogeria » tenu par une commerçante, 82 ans, d'origine portugaise, photo prise en avril 2017 ..	103

Tables

6.1 Atividades a partilhar com os idosos, na perspetiva dos imigrantes (Mendes, 2017)	65
6.2 Razões pelas quais os imigrantes gostariam de conhecer melhor os autóctones (Mendes, 2017)	66

Introduction

Manuel Garcia-Ruiz, Henrique Chaves

Cities are enclaves where the excluded inhabitants from "geographies of deprivation" enhance together, whether they be national (internal flows) or international (external flows); motivated by economic, geopolitical or even environmental factors. Today, the plurality of discourse on the "other" has been polarized, remarking a resurgence of xenophobic and ultra-protectionist movements. This situation is observable in the repositioning of several political parties and their constituencies, which manifest a new sensitivity to immigration policies, sometimes contaminated by fear and ignorance of the "other." Simultaneously, there is a sometimes inadequate or inefficient management regarding the capacity of receiving new migrants, creating situations of exclusion and segregation that favor the appearance of ghettos or marginal neighborhoods in the urban periphery. Emphasizing the heterogeneity of migrants, their plurality and difference, we find on the one hand what we might call "migrant elites" associated with highly skilled workers, or as alternatives the workforce with no qualifications. These diverse groups also experience different realities that must be considered. Regardless of the migratory group, they may participate in urban life, both as part of their integration and through their direct-participatory action.

In another hand, violence and insecurity are present in the daily lives of citizens, in different forms and intensities. These situations occur at different scales, from a micro-scale corresponding to interpersonal aggressions, such as school bullying; to a macro-scale, centered on abuses of power by large groups, corporations or institutions.

If sometimes the figure of the mediator or peacemaker gains importance, ensuring a balance that covers the interest of the parties in conflict, which is not always possible. Other times, the participation of the police and other law enforcement orders are inevitable. Surveillance and forms of prevention, investigation and intervention arise in a constant "combat" against threats that compromise the *status quo* of living in society. But, what happens when all these actors are unable to guarantee the wellbeing of people? What happens when these actors are responsible for the violence? Is it possible to measure the quality of life of city dwellers? Terrorism and radical groups

TransFearCity look at the cities and makes question regarding the insecurities, the raise of the "phobes" and the migrations, but still looking at other social problems that live in our streets, and in out everyday's life.

Sparta and Rio de Janeiro have more in common that what we expect. **Rafael Tavares** works in this comparison and reflects about the enslavement of the black population and the historical inheritance in certain social practices.

Gizem Ekin Çelik and **Mehtap Çağlar** work with the concept of bio-politics, and they try to understand how boundaries are rebuilt by immigrants, taking in consideration the recent events in forced migrations.

Citizens' security, the prohibitions and laws that configure implicit and explicit social knowledge, in Bogotá (Colombia) are presented here by **María Teresa Salcedo R** who review the stratification by social class in the city, legality and illegality, from an anthropological perspective.

Maria Cláudia Giroto Couto brings us a portrait of the stigma and segregation that suffer inmates of Brazilian prisons. The author describes here, thru a literature review, a geography of care, where gender takes importance and balance the inestable living of the male convicts.

Lua Bittencourt argues, in base of the work of Lefebvre and Harvey and other theoritist, that society and most part of governments still deal with gender inequalities that have not proved sufficient to guarantee women autonomy in the cities

Maria Alves Ribeiro Baptista Mendes and **Maria Manuela Ferreira Mendes** presents a case study: the neighbourhood of Graça in Lisbon. This paper tries to answer an important question: how can architecture be used to favorise coexistence between locals and migrants?

Teresinha (PI) has experienced in these last years an important urban, economical and demographic growth, similar to many other cities in Brasil. **Lages de Lima, Wilza Gomes Reis Lopes,** and **Karenina Cardoso Matos** explain the causes and review historically the reasons of today's mismatch between this growth and the social development in this town.

Karina Martos presents the case study of the Mouraria, one of the most diverse neighbourhoods in Lisbon. She reviews the different processes of gentrification and touristification that the Portuguese capital has experienced thru the lenses of the shopkeepers of this particular centric neighbourhood.

Relations between municipalities or any other political institution is not always easy. **Zeynep Doğusan** presents here the case study of the inhabitants of Mevlanakapı Neighborhood in Istanbul, where a dispute about the land use is going on due to decision of demolish a cultural heritage site for building a park.

Finally, **Vera Ksiropita** depict and conceptualize the uprising in Ferguson (US) in 2014. She analyses the dynamic connection between race and space in terms of representations, practice, symbolisms and transformations occurred during the contentious moment of the uprising.

The whole conference is on-line, but we invite you here to have a look to the TransfearCity session [here](#).

The 300 Spartans in the City of God

Os 300 de Esparta na Cidade de Deus

Rafael Guimarães Tavares da Silva¹ | gts.rafa@hotmail.com

Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras, Departamento de Literaturas Clássicas e Medievais

Abstract

In antiquity, Sparta practiced for more than four centuries the domination and enslavement of a neighboring population (the Messenians), employing them as labor for the most basic works of agriculture and general services. Meanwhile, they forbade (or deprecated) their rites, cults, artistic manifestations and kept them in a regime of constant vigilance. From this basic picture, I suggest a comparison with a nefarious aspect of the socio-historical reality in Brazil (more specifically of Rio de Janeiro), in order to propose a comparative reflection: the enslavement of the black population and the inheritance of that period are still felt in certain social practices. On the basis of the denunciation that such a comparison seeks to delineate, I shall advance a series of propositions which could be taken into account in order to modify this general framework.

Keywords

Enslavement; Ancient Sparta; Brazil; Violence.

Resumo

Na Antiguidade, Esparta praticou durante mais de quatro séculos o domínio e a escravização de uma população vizinha (os messênios), empregando-os como mão de obra para os trabalhos mais básicos da agricultura e na prestação de serviços, enquanto proibiam (ou menosprezavam) seus ritos, cultos, manifestações artísticas, e mantinham-nos num regime de vigilância constante. A partir desse quadro básico, sugiro uma comparação com um aspecto nefasto da realidade sócio histórica no Brasil (mais especificamente do Rio de Janeiro), a fim de suscitarmos uma reflexão comparativa: a escravização da população negra e a forma como a herança desse período ainda se fazem sentir nas práticas sociais. Com base na denúncia que tal comparação pretende explicitar, avançarei uma série de proposições que poderiam ser levadas em conta a fim de modificar esse panorama geral.

Palavras-chave

Escravidão; Esparta antiga; Brasil; Violência.

The title of my paper alludes to two well-known cinematographic references from popular culture: the one from *300* (Snyder, 2006), the American epic war movie based on the comic series of the same name by Frank Miller (1998); the other from *City of God* (Meirelles, 2002), the Brazilian crime film based on the homonymous novel

¹ I would like to thank Taís Freire de Andrade Clark, Júlia Leite Valente, Antonio Orlando Dourado Lopes, Gustavo Frade and Lorena Lopes da Costa for their comments on the first sketch of this text.

by Paulo Lins (1997). Besides their common origin – in popular culture – these references would hardly seem to share anything whatsoever: the one deals with King Leonidas and the 300 Spartans who faced the Persian “god-king” Xerxes and his invading army of more than 300.000 soldiers in 480 B.C.E.; the other depicts the growth of organized crime in a Brazilian suburb, between the end of the 1960s and the beginning of the 1980s. The oddity of these allusions, however, intends to suggest a somewhat deeper connection and structure underlying the historical periods and situations depicted in each one of them.

In order to advance this suggestion – as well as the interest in comparing such, at first, incomparable things –, I would like to quote some famous words of Walter Benjamin’s sixth thesis “On the Concept of History”:

Articulating the past historically does not mean recognizing it ‘the way it really was.’ It means appropriating a memory as it flashes up in a moment of danger. Historical materialism wishes to hold fast that image of the past which unexpectedly appears to the historical subject in a moment of danger. The danger threatens both the content of the tradition and those who inherit it. For both, it is one and the same thing: the danger of becoming a tool of the ruling classes. Every age must strive anew to wrest tradition away from the conformism that is working to overpower it. (Benjamin, 2006).²

Even if I may run the risk of not recognizing the past “the way it really was”, at least I intend to articulate it historically, so to wrest tradition away from its conformism in dealing with its own history. Having this elucidation in mind, I want to approach the two aforementioned historical situations from a particular angle: that is, from the perspective of submitted populations who were largely responsible for provisioning their respective societies with their labor.

In Sparta, the full citizens were a minority called the *Homoioi* [Equals], while the majority was made by the ones in charge for working the land and caring for livestock: these were the Helots.³ This name means “the conquered ones” and it alludes to their enslaved condition, according to which they had the lowest social status and a perpetual task of providing their Spartan masters with everything they might need (Baltrusch, 2010). While traditional history defends that the Helots were mainly composed by Messenian peoples conquered during the Archaic period by Sparta – as these conflicts are depicted in Tyrtaeus’ martial elegies, for example⁴ –, recent historians have been questioning the historicity of the so-called Messenian Wars, even to the extent of denying the very existence of a people and a region under this name in the 8th and 7th centuries B.C.E. (Luraghi, 2002). In any case, it is undeniable that the institution of helotry constituted one of the main pillars of this society, as it is recognized even by one of the “revisionists” of the standard version about Spartan’s ancient history and society:

It was the helot labour force which permitted the existence of Sparta as a free city and, though these labourers might often be treated with brutal disdain, Spartans did not in consequence regard helots as some sort of recurrent problem: helots were a facility rather than a disability, a facility which enabled Spartiates to devote their attentions to the competition for pre-eminence within the citizen body and the Spartan state to be the chief military power on the Greek mainland. (Whitby, 1994).

² Translated by Harry Zohn. Cf. Benjamin, 1980.

³ Besides these two groups, there was an intermediary one composed by people called *Perioikoi* [the neighboring ones] (Baltrusch, 2010).

⁴ For more details, cf. Adkins, 1985; Baltrusch, 2010; Brunhara, 2014.

The social structure developed in Sparta was responsible for highly reinforcing such militaristic tendencies (Jeanmaire, 1939). The main values defended by the elite class – as they were interiorized by their members – were closely associated with discipline, virtue in battle and self-sacrifice for the city (Loroux, 1977). The Spartiates spread these ideals as the common soil of the people worthy of being considered “Equals”, that is, of the full citizens of Sparta. At the same time, however, they reinforced their “equality” by way of opposition through comparison with the Helots’ inferiority.

Taking into account some ancient testimonies about Spartan attitudes towards the Helots, one may understand the sociocultural strategies developed to seclude, control and abash them throughout so many centuries of slavery and humiliation:

The Spartiates impose every kind of insulting employment on the Helots, such as brings with it the most extreme dishonour; for they compel them to wear caps of dogskin, and cloaks also of skins; and every year they scourge them without their having committed any offence, in order to present their ever thinking of emancipating themselves from slavery. And besides all this, if any of them ever appear too handsome or distinguished-looking for slaves, they impose death as the penalty, and their masters also are fined for not checking them in their growth and fine appearances. And they give them each a certain piece of land, and fix a portion which they shall invariably bring them in from it. (Ath. 14.74, 657d).⁵

And in various different ways the Spartans were harsh and cruel to the Helots. For instance, they would force them to drink too much strong wine, and then introduce them into their public messes, to show the young men what a thing drunkenness was. They also ordered them to sing songs and dance dances that were low and ridiculous, but to let the nobler kind alone. [5] And therefore in later times, they say, when the Thebans made their expedition into Laconia, they ordered the Helots whom they captured to sing the songs of Terpander, Alcman, and Spondon the Spartan; but they declined to do so, on the plea that their masters did not allow it, thus proving the correctness of the saying: ‘In Sparta the freeman is more a freeman than anywhere else in the world, and the slave more a slave.’ (Plut. *Lycurgus* 28.4-5).⁶

It is clear that the Spartans imposed utterly degrading practices upon the Helots in order to humiliate them and distinguish their “inferior” existence from what would have to be considered the right conduct of the right citizens. The compelled wearing of animal skins, the physical punishments with no apparent reason, the arbitrary killing of the most prominent Helots, the imposition of ridiculing practices and the interdiction of participating in traditional customs are some of the strategies developed by the Spartans to dehumanize their slaves. Such strategies would reinforce the social structure not only from the perspective of the “superior” Spartans, but also from the “inferior” Helots, since they would represent their differences as something inherent to their very natures (Ducat, 1974).

The paroxysm of this trend leads to the reality of a very brutal practice established in Sparta and alluded to by Myron’s testimony just quoted. Plutarch puts it in much clearer terms when he writes about the *krypteia*.⁷

⁵ Translated by C. D. Young.

⁶ Translated by Bernadotte Perrin.

⁷ The *krypteia* is a very debated topic in Ancient studies. For some references, cf. Jeanmaire, 1939; Vidal-Naquet, 1968; Ducat, 1974; Whitby, 1994; Baltrusch, 2010.

[2] This secret service was of the following nature. The magistrates from time to time sent out into the country at large the most discreet of the young warriors, equipped only with daggers and such supplies as were necessary. In the day time they scattered into obscure and out of the way places, where they hid themselves and lay quiet; but in the night they came down into the highways and killed every Helot whom they caught. [3] Oftentimes, too, they actually traversed the fields where Helots were working and slew the sturdiest and best of them. So, too, Thucydides, in his history of the Peloponnesian war, tells us that the Helots who had been judged by the Spartans to be superior in bravery, set wreaths upon their heads in token of their emancipation, and visited the temples of the gods in procession, but a little while afterwards all disappeared, more than two thousand of them, in such a way that no man was able to say, either then or afterwards, how they came by their deaths. [4] And Aristotle in particular says also that the ephors, as soon as they came into office, made formal declaration of war upon the Helots, in order that there might be no impiety in slaying them. (Plut. *Lycurgus* 28.2-4).⁸

Even if this late testimony had been questioned as a trustworthy source for events prior to the 5th century B.C.E. (since Plutarch seems to be supported only by Thucydides, Plato and Aristotle), I believe this text clearly suggests the way Spartans saw Helots during the Classical period and, probably, before and after this time also. Social practices and prejudices have very long-term patterns that are difficult to change or recreate. The idea of declaring war annually against them – in order to avoid the pollution implied in any regular murder – is in agreement with the ambiguities inherent to the Helots' position in Sparta:

- they were the main source of labor to provide society with subsistence, but, at the same time, they were regarded as the lowest and most despicable people of all;
- they were considered inferior people, but, at the same time, they were feared and treated with harshness in order to keep their inferiority perpetually so.

The existence of such a brutal and secret institution as the *krypteia* – an institution constituted by the most insightful Spartan young men of military age – is a manifest indication of the deep tensions running through that society. If it would seem paradoxical that the status of these young soldiers was not so different from the one of the Helots – since so many of Spartan practices were shared by both of them⁹ –, this paradox would encapsulate the hidden truth that constituted the structure of this society: the Helots were not inherently different from the Spartans. This difference had to be created, repeated and constantly reinforced. The creation of a “national enemy” – as the ephors' annual declaration of war upon the Helots indicates – is responsible for developing a radical estrangement from the other and this estrangement is internalized as if it were inherent to their own natures. It comes as no surprise that Helots' lives started to be regarded as utterly disposable from the Spartan perspective – since some Helots would seem to put in check the basic beliefs and structures of this society – and the shedding of their blood became the sacrifice required for the maintenance of such beliefs and structures (Vernant, 1987).

In Brazil, it is possible to suggest that three main divisions structure the social arrangement of this country, with a minority as an elite and a large number of people as lower class (comprising the low workers and what Jessé Souza

⁸ Translated by Bernadotte Perrin.

⁹ For more details, cf. Ducat, 1974; Vernant, 1987.

calls “scum”). Between them there is also a considerable number of middle class people (Souza, 2017). Even if the names of these social divisions may have varied throughout Brazilian history, the proportion of its constituents and the structure underlying their relations were roughly kept unaltered from the colonial times up to the present republic (Schwarz, 1988).

This social arrangement is a result of the Portuguese invasion, conquest and colonization of large territories in South America. This long process of exploration starts with an immense genocide of indigenous peoples and a continuous sequestration of African populations, all of them enslaved in order to provide cheap labor to exploit the soil and its raw materials.¹⁰ These facts shaped Brazilian history and society, being inherently related to innumerable ills that haunt its institutions to the present day: the problem of this colonial heritage had never been properly faced by Brazilian authorities and, as a result, the same structures of oppression are constantly being restored under new names (Souza, 2017). In other words, since these primordial acts of genocide and slavery have never been discussed and elaborated as a public question, Brazil still preserves a genocidal and slavery policy.

In any case, when slavery was formally abolished in this country, in 1888, no measure was taken to propose the division of the fortunes accumulated by the slave-owning classes or to assure the real insertion of the freed slaves in the job market. Actually, the Brazilian official policy went quite in the opposite direction: the government encouraged the immigration of foreign labor and abandoned the lower class Brazilians to their own fate (Schwarz, 2012). It comes as no surprise that this moment saw the formation of the first shanty towns in Brazil, with masses of people starting to build their houses in uninhabited and undesirable regions – albeit their location was relatively close to the urban centers that were beginning their process of industrialization (Pacheco de Oliveira, 2014; Valente, 2016).¹¹

In any case, the great amount of labor concentrated in these shanty towns cheapened the costs with “low” workers allowing the concentration of fortunes in the hands of a few, while deepening the misery of the majority. This situation constituted – and constitutes up to the present day – one of the main pillars of Brazilian society (Souza, 2017). In order to reinforce this social arrangement, the ruling class adopted a series of measures to ascertain their own values of law and order against what they considered the savagery and disorder of the lower classes: these measures involved eugenic policies as well as criminalization of popular practices of African matrix. Amongst the outlawed practices, one may mention, for instance, capoeira, samba, umbanda and candomblé.¹²

This public persecution of popular practices and beliefs (generally of African origins) had practical implications upon the life of thousands of people and it resulted in secluding, controlling and abashing them. The greatest problem, however, is that this public project operates even today: the attempts to criminalize funk and the actual criminalization of the Brazilian typical graffiti (called “pixação”) are the clearest examples of this policy (Facina, 2013). As one of the effects provoked by the adoption of such policies, one may count the deep segregation of spaces and cultures. The image of a split city operates with its full force in many Brazilian centers and in no other

¹⁰ Cf. Borges, 2018; Pacheco de Oliveira, 2014.

¹¹ Dealing with the ambiguities of this convergence between urbanization and industrialization in peripheral areas, Henri Lefebvre (1996: 71) says: “Such is also the general case of Latin American and African cities encircled by shanty towns. In these regions and countries old agrarian structures are dissolving: dispossessed or ruined peasants crowd into these cities to find work and subsistence.”

¹² For more details, cf. Pacheco de Oliveira, 2014; Valente, 2016.

place with more visible consequences than in Rio de Janeiro, where the militarization of public security plays a terrible role in maintaining the same old structures of oppression (Valente, 2016).

The fear of a popular uprising oriented (and orients still) the behavior and strategy adopted by the police in dealing with the lower classes. According to Jessé Souza (2017), killing a black person has never been a problem in the eyes of a racist society like the Brazilian one. The genocide practices employed by the government have the support of considerable portions of the population,¹³ especially from the high and middle classes (Soares, Batista, Pimentel, 2008; Karam, 2015). With the excuse provided by the politics of the “War on Drugs” (imported from the United States in the 70’s and 80’s), it became easy to declare war on drug-dealers, criminalize the inhabitants of shanty towns and justify any number of abuses committed in the name of this war.¹⁴ The creation of a “national enemy” – that is, the drug-dealer – worked marvelously to employ the higher classes’ fear of the poor in order to formalize a public policy already employed in the country. The discourse of order seems to legitimate offensive raids, vexatious approaches, the reversal of the burden of proof, home invasions and the most perverse expressions of racism and class prejudice (Pacheco de Oliveira, 2014).

The paroxysm of this trend leads to the reality of a very brutal institution established in Rio de Janeiro – and, nowadays, in other Brazilian centers – that is called BOPE (Battalion of Special Police Operations), that is, a battalion of military policemen charged of ostensive operations, comparable to the SWAT (Special Weapons and Tactics). As it has been stated in a novel written by former members of this group:

With the BOPE there is no adjustment, there is no business. And it is not to brag, but we are the best urban warfare troop in the world, the most technical, the best prepared, the strongest. It is not me who is saying; the Israelis come here to learn with us; the Americans too. This quality is due to many factors, one of which is this: nowhere in the world can you practice every day.

We are about 150 men, approximately. Whenever we wanted to increase this number, it went wrong. It is not easy to join the BOPE. This I can guarantee. It is not for everyone. We have a fucking pride of the black uniform and our symbol: the knife nailed to the skull. The crooks tremble in front of us. I will not deceive you: with the crooks, there is no appeal. At night, for example, we do not take prisoners. In the night raids, if we run into a bum, he goes to the ditch. I know this policy was not correct. Now, there is no way. We kill or die. (Soares, Batista, Pimentel, 2008).¹⁵

The increasing levels of violence between the police and the criminals are due to this construction of a “national enemy” whose danger ought to be eliminated by the power of the bullet. One of the most astonishing examples of such a policy was the establishment, in 1995 (during Marcello Alencar’s government of the State) of an economic gratification for policemen of Rio de Janeiro engaged in “acts of bravery”. It is not a coincidence that the lethality levels in confronts with suspects of crimes increased so much after the establishment of this “western gratification” (as it came to be called).¹⁶

¹³ A recent research showed that the idea according to which a criminal ought to be killed is shared by 44% of the Brazilians (Mena, 2015).

¹⁴ About this issue, cf. Martins, 2013; Karam, 2015; Valente, 2016; Borges, 2018.

¹⁵ The translation is mine.

¹⁶ For more details, cf. Mena, 2015.

The insanity of this civil war – besides stipulating a perpetual state of exception with all its dire consequences for the poor segments of the population (Martins, 2013) – becomes even clearer when it is noted that black men, wearing black, kill and are killed by black men (Freixo, 2015). The number of deaths amongst policemen and “suspects” of crimes (including also civilians discretionarily accused by the police of being suspects of crimes) is extremely high in Brazil and this number becomes even more astonishing when one takes into account that, in 2012, 54% of them were young people and 77% of them were black.¹⁷

he most part of the policemen notices and comprehends the absurd of this situation.¹⁸ They understand their ambiguous role in society, as both guarantors of the civil order (from the perspective of the higher classes) and perpetrators of the civil oppression (from the perspective of the lower classes). They also understand the complexities of this arrangement. But, as I said before, social practices and prejudices have very long-term patterns that are difficult to change or recreate. The policy of “war on drugs” – and also against the inhabitants of shanty towns associated with criminal activities – is in agreement with the ambiguities inherent to the lower classes’ position in Rio de Janeiro (and in Brazil):

- they are the main source of labor to provide society with subsistence, but, at the same time, they are regarded as the lowest and most despicable people of the society;
- they are considered inferior people, but, at the same time, they are feared and treated with harshness in order to keep their inferiority perpetually so.

The existence of such a brutal institution as the BOPE – and of the military police in general – is a manifest indication of the deep tensions running through that society. If it would seem paradoxical that the social class of the policemen is not so different from the poor people oppressed by the State, this paradox would offer the opportunity for an important reflection: Brazilian people ought to stop this civil war in order to investigate the real interests behind it. Some ways by which this objective could be attained might include the legalization of drugs, as it has already started with success in many countries around the world, the demilitarization of police and a gradual abolition of the penal system.¹⁹

Since the most part of the people affected by this insane war is poor and black, it is important to question the idea that a deep moral cut would divide this people between the “hardworking” ones, on the one hand, and the “crooks”, on the other (Souza, 2017). The means of this oppression and its targets are both composed by the same people of the lower classes and they are all victims of a system that exploits their deaths to make a profit (Pereira, 2015; Valente, 2016): only in 2013, according to the Brazilian Public Security Yearbook, 2.212 people were killed by Brazilian police, while 490 policemen lost their lives in the same year.²⁰ These numbers are terrifying by themselves – and even more when compared with the statistics of other countries – because they reveal that Brazil is one of the most lethal regions in the world, having had 54.269 homicides only in 2013 (Mena, 2015).

¹⁷ For more details, cf. Anistia Internacional, 2015; Mena, 2015; Pereira, 2015.

¹⁸ In the words of former members of the BOPE, cf. Soares, Batista, Pimentel, 2008.

¹⁹ For more details, cf. Freixo, 2015; Karam, 2015; Mena, 2015; Mingardi, 2015; Pereira, 2015; Soares, 2015; Valente, 2016; Borges, 2018.

²⁰ The harshness of the life of a policeman in Rio de Janeiro is well recognized by Pacheco de Oliveira (2014) and Soares (2015).

Perhaps the comparison with ancient Spartan society and history may suggest a way that Rio de Janeiro – and Brazil – could employ to deal with the problems of deriding the same people you depend upon or of humiliating this very same people you fear the most. After the Spartan defeat in the Battle of Leuktra, in 371 B.C.E., a considerable amount of Helots revolted against their masters and founded another city for them. It is not clear if they restored an ancient Messenian identity, prior to their submission under the Spartans – be it a radically different culture (Baltrusch, 2010), be it in continuity with the Lacedaemonian one (Ducat, 1974) –, or if they created a new Messenian identity *a posteriori* (Luraghi, 2002). In any case, the fact is that the foundation of Messene was made possible by a vigorous affirmation of their cultural values and practices in order to mobilize its people for the struggle towards social liberation.

Having this paradigmatic solution in mind, I close this text quoting the words of a Brazilian black woman, whose work has been important for many of the considerations suggested here:

We change nothing, absolutely nothing, by ourselves. As we learn with the black feminist thought, with the teachings of our ancestors, empowerment is something that we build together. There is no possibility of overcoming the shackles of so profound a structure of oppression like racism without a collective struggle. (Borges, 2018).²¹

References

- Adkins, A. (1985). *Poetic Craft in the Early Greek Elegists*. Chicago: University of Chicago Press.
- Anistia Internacional. (2015). *Você matou meu filho!: homicídios cometidos pela polícia militar na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Anistia Internacional.
- Athenaeus. (1854). *The Deipnosophists*. Transl. C. D. Yonge. London: Henry G. Bohn.
- Athenaeus. (1927). *The Deipnosophists*. Transl. Charles Burton Gulick. Cambridge; London: Harvard University Press; William Heinemann.
- Baltrusch, E. (2010). *Sparta*. München: Verlag C. H. Beck.
- Benjamin, W. (1980). Über den Begriff der Geschichte. In W. Benjamin, *Gesammelte Schriften*, (pp. 691-704). Frankfurt am Main: Suhrkamp.
- Benjamin, W. (2006). On the Concept of History. In W. Benjamin, *Walter Benjamin Selected Writings Vol. 4: 1938-1940* (pp. 389-400), Cambridge; London: The Belknap Press of Harvard Press.
- Borges, J. (2018). *O que é encarceramento em massa?* Belo Horizonte: Letramento; Justificando.

²¹ The translation is mine.

- Brunhara, R. C. M. (2014). *Elegias de Tirteu: poesia e performance na Esparta Arcaica*. São Paulo: Humanitas.
- Facina, A. (2013). *Tamborzão: olhares sobre a criminalização do funk*. Rio de Janeiro: Revan.
- Freixo, M. (2015). Prólogo – Polícia e direitos humanos. In B. Kucinski (et al.), *Bala perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação* (pp. 11-12). São Paulo: Boitempo.
- Karam, M. L. (2015). Violência, militarização e ‘guerra às drogas’. In B. Kucinski (et al.), *Bala perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação* (pp. 33-38). São Paulo: Boitempo.
- Lefebvre, H. (1996). *Right to the city*. In H. Lefebvre, *Writings on cities* (pp. 61-181). Oxford: Blackwell Publishers.
- Lins, Paulo. (1997). *Cidade de Deus*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras.
- Loraux, N. (1977). La « belle mort » spartiate. *Ktèma. Civilisations de l’Orient, de la Grèce et de Rome antiques*, 2, 105-120.
- Luraghi, N. (2002). Becoming Messenian. *The Journal of Hellenic Studies*, 122, 45-69.
- Martins, J. V. N. (2013). Políticas públicas de guerra às drogas: o estado de exceção e a transição do inimigo schmittiano ao *homo sacer* de Agamben. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, 10(1), 249-259.
- Meirelles, F. (Dir.). (2002). *Cidade de Deus* [Motion picture]. Brazil: O2 Filmes; Globo Filmes.
- Mena, F. (2015). Um modelo violento e ineficaz de polícia. In B. Kucinski (et al.), *Bala perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação* (pp. 19-26) São Paulo: Boitempo.
- Miller, F. (1998). *300*. Milwaukee: Dark Horse Company.
- Pacheco De Oliveira, J. (2014). Pacificação e tutela militar na gestão de populações e territórios. *Mana*, 20(1), 125-161.
- Pausanias (1918). *Description of Greece*. Transl. W. H. S. Jones. Cambridge; London: Harvard University Press; William Heinemann.
- Pereira, Cel. Í. (2015). Os lírios não nascem da lei. In B. Kucinski (et al.), *Bala perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação* (pp. 39-44), São Paulo, Boitempo.

- Plutarch (1914). *Plutarch's Lives*. Transl. Bernadotte Perrin, Cambridge; London: Harvard University Press; William Heinemann.
- Schwarcz, L. M. (2012). *Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira*. São Paulo, Claro Enigma.
- Schwarz, R. (1988). *Ao Vencedor as Batatas: Forma literária e processo social nos início do romance brasileiro*. São Paulo: Livraria Duas Cidades.
- Snyder, Z. (Dir.). 2006. *300* [Motion picture]. United States: Legendary Pictures; Virtual Studios; Atmosphere Pictures; Hollywood Gang Productions.
- Soares, L. E. (2015). Por que tem sido tão difícil mudar as polícias? In B. Kucinski (et al.), *Bala perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação* (pp. 27-32), São Paulo, Boitempo.
- Soares, L. E.; Batista, A.; Pimentel, R. (2008). *Elite da tropa*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Souza, J. (2017). *Elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: Leya.
- Valente, J. L. (2016). *UPPs: governo militarizado e a ideia de pacificação*. Rio de Janeiro: Revan.
- Vernant, J.-P. (1987). Entre la honte et la gloire. *Mètis. Anthropologie des mondes grecs anciens*, 2 (2), 269-299.
- Vidal-Naquet, P. (1968). Le chasseur noir et l'origine de l'éphébie athénienne. *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, 23(5), 947-964.
- Whitby, M. (1994). Two shadows: Images of Spartans and Helots. In A. Powell & S. Hodkinson (Ed.), *The Shadow of Sparta* (pp. 87-126), London; New York: Routledge.

The Relationship between Biopolitics and Migration

Gizem Ekin Çelik | gizemekin@gmail.com

Ankara University, Graduate School of Social Sciences, Journalism Department

Mehtap Çağlar | caglarmehtap@gmail.com

Ankara University, Graduate School of Social Sciences, Journalism Department

Abstract

In this paper, migration will be analyzed in accordance with Foucault's biopolitics concept. In recent years, international migration has become one of the most important issues of international politics. The Western nation-states have developed policies to strengthen the control mechanisms to stop migration and immigrants, who considered a threat to them. Policy developments to control and limit immigration, of the nation states, which are threatened by the growing, lasting immigrant population, cannot stop immigration. Foucault's biopolitics, which he sees as the level of technologies, mechanisms and techniques of power, is quite functional as this power type tries to understand this process. This paper will try to understand how this boundary is rebuilt by immigrant deaths in everyday life. The importance of the normality built upon those fragile lives will be emphasized to understand our era.

Keywords

Immigration, Foucault, governmentality, biopower, biopolitics

Immigration is an individual or mass movement in the form of a residential unit, group or political boundary, from one specific piece of land to another, crossing administrative boundaries, permanently or for a long time. International migration²² has become one of the most important issues of international politics in recent years. Economic integration in the framework of globalization has removed the borders and made all countries related to each other. This, coupled with the development of communication and transportation, has facilitated people's mobility, temporary and permanent travel from one location to another, and cross-border connections. The century we live in witnesses the most intense and the fastest transformations of human history, and the flow of history continues to accelerate with each passing day. The wheels of social history are turning around by adding human society, and are shaped on the common destiny of these people.

One of the important features of our century is the globalization of migration. The immigrant has become a transnational role, moving from national to multinational, becoming an international actor who moves linearly from the *source* country to the *target* country. Transnationality refers to the multifaceted social relations established by connecting the source and target country societies, which do not finish the migration adventure in

²² The reason for the fact that international migration is one of the few issues that lead to exciting discussions is partly due to many other problems - such as economics, geography, politics, national security, culture, language and even religion. This combination further complicates the design of policies that bring immigrant populations to the highest levels, the countries they settled in, the countries they leave behind and the immigrants themselves.

the coming country. These networks of associations linking societies will reveal new immigration adventures and will permanently shape the immigration process.

As “one of its basic elements” of capitalism has also undergone a qualitative change besides quantitative concentration with the phenomenon of migration, post-cold war globalization. The problems of local and nation-state encountered in daily life with the phenomenon of globalization have reached an international appearance. While nation-states gain new functions against the supranational state such as the United Nations or the European Union, they have to consider the “transnational social spaces” within which immigrants act. Immigrants in different legal statutes embody social networks that link places with sophisticated communication technologies and low-cost means of transport. Immigration patterns such as legal immigration, illegal immigration, asylum movements and human trafficking mediate people over their borders on these networks. For this reason, international migration is now “transgovernmental” rather than “transnational”. Transgovernmental areas are people, networks, communities, and organizations that transcend governmental boundaries.

The power of these transnational networks has weakened with the perception of migrants as criminals, a security issue after 9/11. (Butler, 2005). The western nation-states to which immigration has directed have begun to develop policies to strengthen the immigrants they see as a threat to them and their control mechanisms to stop migration. The ease provided by global networks that connect societies led to the resilience of all control mechanisms, as well as the global economic downturn and the labor market needs for labor, despite all the immigration. Immigrants could not be stopped, they crossed their obstacles and continued their journey

After the Second World War, immigrants, commodified as labor exports in the developed countries, pioneered the influence of societies on each other as they continued to relate to the communities they came to, and supranational networks. This interaction led to the emergence of immigrants who, while approximating the societies, were defined as “the other” within the national constellations, excluded and thus lost their security. On the other hand, the increased use of illegal roads across the border, along with globalization, led migrant workers to work in unregistered sectors, pushing immigrants into environments where criminal cults dominate, leading to a perceived security problem in developed societies.

The development of policies that want to control immigration, which limits the immigration of nation states that lose their homogenous structures with the increase and permanentization of immigration population, pushes the illegalism to not stop immigration. Surveys relate to the desire of immigrants and criminal relations to gain social status and status in the country in which they live. Immigrants have the influence of the opportunity structures they have in their success. When these opportunity structures combine with the “normality” they gain in the society they live in as immigrants, the “alienation” path leads to criminal behavior.

To be able to understand this notion of “normlessness” and “alienation” we need to define the point of biopower. As for Foucault’s biopower (2003b, p. 241), which he regards as the level of power technology, mechanics and techniques, this power becomes distinctive, especially at the beginning or end of wars. The wars are no longer carried out in the name of the ruler who must be defended; in the name of everyone exists; the peoples are prepared for the necessity of their lives to kill each other. The massacres were vital. It can be said that the former killing or allowing the right to live has taken its place in survival or death. It establishes the influence of power over life and

this life lasts; death is the limit, so death becomes the most secret, most “special” spot of existence. This power over life has developed in two forms; the body’s decency, the enhancement of its abilities, the uncovering of its powers, the parallel development of its obedience with its usefulness, its integration with its effective and economic control systems. All of this is ensured by the methods of power that shape the disciplines. The anatomy-politics of the human body (Foucault, 2003, p. 101-2)

Prosperity, birth and death rates, level of health, lifetime and all the conditions that can affect them are important; their responsibility is borne by a series of interventions and regulatory inspections: this is the biopolitics of the population. Body disciplines and population regimes constitute the two poles in which the power over life is organized around their surroundings. The former killing force, symbolized by the ruling power, is now abandoned to the management of the bodies in a meticulous manner and to the operation of life as a calculator (Foucault, 2004, p. 52). Throughout the classical era, different disciplines - language, schools, colleges, wineries, workshops - are developed and at the same time problems of fertility, long life, public health, housing and migration are identified in the field of political practices and economic observations; that is, to obey the bodies and to control the masses. Thus, a “biopower” age begins. Foucault claims that biopower is an indispensable element in the development of capitalism; because capitalism has been tried to be ensured by the fact that bodies are inserted into the production apparatus in a controlled manner and the population events are adjusted according to the economic processes.

In a report of a study conducted by the Mediterranean Migration Society and Bilgi University²³, bio power, is historically described as emerged as the result of rapid urbanization. But not limited with this sociological phenomena. It is also a new political technology. The whole of theories and resolutions of the state’s empowerment and empowerment for the prosperity of its subjects are covered within this concept (Foucault, 1997b, p. 70).

The main focus is the object of all this new political technology as the population. The population should be the largest and most active for the state’s power. This is why it is important to carry out a series of preventive measures against health, birth and population diseases. Foucault relates the emergence of Polizeiwissenschaft in Germany to the absence of a large centralized state, or to the lack of territorial control of the land (Foucault, 1997b, p. 74).

Other aspects of a similar context that are related to biopolitics are also seen in the context of social medicine, public hygiene, and the concepts of Medizinische Polizei (medical police) (Foucault, 1997a, p. 71). Michel Foucault (2000) defines the concept of governmentality as the art of political power, as a whole, or as the art of power, that it can use to sustain its power. Governance and governmentality, population and health problems overlap with biopolitics-related grasp and allow the state to develop rational techniques or tools. The building, which monitors the individualized body in the hospital, also builds practices for the whole health of the population.

Each form of power relies on a systemic management technique that is unique to behave and live in a certain way. Foucault says that the administration is an art of influence / guidance that allows individuals to shape, direct, correct, and change their individual actions collectively or collectively, thus guiding them and thus guiding them. More clearly, management is “the right order of things”.

²³ www.akdenizgocder.org/raporlar/bilgiuniversitesi_gocarastirmaraporu.pdf

Foucault draws the boundary between classical power and modern power over the arrangements of these two different forms of power. For a long time, one of the characteristic privileges of sovereign power was the right to decide life and death. But in modern period, as Foucault describes as follows:

This model of power: centered on the body as a machine: its disciplining, the optimization of its capabilities, the extortion of its forces, the parallel increase of its usefulness and its docility, its integration into systems of efficient and economic controls, all this was ensured by the procedures of power that characterized the disciplines: an anatomo-politics of the human body. (1978, p. 139)

In the modern period, power is a “life-ruling power” while the power of the pre-modern period uses power to abstain or to kill directly. This is the goal of power. It is the discipline of the body and its life in accordance with the political rationality.

At this point it should be noted that *government* is a concept that cannot be equalized or reduced to the *state*. Foucault considers the state not as the producer and center of power relations but as a consequence of them. Constitutions that appear to be the center of power exist only as a consequence of the power mechanisms in operation. Unlike sovereignty, the important point in administration is that instead of imposing laws on people, it is up to the population to direct them to a certain political rationality. Rabinow (1984, p. 48) said that we have been able to see what forms of power relations were conveyed by various technologies; whether we are speaking of productions with economic aims, or institutions whose goal is social regulation, or of techniques of communication. For example, disciplines, both collective and individual procedures of normalization exercised in the name of the power of the state, demands of society or of population zones.

Biopower is a form of power that regulates social life from its interior, following it, interpreting it, absorbing it, and rearticulating it. Biopower, thus, refers to a situation in which what is directly at stake in power is the production and reproduction of life itself. (Hardt & Negri, 2000, p. 23-24). Mechanisms that relied on pressure and force-relieving mechanisms have been taken to ensure safety by calculating and controlling risks.

Biopower -a horizon of the hybridization of the natural and the artificial, needs and machines, desire and the collective organization of the economic and the social- must continually regenerate itself in order to exist (Hardt & Negri, 2000, p. 389).

In this context, social problems have begun to be dealt with the understanding of risk management. In the face of risks, the individual has to take the necessary precautions, fulfill his responsibilities and struggle with the risks on his own. The assurance against risks is mostly indexed to the power of payment. Therefore, it is necessary to question the extent to which the right to life of those who do not have enough power is available.

In terms of determining which bodies are worthwhile and which are worthless, the basic measure is how the biopolitics of the period work. Biopower is another name for the real subsumption of society under capital, and both are synonymous with the globalized productive order. (Hardt & Negri, 2000, p. 365).

In the neo-liberal period, biopolitics operates through the market mechanism, which determines whether the survival and reproduction of life is economically “rational”. Along with the notion of security society, significant changes have taken place in the ways in which social problems such as unemployment and poverty are handled.

It has been aimed to draw the issues to a more “sustainable” rate than a real solution, and it has taken a viewpoint that the solution of socialization of problems is seen as the only address of “solution” of the individual field.

While problems such as unemployment, crime and poverty are handled on a political and social level in the social state period, they are coded as technical, practical and financial problems in the neo-liberal period. Individuals are no longer defined as “producers” citizens, but as “consumerists”, with the choice and preference possibilities and mainly social issues being personalized.

Foucault provides two examples to illustrate neo-liberalism’s linking of analytical and programmatic schemes: the theory of human capital and the analysis of criminality (Lemke, 2001, p. 198). Neo-liberalism removes the limiting, external principle and puts a regulatory and inner principle in its place: it is the market form which serves as the organizational principle for the state and society (ibid, p. 200).

Individuals need to act according to principles of efficiency, competition and efficiency for self-management and transformation in accordance with neo-liberal rationality. The central point of reference and support, namely *homo economicus*.

Now, neo-liberalism admittedly ties the rationality of the government to the rational action of individuals; however, its point of reference is no longer some pre-given human nature, but an artificially created form of behavior. Neo-liberalism no longer locates the rational principle for regulating and limiting the action of government in a natural freedom that we should all respect, but instead it posits an artificially arranged liberty: in the entrepreneurial and competitive behavior of economic-rational individuals.

Between workers and immigrants, between the labor of workers and the body of immigrants. The labor of labor is the first element of production, and the body becomes an element of sovereignty. His body is a field where life and politics intersect. The integrity of his body predicts the political decision-making process, the right to life cannot be recognized. The body of immigration can be read as the area where politics and security intersect. Again, body integrity and the right to life proceed in parallel with the worker. These two examples can be seen as a reflection of the biopolitical power offered to us by drawing Foucault’s frame.

It is now the moment when the death of the individual is withdrawn from all kinds of power, returned to self and withdrawn to his private sphere. Because power does not use death as a means to control what life will be like anymore; on the contrary, it puts it outside its limits. Thus, they re-establish themselves with what they throw out. In other words, human is now the “object” of politics with her body. As Agamben (1995) states, *homo sacer* is redefined by its mere physical being as a body count in the population by the sovereignty. In accordance with this line of thinking, it is clear that:

(...) the bare life of *homo sacer* whose exclusion by sovereign power, now became explicitly and immediately political. And yet this is precisely what characterizes the biopolitical turn of modernity (Agamben, 1995, p. 98)

Agamben’s approach to the politicization of bare life and the *homo sacer* -that can be killed but cannot be sacrificed- indicates that the body becomes a zone of uncertainty as an object of power. The sacred person, who is abandoned to live, to practice law or to create a new law, becomes a subject of politics only with her body, not

with her actions. People / groups who do not need a rule to be murdered are at the center of the regulatory action of biopolitics, although a sacredness is attributed to their existence: two poles of the sovereign exception: bare life and power, *homo sacer* and the sovereign.

The deaths that are forgotten by being left out are exactly what is needed; because those deaths provides a continuum of life designed by the sovereignty. Their deaths are only recorded as statistical data, making our “normal” processes of life meaningful. Agamben (1995, p. 75) emphasized that then the bare life of *homo sacer* concerns us in a special way. Sacredness is a line of flight still present in contemporary politics, a line that is as such moving into zones increasingly vast and dark, to the point of ultimately coinciding with the biological life itself of citizens. If today there is no longer any one clear figure of the sa

cred man, it is perhaps because we are all virtually *homines sacri*. As Agamben states, the boundary pointing to the point that ‘biopolitics can turn into a politics of death’ is not certain. This boundary is on the move to a blurred area; judiciary, doctors, scientists, experts and priests’ areas where there is a common-life relationship.

The whole work of biopolitics or biopower is this population, and as a matter of both scientific and political, or both biological and as a matter of power, the population becomes a fundamental issue where the new power is directed at itself.

This new technology of power is not a human body on the individual plan, nor is it a social structure in the sense that the lawyers have defined. His topic is a bio-organic body formed by the association of another body, that is, a body, which is called the population: “population as political problem, as a problem that is at once scientific and political, as a biological problem and as power’s problem” (Foucault, 2003, p. 245).

The object of biopolitics is the population, conceived as a scientific and political problem; biopolitics therefore focuses on collective phenomena that have long-term political effects and strives to regulate them. It is a question of “security mechanisms” which “have to be installed around the random element inherent in a population of living beings” (Genel, 2006, p. 46-47)

Problems of reproduction, the birth rate, and the problem of the mortality rate too. Biopolitics’ other field of intervention will be a set of phenomena some of which are universal, and some of which are accidental, but which can never be completely eradicated, even if they are accidental (Foucault, 2003, p. 244).

Foucault thinks that the new power technology will develop technologies with functions that are very different from those of his previous disciplinary power technologies, suggesting that human life in biopower will address biological processes related to the human pathology and a regulatory effect on them rather than disciplining them. Pointing out that biopower should not be forgotten that capitalism is an indispensable element, Foucault (1997a) underlines that the accumulation of human accumulation according to the accumulation of capital, the growth of groups of people is possible through the spread of the productive forces and the manipulation of the various forms and methods of biopower.

Now, in our days, the basic argument is that criminals usually come from marginal and disadvantaged groups (poor, subclass, unemployed, migrants, excluded groups, etc.) and that these groups have to be disciplined. Zeynep

Gambetti (2009, p. 156) emphasized that while the paradigm of sovereignty is based on releasing fear and thus appearing dominant, disciplinary techniques have changed the way in which they look. It is no longer the power to be looked at, but the subjects subject to power-those that are desired to be troubled. Observed subjects will become entities that internalize norms and regenerate power in its own self-just as Bentham wishes in the Panopticon utopia (Foucault, 1977). According to the Gambetti's approach, *human* is an immigrant, but she is no longer a subject with agency. She is just an entity that will form security policies over her being - her body. She is becoming a figure in the statistics of immigration. It is precisely this situation that becomes the object of power. It is important to emphasize here: technics of balancing a power with another power requires discarding a certain part of the population in favor of other groups. Security does not deny anomalies in the population, on the contrary, it needs anomalies for its operation. Part of the population should be "expendable". In other words, instead of editable bodies, it requires expendable, destructible bodies.

In accordance with Gambetti (2011), crisis, poverty, unemployment and forced immigration are not problems for neo-liberal policies. These are not problems at all, these are just obligatory factors of the systems to be able to manage to their existences.

References

- Agamben, G. (1998). *Homo Sacer: Sovereign Power and Bare Life*. Stanford, California: Stanford University Press.
- Butler, J. (2005). *Kırılğan Hayat (Precarious Life: The Powers of Mourning and Violence)*. Istanbul: Metis.
- Gambetti, Z. (2011). İktidarın Dönüşen Çehresi: Neoliberalizm, Şiddet ve Kurumsal Siyasetin Tasfiyesi (Shifting Faces of Power: Neoliberalism, Violence and the Demise of Institutional Politics). *Journal of Political Sciences*, 0 (40), 145-166.
- Genel, K. (2006). The Question of Biopower: Foucault and Agamben. *Rethinking Marxism*, 18 (1), 43-62. doi: 10.1080/08935690500410635
- Hardt, M., & Negri, A. (2000). *Empire*. Harvard University Press.
- Foucault, M. (1977). *Discipline and Punish: The Birth of the Prison*. New York: Vintage Books.
- Foucault, M. (1978). *The History of Sexuality*. New York: Pantheon Books.
- Foucault, M. (1984). Right of Death and Power over Life. In P. Rabinow (Ed.), *The Foucault Reader* (pp. 258-272). New York: Pantheon Books.
- Foucault, M. (1997a). Security, Territory, and Population. In P. Rabinow (Ed.), *Ethics: Subjectivity and Truth* (pp. 67-72). New York: The New Press.

Foucault, M. (1997b). The Birth of Biopolitics. In P. Rabinow (Ed.), *Ethics: Subjectivity and Truth* (pp. 73-80). New York: The New Press.

Foucault, M. (2000). *Entelektüelin Siyasi İşlevi. (Dits et écrits [1954-1988])* İstanbul: Ayrıntı.

Foucault, M. (2003). *Society Must Be Defended: Lectures At The College De France, 1975-76*. New York: Picador.

Lemke, T. (2001). 'The Birth of Bio-Politics': Michel Foucault's Lecture at the Collège de France on Neo-liberal Governmentality. *Economy and Society*, 30 (2), 190- 207.

Rabinow, P. (1984). *The Foucault Reader*. New York: Pantheon Books.

Vigilancia, comunidades y el espacio urbano en Colombia: perspectivas antropológicas.

María Teresa Salcedo R. | msalcedo@icanh.gov.co

Instituto Colombiano de Antropología e Historia ICANH.

Resumen

La ponencia se enfoca en el papel de los *frentes de seguridad ciudadana* y de algunas instancias de participación comunitaria en la implementación de prácticas de cuidado, bienestar, vigilancia y seguridad ciudadana en Colombia. Primero, se enfatiza su papel como gestores del conocimiento del territorio urbano de las localidades y barrios. Después, se contrasta la perspectiva espacial de los líderes de las juntas comunales con la perspectiva policial de los espacios urbanos. Luego, se analiza el surgimiento de los frentes de seguridad ciudadana como propuesta del Estado en coordinación con las instituciones, las comunidades barriales y los ciudadanos. Finalmente, se reflexiona desde una perspectiva antropológica sobre la relación entre la seguridad ciudadana, las prohibiciones y normas que hacen parte de los conocimientos sociales implícitos y explícitos, la estratificación por clases en la ciudad, la legalidad y la ilegalidad. La presentación aborda los conocimientos locales de los espacios urbanos a partir de prácticas y gestiones de seguridad y convivencia ciudadanas por parte de los habitantes de los barrios y gestores específicos que implementan el orden y la prevención de los peligros de acuerdo a contingencias de inseguridad.

Palabras clave

antropología de la seguridad, inseguridad, espacios públicos, legalidad, ilegalidad.

Abstract

This paper focuses on the role of the local associations for citizen security and coexistence as well as on some other instances of community participation in the fulfilling of practices of care, welfare, surveillance and citizen security in Colombia. First, it is emphasized their doings as agents of local knowledge in urban localities and neighborhoods. Second, I contrast two perspectives of urban spaces: the one of the community action boards and the one of the police. Third, there is the reflection about the emergence of the “local fronts for citizen security and coexistence” as one of the many State proposals that coordinates institutions, community associations and citizens. Finally, I look at the relationship between citizen security, the prohibitions and laws that configure implicit and explicit social knowledge, stratification by social class in the city, legality and illegality, from an anthropological perspective. This presentation engages in the local knowledge of urban spaces beginning with the practices and agency of citizen security and coexistence in behalf of the neighbors and policy agents who carry out order and the prevention of perils according to contingencies of insecurity.

Keywords

Anthropology of Security, Insecurity, Public Spaces, Legality, Illegality.

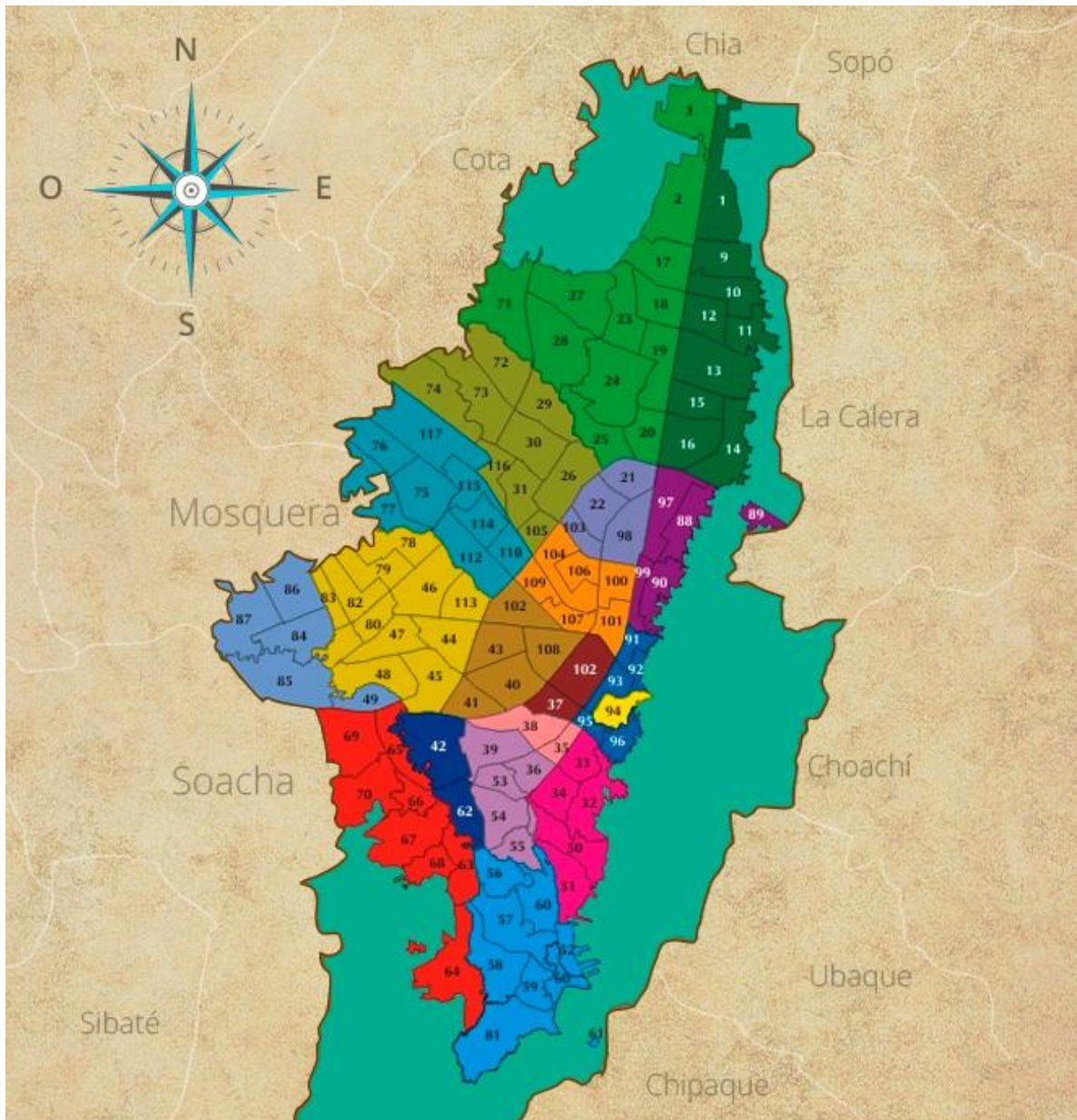


Figura 1. Mapa de Bogotá D.C. (Alcaldía Mayor de Bogotá. Secretaría Distrital de Planeación, 2014)

Gestores del conocimiento del territorio urbano de las localidades y barrios.

Los frentes locales de seguridad y convivencia ciudadana en Colombia son redes de vecinos interconectadas con las policías metropolitanas de las ciudades grandes y medias, que tienen como objetivo fortalecer las acciones de la policía en los barrios y territorios urbanos, en lo que tiene que ver con la prevención de los delitos y contravenciones. Son una iniciativa de participación comunitaria creada desde la policía, pero no es la única instancia de participación comunitaria apoyada por el Estado, que gestiona acciones de vigilancia y prevención de los espacios barriales.

Los frentes locales son grupos de vecinos cuyo funcionamiento no está completamente establecido en el país, ni tampoco en las ciudades en las que realizo actualmente investigación²⁴. Me he enfocado en estas redes de vecinos porque sintetizan los actuales intereses del Estado con respecto a construir una gobernabilidad de la seguridad en las comunidades de los barrios urbanos, y porque la relación entre la policía y las comunidades proyecta relaciones simbólicas más amplias entre las comunidades y el Estado. Así mismo es pertinente preguntarse ¿por qué no todos los ciudadanos quieren hacer parte de un frente local de seguridad?

De manera significativa los frentes locales de seguridad y convivencia también construyen representaciones sobre la vigilancia de los espacios que encajan en el diálogo con las políticas públicas articuladas desde las secretarías y fondos de seguridad y convivencia. Son representaciones y simulaciones de una relación activa con el Estado que contrastan en la vida cotidiana de las calles con los espacios amenazados por los conflictos y los delitos.

Estos espacios son objeto de recuperación por parte de los vecinos por medio de acciones coordinadas con otros vecinos, con cámaras de vigilancia compradas por ellos mismos, con denuncias y llamadas a la policía y con la canalización interinstitucional de sus requerimientos.

El frente local de seguridad mismo implica la creación de un espacio social de interconexión para la vigilancia de un segmento territorial crítico en las calles, y aunque se proyecta desde las instituciones de la seguridad, estos *segmentos críticos*²⁵ son determinados con el apoyo de los líderes y habitantes de los barrios.

Sin embargo, es pertinente observar el contraste entre los espacios recorridos de manera cotidiana por los vecinos, las amenazas de las que son objeto en las calles, y por otro lado, los perímetros de control que se conocen como los *cuadrantes de la policía*. Estos *cuadrantes* los cuales son efectivos policiales que patrullan de acuerdo a unos requerimientos realizados por los habitantes de los barrios, fueron instituidos dentro del Plan Nacional de Vigilancia Comunitaria por Cuadrantes, implementado por la Policía Nacional de Colombia a partir del 2010. En algunos casos, esta vigilancia por cuadrantes está articulada a la vigilancia que se realiza desde los frentes locales.

Es así como los frentes locales de seguridad y convivencia ciudadana representan a ese *poder simbólico*, que como señala Bourdieu, es un poder de construcción de la realidad que tiende a establecer un orden gnoseológico: el sentido inmediato del mundo (y, en particular, del mundo social) (2000, p. 67). Al mismo tiempo, este sentido del mundo se proyecta sobre los espacios de las posiciones y disposiciones sociales. Y son estos espacios sociales de la seguridad los que son articulados como parte de un *campo de lo pensable políticamente* (1998, p. 407) en el que la seguridad real se difiere, se entrega poco a poco a la policía, luego a la justicia, y luego a la comunidad, hasta que se transforma en un producto de la gobernabilidad.

²⁴ Esta presentación está basada en la investigación “Significados antropológicos de la seguridad: estudios en la ciudad colombiana”, que realizo actualmente con el apoyo del Instituto Colombiano de Antropología e Historia ICANH.

²⁵ “puntos críticos de crimen”, o “puntos calientes” (hot spots) en los que la Secretaría de Seguridad, Convivencia y Justicia de Bogotá ha implementado estudios, estrategias e instancias de participación, con el fin de prevenir y actuar sobre la inseguridad en la ciudad. Son los puntos, esquinas, calles y segmentos de calles en donde se implementan estas acciones (Ver: *Plan de Intervención y Evaluación en puntos críticos de crimen*, Alcaldía Mayor de Bogotá D.C. 2016). (Ver también: Blattman, C., Green, D.P., Ortega, D. y Tobón, S., *Place Based Interventions at Scale: the Direct and Spillover Effects of Policing and City Services on Crime*, 2017). La Secretaría de Seguridad y Convivencia de Medellín y la Oficina de Seguridad y Convivencia Ciudadana de Barranquilla implementan progresivamente estas políticas, de acuerdo a requerimientos locales, que no son extensivos a todo el perímetro de estas ciudades.

A continuación describiré la gestión del conocimiento del territorio urbano de algunas de estas instancias de participación comunitaria en Bogotá, las cuales son proyectadas por las políticas públicas, a partir de las Unidades de Planeamiento Zonal (Ver *Figura 1*).

Las actividades de los frentes locales de seguridad y convivencia en Bogotá.

Abordaré brevemente cuáles son las actividades que realizan los frentes locales de seguridad y convivencia, a través de tres ejemplos escogidos como parte de mi trabajo de campo, y que muestran cómo están actuando estas redes de vecinos en la ciudad de Bogotá.

Estos frentes locales son:

El frente local de la Fundación San Mateo.

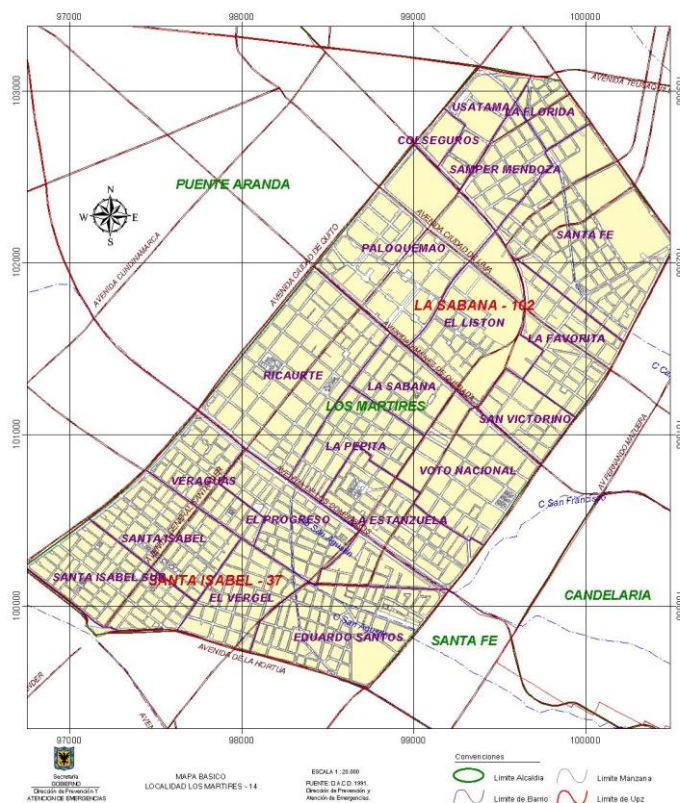


Figura 2. Localidad de Los Mártires (Alcaldía Mayor de Bogotá. Secretaría de Gobierno, 2018b)

Conformado en el año 2017 por vecinos del Barrio Santafé ubicado en la localidad de Los Mártires (Ver Mapa *Figura 2*), los integrantes de este frente local han realizado por su propia iniciativa la articulación con instituciones tales como la policía metropolitana de Bogotá, la secretaría de seguridad del distrito de Bogotá, la secretaría de integración social, la secretaría de espacio público, la empresa de acueducto, la UAESP (empresa encargada del

manejo de los residuos sólidos), y otras instituciones del Distrito que tienen el papel de actuar en la preservación del bienestar en los espacios públicos, y en la prevención de peligros cotidianos para los vecinos en un trayecto específico ubicado alrededor de esta Institución Universitaria San Mateo. El trayecto es la confluencia de la Carrera 17 con Calle 25 y la convergencia de estas dos calles en el pequeño parque ubicado enfrente de esta fundación.

La característica dominante de esta asociación de vecinos es la de la injerencia de los directivos de esta institución educativa en la prevención de la seguridad y la convivencia en el parque, dando prioridad al bienestar de los estudiantes de la fundación universitaria quienes son con frecuencia asaltados por delincuentes a la salida de las clases. Sin embargo este frente local, desde la perspectiva de sus vecinos, omite los graves problemas de inseguridad señalados por otros vecinos del barrio Santafé, y que se refieren a: la disposición de basuras por parte de los depósitos de materiales reciclables. También a la venta y consumo público de sustancias psicoactivas (SPA) alrededor de los depósitos de materiales reciclables. Así mismo, exponen los conflictos ocasionados por la zona de tolerancia de la prostitución, decretada legalmente a partir de 2001 en este barrio (Alcaldía Mayor de Bogotá, Decreto 400 de 2001). Y del mismo modo, los habitantes de este barrio señalan la relación entre el comercio ilícito de sustancias psicoactivas y la prostitución en calle como uno de los riesgos más significativos en su vida diaria. Se trata, además, de un vínculo referido con bastante frecuencia por los propietarios de los inmuebles de este barrio y son explícitos con respecto a que el peligro tiene que ver con que la venta y consumo de psicoactivos se lleva a cabo fuera de los espacios privados autorizados por el Plan de Ordenamiento Territorial (Alcaldía Mayor de Bogotá, decreto 619 de 2000) de la ciudad que autoriza unos usos específicos del suelo en este vecindario.

Las actividades de gestión y prácticas cotidianas de vigilancia se han centrado en la recuperación del parque enfrente de la Fundación Universitaria con actividades lúdicas en las que la policía metropolitana es al mismo tiempo representante de la ley y de la vigilancia ciudadana, y también es institución que posibilita la coexistencia en los espacios urbanos. Esta permanencia en los espacios porque la policía los recorre y los patrulla hace posible que estos se recuperen como lugares de esparcimiento que rechazan el estigma del deterioro urbano y del peligro para la vida de los ciudadanos. Otra de las actividades de este frente local de seguridad es la de la coordinación con entidades que procuran el bienestar de los habitantes de la calle quienes son considerados fuente de inseguridad.

Así mismo, los vecinos integrantes de este frente local de seguridad son observadores de la disposición y recolección oportuna de las basuras sobre la carrera 17, en donde los dueños de los depósitos de materiales reciclables promueven actividades de separación de materias primas por parte de recicladores y habitantes de la calle que sobrellevan su vida diaria alrededor de las basuras.

Las actividades de prevención y recuperación de esta sección de calle y de este pequeño parque en la localidad de los Mártires representan el intento de un grupo de vecinos por cuidar un espacio en medio de problemas más significativos de los que no se hablan en las reuniones, tales como el de la preponderancia de “delitos de alto impacto” que tienen su trayectoria en un sector donde está localizado y autorizado el trabajo sexual. Este es un frente local de seguridad que funciona en un entorno donde muchas de las actividades realizadas en la calle son

ilegales, pero cuyo uso del suelo inmobiliario es protegido por las leyes (Alcaldía Mayor de Bogotá, Decreto 400 de 2001).

El frente local de seguridad y convivencia de Chapinero Central, Calles 61, 60 y 59.

Conformado en la localidad urbana de Chapinero (Ver *Figura 3. Mapa de la Localidad de Chapinero*), este frente local está enfocado -entre otras actividades- en la vigilancia y prevención de delitos sobre la Avenida Caracas entre las calles 57 a 61 de la ciudad, por parte de los comerciantes que tienen negocios sobre esta vía arterial de Bogotá.

Las cámaras de seguridad adquiridas, colocadas y monitoreadas por los propios vecinos de esta asociación informan y alertan a la policía metropolitana de Bogotá sobre la presencia de expendedores ambulantes de sustancias psicoactivas. La oportunidad de este ejercicio de monitoreo sistemático y personalizado de los delitos ofrece una perspectiva territorial significativa, porque se lleva a cabo como una práctica de resistencia de los comerciantes que defienden su presencia histórica en el sector comercial de esta Avenida que se deterioró a partir de la implementación del sistema de transporte urbano Transmilenio. Este es el sistema de transporte masivo de buses articulados de la ciudad que funciona con vehículos a diesel, combustible que como ha sido demandado por los vecinos de Chapinero, es el causante de la contaminación y el deterioro del espacio público en esta localidad urbana.

Así mismo, los procesos de deterioro urbano y luego los proyectos de desarrollo que han revitalizado el centro de Bogotá, expulsaron a los expendios de microtráfico hacia las localidades del norte de la ciudad, precisamente en el área de vigilancia de este frente local de seguridad y convivencia.

En el contexto de las actividades que realiza esta instancia de participación comunitaria se observa una perspectiva de género en la vigilancia y monitoreo que realizan las mujeres que hacen parte del mismo.

Esta mirada se vuelve evidente en su ansiedad por el cuidado de la Avenida Caracas que con frecuencia es narrada como si fuera el espacio privado de quienes viven en la calle, de tal manera que dialoga con los modos como el mobiliario urbano se convierte en el mobiliario cotidiano de estos vendedores de drogas: *sentados en la sala de su casa*, dice una vecina que pertenece al frente local. La perspectiva de género también tiene que ver con la participación de varias líderes de este frente local en las actividades de promoción de los derechos de las mujeres de esta localidad, gestionadas por la Casa de las Mujeres.

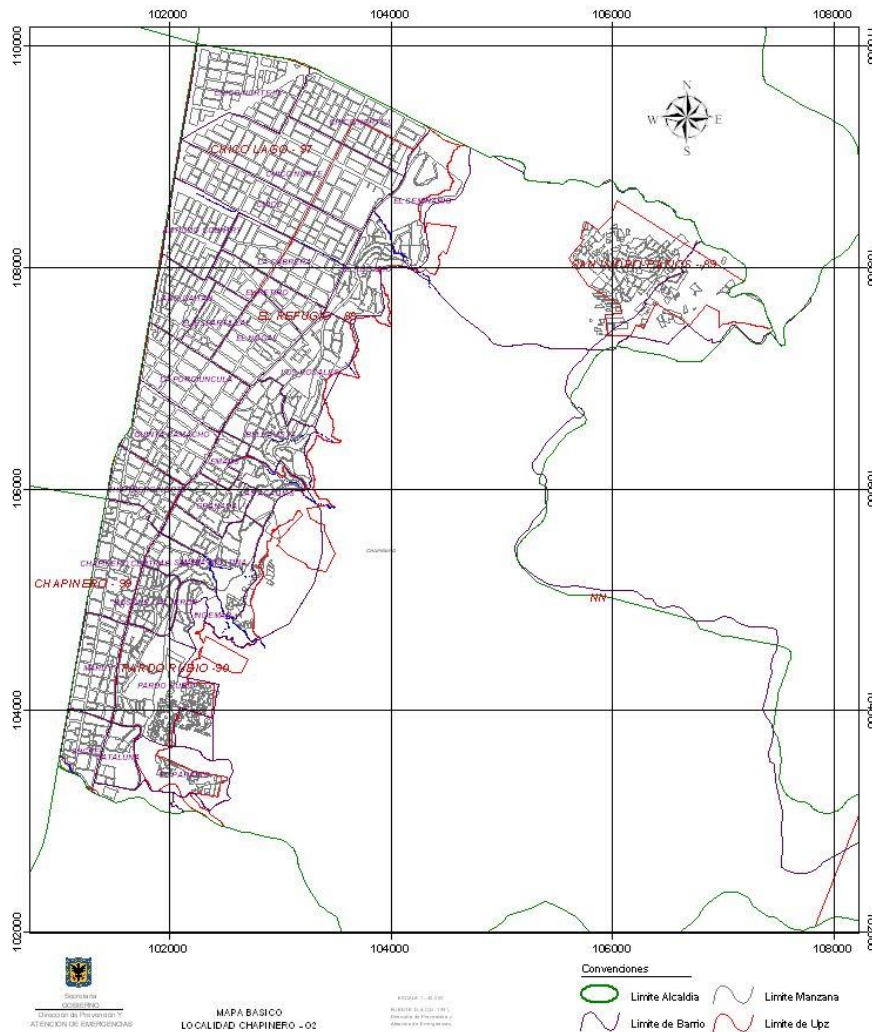


Figura 3. Localidad de Chapinero (Alcaldía Mayor de Bogotá. Secretaría de Gobierno, 2018a)

Así también las coordinadoras de esta instancia local dicen que el carácter de participación en el marco de esta asociación debe ser el de la fraternidad entre sus integrantes. Y es así como la vigilancia que realiza esta red local es crítica de la ausencia de la policía, o de sus demoras cuando no llegan oportunamente a alejar de la avenida a los vendedores de estupefacientes, no solamente porque su actividad constituye un delito, sino porque amenazan a los comerciantes con romperles los vidrios de sus establecimientos comerciales.

Por otra parte hay una cultura material de la seguridad que se observa en algunos de los establecimientos comerciales que hacen parte de esta red local, y es la del blindaje de los negocios con vidrios revestidos, cámaras interiores y exteriores y sistemas de comunicación interna con los demás comerciantes del corredor de la avenida Caracas, de tal manera que al pasar por la avenida, la apariencia de los comercios es el de cárceles de lujo detrás de las que los comerciantes están presos.

El frente local de la Unidad de Planeación Zonal (UPZ) 99 del barrio Chapinero.

Es una instancia de participación complementaria de las actividades de la red local anteriormente descrita, y que conecta con las instancias participativas de las demás UPZs de Chapinero, tales como la UPZ 90 Pardo Rubio. Se trata de un frente local que incluye un perímetro más amplio de la localidad, desde su límite con la localidad de Teusaquillo en la Calle 39, hasta la calle 72.

Este frente local se ha focalizado en delitos concretos ocurridos en Chapinero, tales como los hurtos a los restaurantes. Otro problema discutido en las reuniones de este frente comunitario es el de la verdadera identidad de los habitantes de calle, cómo ellos son realmente vendedores de sustancias psicoactivas que vienen del sector -recuperado recientemente- del *Bronx* en la localidad de Los Mártires, y cómo son utilizados por las bandas del microtráfico asentadas sobre la Avenida Caracas, para moverse por Chapinero. En las reuniones de este frente y en los llamados de urgencia a la policía, los consumidores de sustancias psicoactivas son llamados *los muertos vivientes*, o también se refieren a ellos como *las hordas de personas de la calle que suben por la calle 60*.

Hay un consenso extendido sobre cómo los problemas de inadecuada disposición de las basuras en las calles, la falta de iluminación en algunos segmentos de calle y el estado de la malla vial pueden convertirse en molestias que perturban el paisaje de estabilidad de la localidad de Chapinero.

En general, se demandan más labores de desalojo de los vendedores ambulantes quienes se instalan en las esquinas sin que la policía diga nada. Esta población de vendedores es percibida como un impedimento a la libre movilidad en los espacios, además de que algunos son señalados como vendedores de psicoactivos, y como enlaces de expendios de sustancias prohibidas que funcionan en localidades del occidente de Bogotá.

Los significados de los frentes de seguridad ciudadana.

Los frentes locales fueron formalizados por la policía entre 1995 y 1998, en el marco de las políticas de los planes integrales de seguridad, convivencia y justicia, y se activaron con el fin de articular acciones de vigilancia sobre los espacios entre la policía y las comunidades de los barrios. Sin embargo, estas redes de vecinos no son la única estrategia de participación ciudadana de las secretarías y oficinas de seguridad, pero se entiende como una prioridad en lo que se refiere a la articulación entre las comunidades y las actividades de prevención de la policía, que además posibilita la consecución de infraestructura, como por ejemplo cámaras de vigilancia y alarmas comunitarias. Es así que hoy en día el objetivo es volver a reactivar estos frentes que se habían debilitado, por razones que van desde la desconfianza en la policía, la falta de presupuesto para activar las tecnologías que justificaban a la seguridad como una conexión entre la policía y la comunidad a través de dispositivos electrónicos, hasta la inquietud que produce entre muchos habitantes de los barrios el nombre de “frente de seguridad”.

Los gestores y enlaces de los frentes locales de seguridad y convivencia ciudadana de la Secretaría de la Seguridad, Convivencia y Justicia de Bogotá refieren que cuando se realizó la evaluación de los frentes de seguridad en los años noventa, se detectó una dependencia del componente tecnológico: *se creía que los frentes debían*

aprovisionar a la gente de cámaras y alarmas, dice uno de los gestores. Y ahora en esta década del siglo XXI se da un giro que consiste en que el frente local realiza acciones en los espacios públicos, como por ejemplo la limpieza de parques, el rescate de calles deterioradas y la adecuación de espacios que han estado abandonados o tomados por el microtráfico. Porque este tipo de apropiación de los parques y de los espacios abandonados implica una manera de convocar a la comunidad con el fin de que su presencia física conjure la depresión urbanística de estos espacios. *Es una manera de reemplazar ese énfasis en el componente tecnológico*, dice un gestor de la secretaría, el cual no es suficiente para rodear los riesgos a los que están expuestos los vecinos.

Cabe reflexionar acerca de cómo el componente de la vigilancia, con o sin tecnología, se lleva a cabo en este momento de un modo más detallado que la misma vigilancia que realiza la policía. Y además reparar acerca de que es un aspecto que están impulsando estas políticas públicas de una manera renovada. El análisis sobre los significados antropológicos de esta vigilancia de los frentes de seguridad implica examinar la *minucia* de los espacios y los tiempos de quienes son vigilados. Esta mirada vigilante puede ser tan estricta como la que refería Michel Foucault cuando señalaba que la mirada vigilante sobre los espacios se vuelve un asunto de organizar los espacios con fines socio-políticos (1980, p.155). Y añadía este autor que la vigilancia sobre los espacios y sobre la gente que los habita le asigna un lugar a cada persona, prescribiendo una forma de moralidad para la familia o para el grupo, que es organizada por esta mirada vigilante (Foucault, 1980, p.159). De este modo, cuando hoy se habla de *corresponsabilidad* en las políticas públicas de seguridad como una característica del carácter participativo de las instancias locales de participación, en la que la policía, las instituciones y la comunidad comparten responsabilidades, lo que sucede en la práctica es que la gente *incorpora* una forma de organizar los espacios que también es policiva aunque ellos como vecinos no sean policías.

Si bien no se trata de cuestionar los efectos benéficos de la denuncia y de la preocupación de estas redes de participación ciudadana por la seguridad, sí es pertinente señalar que desde los frentes locales se prescribe una moralidad que construye unos estigmas y clasifica tajantemente a quienes transitan por las calles. Por ejemplo, algunos vecinos que hacen parte de uno de los frentes locales referidos anteriormente, demandan de manera insistente la presencia de los patrulleros de la policía sobre la Avenida Caracas en Chapinero, con un leitmotiv insistente:

Carrera arriba de la Caracas con Calle 60, al respaldo de Telecom, no caben los malandros, la complicidad absoluta de una calle oscura. El semáforo de la calle 60 bajando de la carrera 13, son locos y marihuaneros sembrando el terror. Es alias *Marlon* con cachucha negra distribuyendo droga (Frente local de seguridad y convivencia de Chapinero central, Entrevista, enero 27 de 2018, Bogotá).

Sin poner en duda la urgencia y el derecho que tienen los vecinos a resistirse al deterioro de sus espacios por causa del microtráfico, se requiere estar atentos con respecto a lo que tienen que ver estas estrategias de participación ciudadana con la construcción de unas nuevas ciudadanías.

En este sentido es oportuno preguntarse cómo esta vigilancia está vinculada a nuevas formas de prohibir las diferencias físicas, al control de expresiones inconvenientes, las cuales son asociadas -y registradas visual y tecnológicamente- con atentados a la armonía cotidiana de los habitantes. *La gente está muy asustada*, dice una líder local de Chapinero.

No es suficiente la policía, ni las estaciones, ni los centros de atención inmediata (CAI), ni el diálogo interinstitucional, y tendría que pensarse en esto del miedo como otro producto que la gente compra en el mercado (Mercedes, entrevista frente local de Chapinero central, septiembre 29 de 2017, Bogotá).

El conocimiento sobre la ciudadanía se elabora en este caso, como un encuentro entre las políticas públicas de la seguridad y las iniciativas que la gente ha planteado por años con el fin de prevenir los impactos de la desigualdad.

Al respecto es pertinente la reflexión sobre la noción de ciudadanía planteada por Holston (2008) a partir de su trabajo de campo en Brasil, y es que la urbanización global construye condiciones volátiles para la ciudadanía, en tanto las ciudades se llenan de ciudadanos marginales y de habitantes que no son ciudadanos pero que impugnan sus exclusiones (Holston, 2008, p.3).

En este contexto, dice este autor, la ciudadanía es inestable y al mismo tiempo desestabiliza (Holston, 2008, p.3). Por ejemplo, el Estado realiza la rehabilitación de un vecindario expulsando a unos vecinos que generan inseguridad, como es el caso del sector del *Bronx* en la localidad de Los Mártires de Bogotá, y de esta manera intenta proteger los derechos de la mayoría, proteger las normas, pero al tiempo perjudica y vulnera los intereses de otros ciudadanos, al diseminar a los actores expulsados que son delincuentes.

Estas asociaciones que propenden por la seguridad cotidiana implican un modo de resistirse a las condiciones de vulnerabilidad que construyen los Estados al profundizar la inestabilidad en los barrios, la cual afianza escenarios victimizadores para quienes luchan por quedarse en sus territorios. Al mismo tiempo, y retomando esta reflexión crítica de algunos líderes locales acerca de *la seguridad como un producto de consumo*, se ha observado en el curso de esta investigación un nuevo giro en la concepción que tiene el Estado sobre la ciudadanía, la cual implica que *los ciudadanos* son aquellos individuos que se integran a procesos en los que su propia gobernabilidad debe ser apropiada y reproducida por ellos mismos como parte de una representación de legalidad. De nuevo, y sin la intención de demeritar el papel conveniente de la prevención en el cuidado de los espacios y en el bienestar de los transeúntes, considero que esta gobernanza de la seguridad no se escapa a esas imágenes que intervienen en las relaciones sociales, y por medio de las cuales la vida cotidiana se presenta como un *espectáculo de seguridades transables* (De Genova, 2013, 214) en el contexto crítico de la *sociedad del espectáculo* (Guy Debord) y su aplicación a un espectáculo de la seguridad que asegura la continuación de los patrones de consumo (De Genova, 2013, 217).

Al respecto, desde el inicio de la implementación de los frentes locales, y ahora durante su reactivación, los vecinos continúan comprando cámaras de vigilancia con sus propios recursos al tiempo que son contactados por las instituciones del Estado con el fin de hacer parte de las iniciativas de participación:

La gente tiene que preocuparse por su puerta, el frente de su calle, mirar quién pasa, quién bota la basura, mientras que la secretaría nos ayuda con las cámaras, porque la seguridad no se puede descuidar. (Flora, entrevista líder comunitaria de la Localidad de Puente Aranda, Febrero 3 de 2018, Bogotá).

En este caso, es impactante cómo la pertenencia a este tipo de asociaciones, frentes y redes de seguridad ciudadana está construyendo una visión de ciudadanía subordinada a las instituciones del estado pero al mismo tiempo escéptica con respecto a la policía. Es una nueva ciudadanía temerosa del espacio público y predispuesta con respecto a las identidades alternativas en la ciudad. ¿Pero, por qué es importante vigilar los vecindarios como lo realizan estos vecinos de los frentes locales? ¿Por qué es importante una perspectiva antropológica de estas asociaciones?

Puede considerarse la reflexión desde la perspectiva de Marc Augé con respecto a lo que significan los *dispositivos rituales extendidos* (1998, p.81) en lo político y su conexión con estas redes de participación comunitaria. Los dispositivos extendidos son inseparables de la presentación del mundo como espectáculo escenificado (Augé, 1998, p.92), y considero que en este ámbito de la seguridad ciudadana tienen el propósito de conectar a los espacios materiales y a quienes los habitan y los cuidan, como actores pero al mismo tiempo como espectadores de la vigilancia que procuran. Así mismo, la seguridad y la convivencia ciudadanas en tanto *dispositivos rituales extendidos* también articulan los significados históricos y de clase que asumen los lugares con las perspectivas sobre el progreso, el futuro y la confianza en los espacios. De este modo, estas instancias de participación son también *dispositivos* que directa o indirectamente transforman a la seguridad en un espectáculo y en el que cada vecino realiza un aporte a esta red de seguridad con un gesto a través del cual la seguridad puede ser consumida como un producto. Este conocimiento local se constituye con gestiones de tributación al bienestar del barrio, como por ejemplo la adquisición de tecnología celular, las alarmas conocidas como *botones de pánico*, y mediante la pertenencia a la red de mensajería telefónica cerrada del frente de seguridad.

A mi modo de ver, ninguna de estas actividades se escapa a su carácter distintivo, su disposición estética y privilegiada en el espacio social (Bourdieu, 1998, p.53) porque la gestión de la seguridad y el control cotidiano se afirman cada día más como un asunto de pertenencia a una clase social. Así mismo, es oportuno examinar desde el enfoque de Mary Douglas, cuál es la relación entre estas redes de vecinos y las concepciones actuales sobre la solidaridad y la autoridad, en contraste —como dice esta autora— con las concepciones sobre *pecado y tabú* (1992, p.25) en sociedades con instituciones ritualizadas de otras formas. ¿Cuál sería el vínculo entre estas formas de asociarse alrededor de la seguridad y de la inseguridad y las certezas modernas con respecto a la adhesión a determinados códigos de control?

Perspectiva espacial y perspectiva policial de los espacios urbanos.

Debe considerarse la relación entre los patrullajes de la policía al mismo tiempo que la ausencia de los mismos, y la estructuración de una representación del orden espacial de las calles que es lo que subyace a los frentes locales de seguridad y convivencia, independientemente de si toda la comunidad participa de las reuniones de estas instancias de participación.

Al respecto, se abordan problemáticas espaciales en el marco de estas reuniones entre la comunidad, los comandantes de la policía de las localidades, o los comandantes de los Centros de Atención Inmediata (CAI). Por ejemplo, en el caso del frente de seguridad de la Fundación San Mateo participan los patrulleros del CAI y en ocasiones participa un representante de la policía del sistema de transporte Transmilenio porque la plazoleta de la

fundación es un eje de articulación de dos avenidas principales de Bogotá. Estas son la Avenida Caracas y la Calle 26, por donde circula el sistema de transporte masivo de la ciudad. Es exactamente el cruce de la calle 25 con Avenida Caracas en donde se ubica la glorieta en la cual los buses articulados realizan la transición entre estas dos vías arterias de la ciudad. Así mismo, es este cruce de avenidas y de los ejes subterráneos por donde circulan los buses articulados del sistema de transporte, en donde habitan grupos y parejas de habitantes de la calle, quienes realizan recorridos entre este cruce de avenidas y las calles que circundan a esta fundación universitaria.

Con la policía se acuerdan y coordinan acciones de patrullaje y vigilancia que son solicitadas por los ciudadanos participantes de las distintas instancias de participación, incluidos los frentes locales. También se acuerda la presencia de más personal adscrito a los cuadrantes de policía y que patrulle desde las calles del barrio Santafé y hacia la plazoleta de la Calle 25. Como señaló el comandante del Centro de Atención Inmediata Samper Mendoza:

La policía no puede quedarse quieta en un solo sitio. Los cuadrantes de la policía tienen que hacer rondas, porque esa es la función de los cuadrantes (Coronel Andrés, entrevista, marzo 14 de 2018, Bogotá).

A esto debe agregarse que a los centros de atención inmediata les son asignadas unas funciones desde la policía metropolitana que tienen sus propios gastos, basados en los presupuestos de la institución policial. También y como se dijo recientemente en una reunión de uno de los frentes locales de seguridad de la localidad de Chapinero:

Los cuadrantes no se pueden cambiar porque son asignados desde la Policía Metropolitana (Comandante CAI localidad de Chapinero, reunión sobre seguridad, enero 25 de 2018, Bogotá).

Con respecto a la percepción del espacio urbano en Chapinero, es oportuna la reflexión acerca de cómo la prohibición del consumo de sustancias psicoactivas (SPA) impuesta desde las políticas de seguridad transnacionales transforma radicalmente el paisaje tanto como las interacciones sociales cotidianas que realizan los vecinos en su paso por la Avenida Caracas. Y como si no fuera suficiente, es la prohibición la que convierte la operatividad de los patrulleros de la policía en una rutina de ahuyentar con su presencia, y durante el tiempo de su presencia a los consumidores y expendedores de psicoactivos. Pero *cuando la policía se vá* y no permanece en la Avenida Caracas entre las calles 57 y 60, los expendedores y los consumidores vuelven a instalarse allí. La Policía detiene a algunos expendedores hombres y mujeres, los requisa, pero debe dejarlos de nuevo en libertad porque no les encuentran suficientes pruebas de culpabilidad para detenerlos. Tampoco la requisa a las tiendas y establecimientos de reciclaje de materiales desechados, en donde los vecinos han observado entrada y salida de clientes compradores de estas sustancias, ha surtido efecto, porque la policía no ha encontrado pruebas de las denuncias de los vecinos.

Se observa aquí una tensión entre las certezas y necesidades de los vecinos sobre los riesgos de convivir cotidianamente y a espacio abierto con esta población de habitantes de calles y expendedores de SPA, y la imposibilidad de la policía de realizar acusaciones contra ellos o contra los establecimientos en donde funcionan los expendios:

Esta madrugada fué tenebrosa en la Caracas con 60, en el semáforo, la escalera del edificio 59-82, y en el separador. Grupos de más de seis hombres y mujeres malacarosos apostados en diferentes puntos, comercializando drogas, consumiendo, en actos soeces, acechando a su víctima para atracarla, ¿qué más hacemos los residentes y empresarios del sector? Con todo respeto amada institución de policía, el punto no es corretearlos y que los burlen, estos bandidos dan la vuelta y regresan, parqué su camión la policía y recojan a esta delincuencia, comprueben con antecedentes que se trata de antisociales y la comunidad está en grave peligro. Ya se ha denunciado de todas las maneras habidas y por haber, la venta de alucinógenos y en el sector está ampliamente identificada. Las autoridades no toman cartas en el asunto. Estamos presos en nuestras propias residencias y establecimientos con el temor de salir y que nos ocurra cualquier situación que lamentar (habitante de la Unidad de Planeación Zonal 99, reunión de seguridad Localidad de Chapinero, enero 25 de 2018, Bogotá).

Por lo tanto la presencia y la ausencia de la policía en las calles configuran unos paisajes específicos de la seguridad y de la inseguridad que a mi modo de ver ván más allá de la conformación de instancias de participación comunitaria que vigilen los territorios urbanos. Porque con su presencia, la policía representa la fuerza de la ley y de su uso en aras de la seguridad, pero rara vez puede actuar en los entornos en los que se cometen delitos, cercanos a su presencia. Y también porque con la ausencia física de la policía, como es el caso de este sector cubierto por los frentes locales de la Avenida Caracas en Chapinero, es evidente que es la comunidad la que se cuida a ella misma de los delincuentes.

En general, en medio de espacios cuya infraestructura *se abandona casi deliberadamente* como dicen los vecinos,

para que las casas sean tomadas por los microtraficantes y bajen los precios de los arrendamientos y la valorización de los inmuebles, y luego la alcaldía pueda llegar a imponer sus proyectos, (Bertha, comunicación personal, Unidad de Planeación Zonal 99, localidad de Chapinero, enero 29 de 2018, Bogotá),

una característica dominante es la ausencia de árboles y de equipamientos que garanticen la libertad de expresión y la libre movilidad de los habitantes de todas las edades. Aquí es acertada la comprensión del *espacio público como ideología*, de acuerdo a como lo señala el antropólogo Manuel Delgado:

Es ese espacio público-categoría política lo que debe verse realizado en ese otro espacio público –ahora físico—que es o se espera que sean los exteriores de la vida social: la calle, el parque, la plaza (2011, p.37).

Finalmente, la transformación espacial de esta *categoría de lo público* que sobresale como la más favorable para las instancias de participación comunitaria es la de la protección del medio ambiente urbano que se asimila a la creación de entornos seguros para los vecinos. Al respecto, la instalación de los ceniceros, la pintura de las materas para las plantas y las sillas de los parques, el diseño de murales por parte de los jóvenes de los barrios, las actividades de agricultura urbana y reciclaje son interpretadas como acciones en las que los vecinos reconocen y recorren los espacios, sin que necesariamente medie la presencia de la policía.

Referencias

- Alcaldía Mayor de Bogotá, Secretaría Distrital de Planeación. (2000). *Plan de Ordenamiento Territorial de Bogotá D.C. Decreto Distrital 619 de 2000 Por el cual se adopta el Plan de Ordenamiento Territorial para Santa Fe de Bogotá, Distrito Capital*. Recuperado de <file:///C:/Documents%20and%20Settings/MTS/Mis%20documentos/Downloads/Decreto%20Distrital%20619%20DE%202000.pdf>
- Alcaldía Mayor de Bogotá, Secretaría Jurídica Distrital. (2001). *Decreto 400 de 2001 Por el cual se define la localización de las zonas de tolerancia y se reglamentan las condiciones para su funcionamiento*. Recuperado de <http://www.bogotajuridica.gov.co/sisjurMantenimiento/normas/Norma1.jsp?i=4539>
- Alcaldía Mayor de Bogotá. Secretaría Distrital de Planeación. (2014). *Mapa de Bogotá D.C., Unidades de Planeamiento Zonal por Localidades*. Recuperado de <http://www.sdp.gov.co/portal/page/portal/PortalSDP/OrdenamientoTerritorial/upzenprocesoderevision/QueEs;>
- Alcaldía Mayor de Bogotá D.C. Policía Nacional de Colombia. (2016). *Plan de Intervención y Evaluación en puntos críticos de crimen, Documentos de la Alcaldía Mayor de Bogotá D.C.*
- Alcaldía Mayor de Bogotá. Secretaría de Gobierno. (2018a). *Mapa de la Localidad de Chapinero*. Recuperado de <http://svrdpae8n1.sire.gov.co/portal/page/portal/fopae/localidades/chapinero/02-basico.jpg>
- Alcaldía Mayor de Bogotá. Secretaría de Gobierno. (2018b) *Mapa de la Localidad de Los Mártires*. Recuperado de http://svrdpae8n1.sire.gov.co/portal/page/portal/fopae/localidades/martires/14_basico.jpg;
- Augé, M. (1998). *Hacia una antropología de los mundos contemporáneos*. Barcelona: Gedisa Editorial.
- Blattman, C., Green, D.P., Ortega, D. y Tobón, S. (2017). Place Based Interventions at Scale: the Direct and Spillover Effects of Policing and City Services on Crime. *Social Science Research Network*, 1-88. Recuperado de https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3050823
- Bourdieu, P. (1998). *La distinción. Criterio y bases sociales del gusto*. Madrid: Taurus.
- Bourdieu, P. (2000). *Intelectuales política y poder*. Buenos Aires: Eudeba.

- De Genova, N. (2013). The Securitarian Society of Spectacle. En Zeynep Gambetti y Marcial Godoy-Anativia (Eds.), *Rhetorics of Insecurity. Belonging and Violence in the Neoliberal Era* (pp. 213-234). New York: SSRN/New York University Press.
- Delgado, M. (2011). *El espacio público como ideología*. Madrid: Catarata.
- Douglas, M. (1992). *Risk and Blame. Essays in cultural theory*. London: Routledge.
- Foucault, M. (1980). *Power/Knowledge: Selected Interviews and other writings 1972-1977*. New York: Pantheon Books.
- Holston, J. (2008). *Insurgent Citizenship. Disjunctions of Democracy and Modernity in Brazil*. Princeton: Princeton University Press.

O lado de fora: questões territoriais envolvidas na vivência feminina diante da prisionalização de familiares

Maria Cláudia Giroto do Couto | gcmariaclaudia@gmail.com

Universidade de São Paulo | USP, Faculdade de Direito, Departamento de Direito Penal

Resumo

O Brasil possui uma das maiores populações carcerárias do globo. A existência das instituições prisionais marca a paisagem urbana com imensas edificações de concreto caracterizadas pelo estigma e pela segregação. Mas não é apenas do lado de dentro que sente a punição. As famílias, simbolizadas em sua esmagadora maioria por mulheres (mães e companheiras), padecem com o luto da saudade e o ônus da responsabilidade sobre os corpos exilados pelo Estado. Os arredores de penitenciárias masculinas tornam-se vetores de peregrinação feminina e materializam opressões. Visar-se, neste estudo, investigar as relações territoriais envolvidas na demanda em questão e os componentes de gênero implícitos na sensação de dever de cuidado. O presente trabalho intenta analisar o fenômeno por meio de um levantamento bibliográfico sobre o tema, dialogando áreas de estudo como o Direito, o Urbanismo e as Ciências Sociais.

Palavras-chave

Cárcere. Exclusão. Gênero. Cidade.

Abstract

Brazil has one of the highest incarceration rates in the world. The existence of prison institutions prints the urban landscape with enormous concrete buildings characterized by stigma and segregation. But the punishment is not felt only inside the jail walls. Families, symbolized in their majority by women (mothers and wives), suffer from the mourning and the financial responsibility on bodies exiled by the state. The outskirts of male prisons become vectors of female pilgrimage and materialize oppressions. The aim of this paper is to investigate the territorial relations involved in these cases and the gender components implicit in the duty of care. This article intends to analyze the phenomenon through a bibliographical survey, relating studies of Law, Urbanism and Social Sciences.

Keywords

Prision. Exclusion. Gender. City.

Introdução

O Brasil possui a terceira maior população carcerária do globo, de acordo com dados oficiais (Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2017). Os mais de 720.000 presos brasileiros são evidência de uma política de segurança pública voltada ao encarceramento em massa e que tem como clientela a fatia mais vulnerabilizada da população. A essas pessoas, em sua maioria negras e marginalizadas desde o princípio de sua existência, o cárcere se apresenta

como a ponta final de um histórico de exclusão. O sistema as absorve para demarcar, de forma definitiva, que o protagonismo da vida social e política não lhes pertence – e que as estruturas de poder são eficientes em perpetuar privilégios e negar oportunidades de inclusão que mesmo antes da mácula da prisão já eram negadas.

A prisão se apresenta, na sociedade brasileira, como um polo difusor e reprodutor de desigualdades. E as vidas dos detentos, já cerceadas de liberdade e de condições minimamente dignas de salubridade, não são as únicas que padecem. Com eles, há toda uma gama de vidas em sofrimento: a família dos encarcerados cumpre, do lado de fora, a pena imposta pelo Estado e se mobiliza para prover os mínimos recursos de subsistência àqueles que estão sob custódia, uma vez que as instituições prisionais sequer disponibilizam itens básicos de higiene aos presos.

As visitas de familiares ao cárcere são efetuadas em sua esmagadora maioria por mulheres, mães e companheiras dos detentos, que tomam para si as demandas afetivas e materiais dos encarcerados. O dever de cuidado depositado estruturalmente na figura feminina se materializa nas filas de visita e faz com que mulheres realizem peregrinações periódicas às penitenciárias, apesar das dificuldades de acesso a esses espaços, em geral distantes de centros urbanos, e da desumanização que sofrem nas revistas para ingresso no local (Silvestre, 2011).

O presente artigo tem como objetivo investigar a dinâmica de mobilização territorial das mulheres que visitam seus familiares em penitenciárias, tendo, como recorte, a ocorrência desse fenômeno em penitenciárias masculinas. Para tratar dessas vivências, antes será realizado um panorama do cárcere no Brasil, traçando o perfil de sua clientela e seu *locus* no Estado. Então será explorada a concepção sexista sobre a qual se firma a crença no dever de cuidado feminino e seu ônus perante o sofrimento de entes queridos. O estudo será finalizado com uma análise da mobilização territorial de mulheres ao redor da estrutura do cárcere. Serão usados como fontes relatórios oficiais, doutrina penal e artigos científicos que abordam os temas.

1. Cárcere como materialização da exclusão

1.1 Perfil do encarcerado no Brasil

O cárcere brasileiro explicita a política criminal voltada à (re)produção da pobreza e do racismo institucional. Composto em sua maioria por jovens negros, o sistema prisional do Brasil materializa o anseio social por controle e eliminação dessa população, uma vez que, ainda que se reconheça a opressão estrutural que exclui pessoas vulnerabilizadas dos centros de decisão, opta-se por sobrepenalizar crimes patrimoniais (Salvador Neto, 2014). O país, por meio de seus parlamentares, investe há décadas na criação de normas de comportamento para manutenção dos privilégios e do patrimônio que somente pôde ser acumulado com a escravidão e, posteriormente, a exploração das classes trabalhadoras.

A criação de um consenso sobre o uso da punição para fins de composição dos conflitos sociais é potencializada pela difusão do imaginário de que se vive em uma sociedade marcada pela insegurança (Miranda, 2017). É alimentada a crença segundo a qual a falta de segurança é o grande problema do país, invisibilizando a negação sistêmica de direitos fundamentais a grande parcela da população – negação esta que é a real geradora dos conflitos

que ganham destaque nas mídias. Ao isolamento do cárcere é creditado o condão de combater o crime, quando, em verdade, é ele mesmo elemento aprofundador de exclusões que agravam a criminalidade.

De acordo com dados de 2017 do Ministério da Justiça, quase dois terços da população carcerária brasileira é negra. Conforme informações do PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 54% dos brasileiros são negros (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2015). Ainda segundo as mesmas fontes, 55% das pessoas presas no Brasil têm entre 18 e 29 anos, idade em que se espera que os jovens estejam cursando graduação e ingressando no mercado de trabalho. Quanto à escolaridade, 75% da população prisional brasileira não chegou ao ensino médio e menos de 1% dos presos possui graduação. Os custos da prisionalização atingem inclusive essa dimensão de análise, uma vez que se retira do mercado e da possibilidade de formação técnica um contingente expressivo de pessoas.

A seletividade do sistema judiciário faz com que se relativizem princípios penais constitucionais como o da legalidade e o da presunção de inocência a depender do público para o qual se volta (Zaffaroni, 1991). Os mais vulnerabilizados, que não podem dispor de uma representação judicial individualizada, sentem o racismo institucional ao receberem as sentenças e serem encaminhados para o confinamento. A superlotação das prisões, vendida pelos reprodutores da lógica do controle como um efeito colateral de uma criminalidade epidêmica, nada mais é do que a consequência intuitiva da política de super-encarceramento. Descola-se convenientemente o problema social brasileiro para a falta de vagas nas instituições penitenciárias em vez de alocar esforços para o enfrentamento dos eixos de opressão.

O lugar de não-sujeito ao qual a clientela penal é destinada faz com que as condições desumanizantes do cárcere sejam encaradas com tolerância ou mesmo com senso de merecimento por parte do público geral, amedrontado pela aura de terror provocada pela mídia e adepto de uma concepção maniqueísta dos problemas de segurança pública.

1.2 Duas pontas da exclusão territorial.

Cita-se, no Direito Penal Brasileiro, que a pena teria como uma de suas finalidades a ressocialização do preso (Bitencourt, 2008).²⁶ Esse discurso contrapõe-se à prática de neutralização de vidas humanas empenhada pelo nosso sistema de justiça. A ressocialização – ou reinclusão social, na dicção da Criminologia Clínica (Sá, 2011) – encontra barreira mesmo em sede semântica, uma vez que não há como se falar em reinserção daqueles que jamais chegaram a integrar de forma qualitativa algum sistema.

A distância dos grandes centros urbanos e o afastamento dos olhares dos habitantes das grandes centralidades urbanas é elemento comum tanto das penitenciárias quanto das localidades habitadas pela clientela do Direito Penal no Brasil. Segundo Ana Luiza Pinheiro Flauzina, o cárcere brasileiro opera uma (re)produção de uma espécie de genocídio da população negra – já sujeita a diversas outras possibilidades de morte física e simbólica. De acordo

²⁶ De acordo com o art. 1º da Lei de Execução Penal Brasileira (Lei nº 7.210/1984), “(a) execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado”.

com a autora, esse genocídio racializado se baseia também na extrema pobreza à qual está sujeira esta população, no precário acesso à saúde que tem a mulher negra, na falta de condições para educação e na segregação espacial dessa população (Flauzina, 2008). Trata-se não apenas de ativamente proceder ao assassinio direto, mas de expor à morte uma população já vulnerabilizada, que sente de forma mais contundente a ausência do Estado.

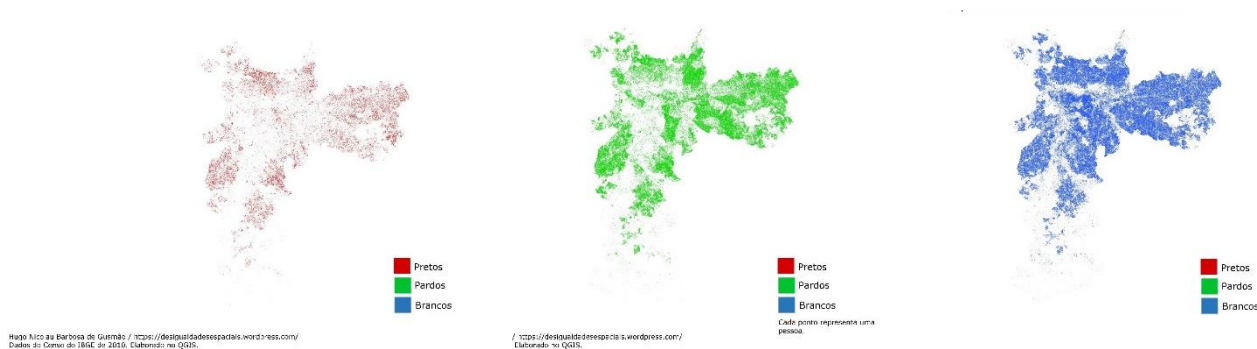


Figura 1. Mapa de pontos (cada ponto representa uma pessoa) mostrando a distribuição racial de pessoas no município de São Paulo (Gusmão, 2016).

Segundo dados do Atlas da Violência de 2017 (Cerqueira, 2017), produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, de cada 100 pessoas assassinadas no Brasil, 71 são negras. Ainda segundo o documento, as mortes violentas de jovens do sexo masculino entre 15 e 29 anos corresponde a 47,85% do total de homicídios. Tais dados explicitam o quanto a negligência institucional (ou sua atuação ativamente letal, pelas polícias militarizadas) realiza a gestão das mortes nas periferias brasileiras.

A segregação ambiental, conforme explica Ermínia Maricato, é face relevante da exclusão social, uma vez que dificulta não apenas o acesso aos serviços e infraestrutura urbanos, mas também é fator para menores oportunidades de emprego, profissionalização, acesso à justiça formal e lazer (Maricato, 1995). As iniciativas governamentais, que poderiam viabilizar uma maior inclusão desses espaços e habitantes, têm seu foco nas áreas centrais das cidades, uma vez que há restrita visibilidade midiática nas periferias e o capital político de sua população é desvalorizado.

A concentração espacial da pobreza e o vácuo deixado pelo Estado fazem com que os territórios marginalizados sejam solo propício para o surgimento do crime organizado. O sistema penal, que atua no Brasil como via de gestão da pobreza (Silva e Farias, 2017), segrega novamente aqueles que em geral cresceram em áreas periféricas.

A localização espacial das instituições prisionais, no Brasil, parece seguir a lógica estrutural de segregação de determinadas populações. A presença do cárcere na paisagem urbana, ainda que fora de zonas centrais, impacta e temoriza a comunidade com a perspectiva do perigo representando por seus ocupantes. De acordo com Wilson Edson Jorge, há grande tendência a rejeição de projetos penitenciários pela sociedade e o Estado encontra dificuldades para negociar, junto aos municípios, a implantação dessas instituições em seus entornos. Nessa guerra de forças políticas, perdem sempre os municípios menores, já que estes têm menos condições de fazer frente às investidas estatais (Jorge, 2002). Trata-se, como reconhece o autor, de solução no mínimo precária à questão da

localização dos presídios, desconsiderando a origem territorial dos internos e as dificuldades de trajeto enfrentadas pelos(as) familiares visitantes.

2. O lado de fora

2.1 Perfil dos(as) visitantes

As filas de penitenciárias brasileiras contam, em sua esmagadora maioria, com visitantes do gênero feminino (Biondi, 2009; Silvestre, 2011; Duarte, 2013). Este fenômeno, ainda pouco explorado na produção acadêmica brasileira sobre o cárcere, explicita a bagagem simbólica existente na concepção do *feminino* em uma sociedade marcada pelo sexismo, como se verá a seguir.

Conforme descreve Ana Carolina Cartillone dos Santos, há uma reprodução, nas filas de visita, do perfil populacional encontrado nos cárceres brasileiros. O recorte de classe e raça é o mesmo. As mulheres visitantes, em sua maioria assalariadas e alocadas em trabalhos precarizados, trabalham seis dias por semana e são o estio da família (Santos, 2015).

A ausência de dados oficiais a respeito das visitas realizadas periodicamente por familiares dos mais de 720.000 presos no Brasil indica o quanto o tema é negligenciado pelo poder público. Conforme explica Alvino Augusto de Sá (2010), o paradigma do controle tende a prevalecer perante todas as iniciativas minimamente humanizantes do cárcere. A entrada de visitantes no cárcere tende a ser enxergada muito mais como um transtorno à segurança do presídio do que como um direito daqueles que lá estão encarcerados.

Não há uma regulamentação comum a todas as penitenciárias brasileiras e nem a penitenciárias de um mesmo Estado da federação. Cada instituição tem regras próprias no que tange a dias de visita, trajes permitidos para entrada em ambiente prisional e itens de alimentação ou higiene admitidos para entrega aos presos. O conjunto de produtos destinados aos internos é chamado popularmente de “jumbo” e é examinado de maneira minuciosa antes de ingressar na prisão (Biondi, 2009; Silvestre, 2011).

Os momentos de visita representam uma superação da distância e a transferência, para as dependências da prisão, de atividades íntimas, como refeições em família e encontros sexuais (Duarte, 2013). As visitas são realizadas sempre em finais de semana (sábados ou domingos) e as filas para entrada tem início na madrugada anterior. Não raramente, mulheres acampam nas filas para que seja possível entrar o quanto antes e, assim, permanecer o maior tempo possível ao lado do companheiro encarcerado. A frequência das visitantes e a ausência estatal na organização das visitas faz com que haja uma autogestão, por parte das familiares, das normas procedimentais de ingresso e do arranjo das filas (Biondi, 2009).

Giane Silvestre, em sua pesquisa de campo sobre o tema, aponta que as mulheres visitantes se veem como agentes da ressocialização dos companheiros e familiares condenados pela justiça. Segundo discorre, consideram a família e o trabalho como alicerces de um futuro longe do crime – e sua presença constante aos finais de semana de visita

são formas de reafirmar a importância desses pilares (Silvestre, 2011). Segundo Thais Lemos Duarte (2013), que também investiga a temática, é possível identificar, por parte das visitantes, que essa prática se mantém por basicamente três sentimentos: amor, fidelidade e compaixão. Tais sentimentos fazem com que as familiares dos presos praticamente cumpram as penas junto com o ente querido, uma vez que dedicam a ele seus finais de semana e passam pelo controle desumanizante da administração penitenciária (Duarte, 2013).

2.2 Ônus institucionalizado

Um levantamento feito pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo descobriu que, entre 2011 e 2012 o investimento em itens de higiene, vestuário e limpeza foi de R\$ 13,00 a R\$ 50,00 por preso (Fábio, 2016). Ou seja, em um ano gastou-se, por pessoa, um valor que sequer seria suficiente para arcar com itens de higiene pessoal por um mês em uma residência típica de uma grande cidade. Tais itens – papel higiênico, sabonetes, creme dental, escovas de dente, lâminas de barbear, roupas, sabão em pó – ao não serem oferecidos pelo Estado às pessoas custodiadas, acabam se tornando de responsabilidade das familiares, que arcam financeiramente com os produtos e os levam às penitenciárias.²⁷

Nesse cenário, o cárcere atua não apenas como fator de fragilização emocional das famílias que têm um ente encarcerado – significa, também, um eixo de desestruturação financeira das pessoas que, do lado de fora, apoiam os presos (Silvestre, 2011). Não é raro que a renda familiar seja comprometida pela necessidade de prover os itens de higiene, vestuário e limpeza aos internos. Além disso, as visitantes tendem a levar alimentos de preparação caseira ou industrializados para os familiares, já que a comida oferecida nas cadeias é de baixa qualidade e há, no provimento de alimentação pelas visitas, um componente de afeto e zelo envolvidos (Duarte, 2013).

As mulheres não por acaso representam a maior parte das visitas às instituições prisionais. O dever de cuidado, associado às caracterizações do gênero feminino, está intimamente ligado aos laços de obrigação e carinho que as unem aos esposos e familiares presos (Duarte, 2013). Esta conjuntura leva Santos a afirmar que a institucionalização da entrada do “jumbo” como prática corrente nas penitenciárias brasileiras, além de revelar a violação de direitos da pessoa presa (uma vez que advém da ausência estatal), pode ser traduzida também como exploração do trabalho feminino por parte do Estado (Santos, 2015):

Essa tarefa, que demanda muito tempo e dinheiro, exige desde a ida ao supermercado, até a entrega dos produtos nos Correios ou na unidade. Significa também a preparação, refrigeração e embalagem – geralmente feita na véspera da visita – de todos os alimentos a serem levados. Por fim, o trabalho de entrega por si só demandará o deslocamento da familiar – por vezes de uma cidade a outra – no domingo de madrugada ou na própria noite de sábado. (Santos, 2015, p. 10)

Relato similar é feito por Duarte (2013):

²⁷ O não oferecimento desses itens contraria determinação legal. Segundo a Lei Nº 7.210/1984 – Lei de Execução Penal, o estabelecimento prisional deve fornecer itens de alimentação, vestuário e higiene: “Art. 12. A assistência material ao preso e ao internado consistirá no fornecimento de alimentação, vestuário e instalações higiênicas”.

Nos dias anteriores à visita, a mulher dispensa boa parte do seu tempo a preparar os alimentos que serão levados às unidades prisionais. A esposa de um interno informou que praticamente não dormia nas noites anteriores às visitas porque passava grande parte da madrugada cozinhando. Os preparativos para a visita começavam alguns dias antes do encontro, pois havia a necessidade de ela ir ao supermercado comprar os ingredientes para preparar a comida. (Duarte, 2013, p. 632)

Tratar-se-ia, portanto, de uma terceira jornada de trabalho imposta a essas mulheres, que em geral já estão sujeitas a (i) um turno de trabalho precarizado, (ii) um turno de cuidados dedicados à casa e aos filhos, e (iii) um turno extra aos finais de semana, para compra e preparação dos produtos a serem levados ao companheiro encarcerado (Santos, 2015). Impera reconhecer que esse ônus feminino somente se impõe com essa contundência pela ausência do Estado em oferecer aos presos itens básicos para garantia de sua dignidade.

Necessário pontuar, também, que a revista íntima pela qual as mulheres são submetidas antes de entrar nos estabelecimentos prisionais ficou conhecida como “revista vexatória” pelo grau de humilhação que representam. As visitantes de todas as idades são obrigadas a tirar toda a roupa perante policiais femininas e, diante delas, abrir vagina e ânus com as mãos, agachar sobre espelhos e tossir a fim de que se assegure que elas não transportam itens proibidos para dentro da instituição. O descaso é tamanho que diversas instituições de defesa de direitos humanos passaram a se referir à prática como um estupro institucionalizado (Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, 2015).

3. Mobilização feminina nos entornos do cárcere

Giane Silvestre, em sua dissertação de mestrado, analisou os dias de visita de familiares de presos nas penitenciárias da cidade de Itirapina, bem como a forma com que a existência de duas prisões no local impacta a dinâmica comunitária de uma cidade com pouco mais de 16.000 habitantes. O caso de Itirapina é notável porque foi imposto à cidade um vínculo íntimo entre os moradores e as prisões em seu entorno: os empregos públicos gerados pelas penitenciárias pagam os salários mais altos, o comércio, o setor hoteleiro e de transporte são mobilizados pelo afluxo de visitantes aos finais de semana e a paisagem da pequena cidade é marcada por duas vultosas edificações em seu horizonte (Silvestre, 2011).

Na investigação desenvolvida constatou-se que, ainda que o afluxo de visitantes à cidade nos finais de semana para realização das visitas movimente o comércio regional (já praticamente dependente dessa migração periódica), as mulheres visitantes são consideradas “outsiders”, sendo sua presença indesejada em diversos estabelecimentos. O tipo de produto consumido, as vestimentas das mulheres que os compram e a periodicidade em que realizam as compras são elementos que distinguem esse público da comunidade local.²⁸ De acordo com a pesquisa, as visitantes são tratadas de forma diferente pelos cidadãos e são foco de estigmatização mesmo nos locais que economicamente ajudam a sustentar. (Silvestre, 2011).

²⁸ As instituições penitenciárias estabelecem regras rígidas para vestimenta por parte de visitantes. Mulheres não podem usar saias; as calças e blusas devem ser largas, sem decotes, sem transparências, sem bolsos, sem capuz ou acessórios volumosos. Não se pode ingressar nos estabelecimentos prisionais vestindo cores similares às dos uniformes dos detentos. Calçados e roupas não podem ter adereços metálicos.

Esse tratamento ríspido e despido de acolhimento faz com que as mulheres visitantes sejam foco não só do controle formal da instituição prisional, que impõe revistas íntimas desumanizantes (entre outras agressões à dignidade), mas também que elas estejam submetidas a um forte controle informal (Silvestre, 2011). A comunidade censura a presença das mulheres esposas e familiares dos encarcerados e manifesta, no tratamento direcionado a elas, a ausência de empatia social com o cárcere e tudo que a ele se relaciona.

A mobilização territorial das companheiras e familiares de presos tem também uma outra dimensão: os desafios impostos pela transferência dos internos entre presídios faz com que as migrações periódicas sejam direcionadas a destinos diferentes ao longo do cumprimento das penas.²⁹ A distância entre a penitenciária de destino e a família do condenado não figura como um fator de ponderação relevante no momento da decisão do juízo de execução penal pela transferência.

Esses deslocamentos constantes aos quais as visitantes são submetidas faz com que elas consigam inclusive delimitar quadros comparativos entre prisões (Biondi, 2009), uma vez que, ainda que a administração penitenciária seja centralizada por Estados da federação, cada local possui demandas e regras próprias no que tange à visitação.

As distâncias entre cidade de origem e instituições prisionais fazem com que o ônus financeiro de se ter um companheiro ou parente preso seja ainda maior. Passagens de ônibus, mesmo intraestaduais, representam um montante significativo para famílias com já poucos proventos financeiros e comprometida pela ausência de renda do ente encarcerado.

Diante desse cenário, observou-se que organizações criminosas passaram a se envolver com a dinâmica de visitação a fim de providenciar o devido transporte das mulheres às instituições prisionais. A pesquisa de Bruna Biondi (2009) indica que o Primeiro Comando da Capital (PCC), conhecida facção criminal originária de São Paulo, traz para si a responsabilidade de prover ônibus fretados às esposas e mães de presos aos finais de semana para viabilizar a visitação. A lacuna de atuação do Estado, que negligencia o direito de visita e não cria condições propícias a ela, acaba preenchida pelo crime organizado.

Considerações finais

Este trabalho se propôs a analisar a mobilização territorial imposta às pessoas que realizam visitas a companheiros e parentes encarcerados. Pretendeu-se, antes de adentrar ao tema propriamente dito, realizar um panorama acerca de quem é a clientela do sistema penal no Brasil e indicar que a segregação espacial proporcionada pelo cárcere pode fazer parte de um histórico anterior de exclusão sócio-territorial.

Conforme demonstrado em pesquisas anteriores sobre a temática, as visitas são efetuadas em sua esmagadora maioria por mulheres – companheiras, mães e filhas – que tomam para si a responsabilidade pela gestão emocional e material dessa situação de segregação vivida pelo preso.

²⁹ O recurso da transferência de detentos para presídios distantes é estratégia político-judicial que visa ao afastamento de pessoas de locais em que estas exerceriam influência em supostas organizações criminosas.

São infligidas às visitantes dificuldades de diversas ordens: falta de estrutura para organizar as visitas – fazendo com que haja a necessidade de amanhecer em filas para poder ficar mais tempo com o preso, procedimentos invasivos e degradantes de revista íntima, falta de financiamento estatal para locomoção até as penitenciárias, entre outros. Além dos empecilhos impostos, há uma espécie de “terceirização”, pelo Estado, do dever de prover itens de higiene, limpeza e vestuário aos custodiados, o que onera de forma desproporcional as mulheres visitantes – em geral provenientes de classes trabalhadoras e com reduzidos recursos financeiros.

As visitantes sujeitam-se também à estigmatização da comunidade que rodeia a penitenciária, que materializa nas mulheres a falta de empatia por questões relacionadas ao cárcere. Elas acabam sendo foco do controle formal, pela instituição prisional, e informal, pelos julgamentos e distanciamento social que sofrem.

Percebe-se que o direito de receber visitas, previsto na legislação brasileira, é relativizado: ainda que a prática seja autorizada, a mera autorização não se mostra suficiente para contemplar a amplitude do fenômeno e garantir a concretização do direito. Demandas pela efetivação plena do direito de visita, pela conferência de condições dignas às visitantes, e pela análise de impacto dos aspectos espaciais da política prisional são urgentes no sistema penal brasileiro, bem como a visibilização de que quem tem esses direitos cerceados são pessoas com gênero, classe e raça previamente definidos.

Referências

- Biondi, K. (2009). *Junto e Misturado: imanência e transcendência no PCC* (Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, Brasil).
- Bitencourt, C. R. (2008). *Tratado de Direito Penal: Parte Geral. Volume 1. 13ª Edição*. São Paulo, Brasil: Saraiva.
- Brasil. Lei nº 7.210/1984 – Lei de Execução Penal. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7210.htm.
- Cerqueira, D. et. al (2017). *Atlas da Violência 2017*. Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/images/170602_atlas_da_violencia_2017.pdf.
- Duarte, T. L. (2013). Amor, fidelidade e compaixão: ‘sucata’ para os presos. *Revista de Sociologia e Antropologia*, v. 03.06, p. 621-641, nov. 2013.
- Fábio, A. C. (2016, 03 de junho). Delivery de itens básicos para sobreviver na prisão. O que esse novo mercado diz sobre o sistema. *Nexo*. Disponível em <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/06/03/Delivery-de-itens-b%C3%A1sicos-para-sobreviver-na-pris%C3%A3o.-O-que-esse-novo-mercado-diz-sobre-o-sistema>.

- Flauzina, A. L. P. (2008). *Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro*. Rio de Janeiro, Brasil: Contraponto.
- Gusmão, H. N. B. (2016, 29 de junho). Mapa racial de pontos da cidade de São Paulo: desigualdades espaciais [Blog post]. Disponível em <https://desigualdadesespaciais.wordpress.com/2016/06/29/mapa-racial-de-pontos-cidade-de-sao-paulo/>.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2018). *Sobre o Brasil: cor ou raça*. <https://teen.ibge.gov.br/sobre-o-brasil/populacao/cor-ou-raca.html>.
- Instituto Brasileiro de Ciências Criminais. (2015). Editorial: Revista vexatória: o estupro institucionalizado. Disponível em https://www.ibccrim.org.br/boletim_artigo/5279-Revista-vexatria-o-estupro-institucionalizado.
- Jorge, W. E. (2002). Projetos prisionais no Estado de São Paulo. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP*, vol. 12, p. 100-117, 2002.
- Maricato, E. (1996). *Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade desigualdade e violência*. São Paulo, Brasil: Hucitec, 1996.
- Ministério da Justiça. (2018). *Há 726.712 pessoas presas no Brasil*. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/news/ha-726-712-pessoas-presas-no-brasil>.
- Ministério da Segurança Pública. (2017). *Infopen: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias* (atualização: junho/2016). Disponível em <https://www.conjur.com.br/dl/infopen-levantamento.pdf>.
- Miranda, I. (2017). A necropolítica criminal brasileira: do epistemicídio criminológico ao silenciamento do genocídio racializado. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, vol. 135/2017, p. 231 – 268, Set / 2017.
- Sá, A. A. (2011). *Criminologia clínica e execução penal: proposta de um modelo de terceira geração*. São Paulo, Brasil: Ed. Revista dos Tribunais.
- Sá, A. A. (2010). *Criminologia clínica e psicologia criminal*. 2. ed. São Paulo, Brasil: Ed. Revista dos Tribunais.
- Salvador Neto, A. V. (2014). *Direito Penal e Propriedade Privada: a racionalidade do sistema penal na tutela do patrimônio*. São Paulo, Brasil: Atlas.
- Santos, A. A. C. (2015). Entre os muros da casa e os muros da cadeia: a ordem patriarcal de gênero na prisão a partir das visitantes. *Anais do IV Encontro Nacional de Antropologia do Direito – ENADIR*.

Silva, D. J. V. & Farias, A. R. M. (2017). Tendências do processo de administração da pobreza em um governo antipobre. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, vol. 129/2017, p. 181 – 216, Mar / 2017.

Silvestre, G. (2011). *Dias de visita: uma sociologia da punição e das prisões em Itirapina* (Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, Brasil).

Zaffaroni, E. R. (1991). *Em busca das penas perdidas: a perda de legitimidade do sistema penal*. Rio de Janeiro, Brasil: Revan.

O Direito à Cidade e a Questão do Gênero. *Uma Revisão Crítica*

Lua Bittencourt | lua.bittenca@gmail.com
Faculdade de Arquitetura – ULISBOA

Resumo

Um dos argumentos defendidos hoje por diversos teóricos é que faltou a Lefebvre e a Harvey a inserção das diferenças inerentes ao coletivo ao falar sobre direito à cidade. A partir daí este estudo vem para construir uma crítica literária sobre a consideração das diferenças entre os gêneros na concepção e no exercício do direito à cidade. Utilizando de teóricos de base e outros de discurso feminista, a discussão tem como objetivo identificar pontos comuns e lacunas nos discursos a fim de se observar o que ainda pode ser transmitido para o planejamento urbano na busca pelo equilíbrio no dito direito à cidade, uma vez que a maneira com que a sociedade e os governantes, em sua grande maioria, ainda lidam com as desigualdades de gênero não tem se mostrado suficiente para garantir a autonomia das mulheres nas cidades.

Palavras-Chave

Direito à cidade, Estudo de Gênero, Vida Urbana, Estudos Urbanos

Abstract

One of the arguments defended nowadays by several theorists is that Lefebvre and Harvey lacked the insertion of the inherent differences amid collectives when talking about the right to the city. From this point, this paper comes to set a literary critique about gender differentiation in the conception and exercise of the right to the city. In order to observe what can still be transmitted to urban planning in the quest for balance in the claimed right to the city, basic theorists and others of feminist discourse are used. This discussion aims to identify gaps and common points in the discourses, once observed that the way in which society and most part of governments still deal with gender inequalities has not proved sufficient to guarantee women autonomy in the cities.

Keywords

Right to the City, Gender Study, Urban Life, Urban Studies

Introdução

Lefebvre (2008) trouxe a ideia (e o consequente debate) acerca do direito à cidade e o que ele implica e, desde então, muito foi e continua a ser discutido e dito por teóricos e *tomadores de decisão*³⁰, independentemente do sistema econômico defendido ou do país em foco. David Harvey (2008) acabou por definir o direito à cidade como muito mais que a liberdade individual para acessar os recursos urbanos. Afirmou que acaba por ser o direito de

³⁰ Usa-se aqui a nomenclatura '*tomadores de decisão*' para aqueles à frente das decisões que direcionam o planejamento e a dinâmica das cidades e da vida nelas. Chamados também de *decisores*, são os grandes influenciadores na administração e desenvolvimento da sociedade.

mudar a si mesmos por mudar a cidade e, sobretudo, um direito coletivo, ao invés de individual, pois esta transformação inevitavelmente depende do exercício de um poder coletivo para dar nova forma ao processo de urbanização. Harvey argumentou que o direito a fazer e refazer as cidades e nós mesmos é um dos mais preciosos, e ainda assim mais negligenciados, dos *direitos humanos*.

No entanto, o argumento defendido por alguns teóricos de discurso feminista é que faltou a Lefebvre e a Harvey, posteriormente, assim como a grande maioria dos pesquisadores, a inserção das diferenças inerentes ao *coletivo* (Fenster, 2005). Ao analisar a ideia, a primeira questão que surge é em que medida essa noção do direito à cidade é sensível à diferença individual e coletiva. Como tal, a definição de Lefebvre não se relaciona com a noção de poder e controle, que são ligados à identidade e ao gênero. Portanto, sua definição não desafia qualquer tipo de relações de poder (étnicas, nacionais, culturais) e muito menos de gênero como ditando e afetando as possibilidades de realizar o direito ao uso e o direito de participar da vida urbana.

É sabido, pois, que parte fundamental para a dita conquista ao direito da cidade é o sentimento de pertencimento, da noção do coletivo e, parte deste sentimento é, por sua vez, a percepção de segurança ou de insegurança. Constata-se que a insegurança é um tema que toca a todas as pessoas que vivem na cidade, mas faz-se importante considerar que há perigos e medos vividos exclusivamente ou mais intensamente pelas mulheres (Peccini, 2016). Isso se verifica, simplificadamente, por meio da construção social da mulher: a forma como ela é vista na sociedade e o lugar em que ela é colocada; o lugar da mulher historicamente construído é o espaço privado e não o espaço público. No espaço público, ela não se sente segura, não se sente pertencente.

Como já percebido, a igualdade de gênero é um conceito complexo e multidimensional que compreende a gama de fatores que engloba processos sociais, culturais, históricos e econômicos. Nessa linha, continua notável até os dias de hoje a dominação, em trabalhos e estudos relacionados às questões urbanas, espaciais e temporais, da desconsideração a essas diferenças de gênero e a conseqüente tendência à obtenção de soluções únicas para toda a população. A partir daí este estudo vem para iniciar uma construção crítica da inserção da noção de diferenciação de gênero no exercício do direito à cidade. Utilizando conceitos de teóricos de base e outros de discurso feminista, este trabalho tem como objetivo identificar pontos comuns e lacunas nos discursos a fim de se concluir o que poderia ser transmitido hoje para o planejamento urbano que traria equilíbrio para o dito direito à cidade, uma vez que a maneira com que a sociedade e os governantes em sua grande maioria lidam com as desigualdades de gênero atualmente ainda não têm se mostrado suficiente para garantir a autonomia das mulheres nas cidades. Assim, este trabalho vem com o objetivo de ilustrar, mesmo que brevemente, aonde se encontra a teoria acerca do lugar da mulher na cidade e qual seu papel na discussão e planejamento urbano.

Por se tratar de um estudo feminista de gênero, é crucial definir logo a princípio que, além das peculiaridades claras do que é ser uma mulher em cada cultura - seja de diferentes países ou religiões ou mesmo de diferentes regiões do mesmo país - ainda existem contradições quanto a concepção do próprio *gênero feminino*. A mulher,

que sempre foi objeto dos movimentos feministas, agora compreende mais do que os seres humanos que nasceram com o sexo feminino, além do que a categoria *mulher* também foi construída sob uma visão de dominação masculina (Miguel & Biroli, 2014). A verdade é que diferentes correntes feministas ainda discordam e discutem a definição de gênero. No entanto, é extremamente importante, em um estudo, mostrar qual é o objeto da pesquisa e a que grupo está se dirigindo. A solução para essa questão foi adotar aqui o conceito da distinção entre sexo e gênero, que tem se tornado central no debate feminista. O primeiro então se torna uma referência ao fenômeno biológico e o segundo à construção social. Ser mulher é entendido como um processo, tanto pessoal quanto social, isto é, além de uma identidade, o gênero é uma posição social e um atributo das estruturas sociais.

O direito à cidade e a mulher

Que, historicamente, homens e mulheres sempre foram tratados e enxergados de forma distinta não é novidade. Os movimentos feministas, que ao longo do tempo tiveram papel marcante em importantes conquistas pela igualdade de gênero, hoje aparecem cada vez mais fortes e alinhados a outros movimentos sociais que buscam, acima de tudo, equilíbrio e justiça na vida em sociedade. Em um mundo que hoje já tem mais da metade de sua população morando em cidades (UN-Habitat, 2016), a vida em sociedade tem sido cada vez mais analisada e criticada.

Para entender as cidades, é primordial que se compreenda que a combinação de usos é necessária para a promoção da segurança urbana, uma vez que o contato e a interação de pessoas necessitam de um número significativo de componentes (Jacobs, 2000). Cidades precisam de diversidade e a maior parte dela vem da pluralidade de culturas e dos diferentes modos de viver e propósitos de pessoas distintas. Ao abordar a questão da diferenciação de gênero no meio urbano, nota-se que o direito de usar a cidade e o direito de pertencer são bastante conectados e interdependentes: essas conexões podem ser implícitas e não claramente vinculadas, mesmo na mente das próprias mulheres, mas parece que a construção dos poderes patriarcais afeta até hoje não só a vida doméstica, mas também seu senso de liberdade de movimento e uso de espaços públicos.

Se há algo que identifica um pensamento como feminista e com foco em gênero, é definitivamente a reflexão crítica sobre a dualidade entre a esfera pública e a esfera privada. Por um lado, entre as mulheres mais ricas, as restrições à aparição pública visavam evitar o contato direto com pessoas de classes sociais mais baixas e também impunham que elas fossem acompanhadas em todos os momentos. Por outro lado, a realidade das mulheres que precisavam trabalhar, para completar ou mesmo garantir todo o orçamento familiar, era bem diferente. O tratamento dado pela polícia e pela própria população foi permeado de violência e humilhação pública. Muitas vezes, essas mulheres eram inclusive impedidas de se sentar e aproveitar a sombra e descansar em praças públicas, correndo o risco de serem taxadas como prostitutas, sofrendo agressão física ou mesmo sendo presas (Lyra, 2017).

Podemos notar que, em um relativo curto período de tempo, nos países em desenvolvimento, as mulheres conquistaram e ocuparam novos lugares no mercado de trabalho assalariado, no mundo político e, inclusive, nas relações domésticas e familiares, estando no caminho da busca pela cidadania plena. No entanto, muitas vezes as mulheres ainda são vistas como figuras invisíveis no espaço urbano, não podendo, portanto, exercer seu pleno

direito à cidade. Nesse sentido, fica evidente a necessidade de valorizar uma perspectiva de gênero nas políticas públicas urbanas, a fim de promover uma sociedade mais igualitária, uma vez que elas têm a possibilidade de distribuir, sistematizar as tensões e conflitos sociais, dividir e compartilhar os custos e benefícios sociais, dando voz e poder às mulheres (GIZ, 2013). Além disso, pensar em políticas com o corte de gênero é reconhecer as relações de poder que envolvem esse conceito, uma vez que ele pode ser formado pela interseção de modalidades raciais, de classe, étnicas, sexuais e regionais (Butler, 1990).

Mas, embora a sociedade como um todo finalmente apresente sinais evidentes de progresso e mudanças em suas relações de poder e estrutura (pelo menos nas grandes cidades) e ser natural ver homens e mulheres trabalhando lado a lado e ocupando o espaço urbano, a mulher continua intrinsecamente pertencente ao espaço privado. Em geral, homens e mulheres ainda estão longe de dividir igualmente tarefas domésticas e responsabilidades, muitas vezes deixando as mulheres com uma jornada dupla: trabalhar na rua e em casa.

No marco das contradições nas relações sociais de gênero, estão em jogo questões simbólicas e culturais que determinam, entre outros, a mobilidade urbana e questionamentos sobre o deslocamento cotidiano das mulheres no âmbito de seu papel no espaço familiar (como levar seus filhos a creches ou escolas), profissional e social (ocupação de espaços públicos, praças, parques, entre outros) (Tavares, 2015). Mas, se elas permanecerem muito mais presas e responsáveis pelo privado, como elas ocuparão o espaço público? Já é mais do que provado que não é suficiente apenas exigir o acesso das mulheres ao que era considerado atividade masculina, também é fundamental redefinir os critérios de avaliação que tornam algumas atividades consideradas mais importantes e dignas do que outras e que fazem com que algumas formas de comportamento (dos homens) sejam universalizáveis, enquanto outras (de mulheres) aparecem como inevitavelmente ligadas a uma posição social particular (Miguel & Biroli, 2014).

Apoiada em narrativas de entrevistados, Tovi Fenster (2005) constatou que o direito ao uso da cidade e o direito de pertencer são mesmo bastante conectados e interdependentes: essas conexões podem estar implícitas e não claramente ligadas. Para dar suporte a essa constatação, a autora aborda também a teoria da territorialização de Certeau (1984), na qual ele afirma que pertencer é um sentimento. Assim, a rua definida pelo planejamento urbano é transformada em um espaço pelos *caminhantes* – os usuários do espaço. Para Certeau, as atividades corporais cotidianas na cidade fazem parte de um processo de apropriação e territorialização: "Os praticantes comuns da cidade vivem abaixo, abaixo dos limiares em que a visibilidade começa. Eles caminham - uma forma elementar dessa experiência da cidade".³¹

Desafia-se aqui, então, a noção Lefebvriana do direito à cidade ao se usar da crítica feminista no argumento que a identificação do direito à cidade não possui atenção suficiente às relações patriarcais de poder que são étnicas, culturais e relacionadas ao gênero – o que acaba por não produzir um ponto de vista prático. Podemos também enfatizar como as relações de poder patriarcais são os elementos que mais afetam no abuso do direito das mulheres à cidade de maneiras diferentes às dos homens quando conectam-se as duas dimensões do direito à cidade impressos por Purcell (2002), o *direito ao uso* do espaço público e o *direito à participação* nas decisões, os quais são obtidos por meio do cumprimento de responsabilidades e obrigações específicas em que cada pessoa ajuda a

³¹ Citação originalmente em inglês traduzida livremente para este trabalho

criar a cidade como arte-final ao realizar a vida cotidiana em espaços urbanos, o que pode representar que falta à visão de Lefebvre sensibilidade às diferenças nas escalas tratadas – o já apresentado individual e coletivo.

Assim, a construção de pertença, que se baseia no uso rotineiro do espaço, tem uma clara dimensão de gênero, como geralmente o uso diário do espaço está conectado à divisão de tarefas domésticas: como citado, as mulheres em todo o mundo acabam por ser as responsáveis pelo cuidado das necessidades dos membros da família, quer por conta própria, quer com a ajuda de outras mulheres. Para realizar esses deveres, seus direitos de uso devem ser mantidos para que elas possam ir trabalhar, fazer compras, levar seus filhos para a escola e serviços de saúde e ainda cumprir seus deveres sociais e familiares. Aqui, o direito de usar espaços públicos envolve os "direitos humanos fundamentais" - para alimentação, abrigo, saúde e paz, as necessidades básicas da sobrevivência humana. É a partir daí que podemos perceber as *exclusões de gênero* no dia-a-dia das cidades.

Definida como o espaço onde as pessoas vivem, trabalham e tem lazer na vida cotidiana, a cidade abrange lugares e espaços criados ou modificados por pessoas, incluindo edifícios, parques e sistemas de transporte, não só pelo design, mas também pelo uso e ocupação do solo. Na escala da cidade, as práticas (culturais e históricas) patriarcais são expressas em questões de medo e segurança e exclusões de gênero de espaços públicos devido a normas religiosas e culturais. Ambas práticas criam espaços *proibidos* para as mulheres e abusam de seus direitos para a cidade. O medo do uso de espaços públicos, especialmente da rua, transportes públicos e parques, é o que largamente impede as mulheres de cumprir seu dito direito à cidade. Assim, o direito à cidade é, portanto, cumprido quando o direito à diferença também é cumprido e pessoas de diferentes etnias, nacionalidades e identidade de gênero podem compartilhar e usar os mesmos espaços urbanos.

O direito de participar, por sua vez, é discutido em conexão ao planejamento urbano e governança local: o direito à participação inclui o direito de assumir um papel importante nas decisões relativas à produção de espaços urbanos em qualquer escala relevante (o estado nacional, provincial ou local). A conexão entre o direito de participar e a noção de pertença e compromisso está conectada ao planejamento urbano e à governança: quanto mais escolhas as pessoas tiverem, mais forte será o seu sentimento de pertencimento. O poder de decidir e o poder de escolher tanto no privado quanto no público são de fato uma das expressões básicas das formações de cidadania. Isso está relacionado à ação do cidadão e foi visto como parte do contrato que essa pessoa tem com sua cidade. O cumprimento deste faz parte da *cidadania* - do direito de moldar espaços urbanos e de fazer parte do todo - a vida cotidiana da cidade. A questão do gênero desse aspecto do direito à cidade - o direito de participar - está novamente ligada ao diferente acesso que as mulheres e os homens têm aos processos de tomada de decisão.

Em paralelo está a discussão a respeito do praticar a cidade. Sabe-se que a sociedade é sutilmente organizada em torno de diferentes estruturas sociais que definem e reforçam o senso individual de segurança - sentir-se seguro é provado ser crucial para que as pessoas abracem o espaço urbano. Em geral, a vida e as próprias pessoas tornam a cidade mais convidativa e segura, seja em termos de sentimento de segurança ou vivida. No entanto, o mais comum em estudos e pesquisas relacionados a problemas urbanos, espaciais e temporais é ignorar as diferenças de gênero e obter uma única solução para toda a população.

Carina Listerborn (2015) explorou a segurança e a política do espaço de duas maneiras. Primeiro, analisou a pesquisa sobre o medo das mulheres e exige cidades mais seguras, identificando quatro contradições na geografia do discurso do medo. Em segundo lugar, trabalhou sobre como a inclusão de várias formas de medo pode redefinir a discussão contemporânea de segurança uma vez despolitizada e cooptada, ao dar foco às ameaças sexistas e racistas em vez de exclusivamente nas classes médias brancas. Para ela, as ameaças às mulheres muçulmanas e suas experiências em espaços públicos são, em particular, enfatizadas como medos exemplares que são negligenciados no debate de segurança. Ao afirmar que o feminismo é, além de dar voz, também ouvir atentamente, a autora buscou a reinvenção do discurso de segurança para torna-lo mais inclusivo, abordando a vida de mulheres cujas experiências de medo e ameaças em seu uso diário de espaços públicos geralmente não são reconhecidas e não são observadas.

Embora a crítica feminista tenha desenvolvido uma compreensão do espaço como fluida e relacional, a geografia do medo tende a reforçar a divisão espacial, ou pelo menos corre o risco de fazê-lo. O argumento passa a ser, assim, sobre a importância de identificar que a distribuição espacial desigual do medo e da violência sexista e racista pode ser parte de uma noção geral do direito à cidade e da igualdade radical. Faz-se importante ressaltar a natureza *gênica* e *racialista* da dinâmica urbana, bem como suas interseções. Assim, o debate de segurança e as medidas de segurança que prevalecem hoje precisam ser repensados com políticas feministas e antirracistas – o sentido de coletivo equitativo. Pode-se afirmar ainda que história do planejamento urbano poderia ser reescrita como a tentativa de gerenciar o *medo na cidade* (Bauman, 1989).

A compreensão da política do espaço implica um foco não só em intervenções políticas elaboradas e articuladas, mas também na inclusão de atividades menos visíveis que também contribuem para mudanças de ordens políticas em público. Trazer a política espacial visível e não visível e as negociações espaciais que se realizam nos espaços públicos urbanos, pode fortalecer as perspectivas dos sujeitos até agora invisíveis que se tornam assuntos políticos no espaço público urbano (Listerborn, 2015).

Na ideologia do planejamento urbano, os espaços públicos são importantes como uma arena para que as pessoas se encontrem, enquanto os processos de segregação e exclusão são a realidade da maioria das cidades. Para entender que tipos de política aplicar e desenvolver, é preciso entender o contexto. Nota-se, portanto, no caminho percorrido ao longo deste estudo aqui apresentado, que uma representação equilibrada das mulheres como vítimas e como produtores ativos e participantes da vida urbana pública é complexa. Enquanto ninguém hoje quer reforçar a imagem das mulheres como *fracas*, a maioria dos inquéritos e pesquisas na área ainda mostra que as mulheres são a categoria social mais vulnerável e temerosa nos espaços públicos.

Conclusão

Como mostrado e amplamente estudado, o lugar da mulher na sociedade é, historicamente, atrelado ao privado, ao interior de casa, aos cuidados da família, enquanto os homens ganhavam e construíam as cidades (Silva, 1986). Ao se olhar para questões *de gênero*, nos deparamos com uma genealogia longa e complexa, mas que geralmente está vinculada às diferenças percebidas entre mulheres e homens e às relações de poder desiguais baseadas nessas

diferenças percebidas. Os processos que definem o gênero são sempre influenciados por outras dimensões como por exemplo, idade, etnia ou habilidade física e desenvolvem-se nas práticas cotidianas no local, incluindo, entre outras, as práticas relacionadas à mobilidade urbana diária (Hanson & Hanson, 2017).

Quando se trata da mulher no espaço público, o primeiro aspecto comumente questionado é a segurança. Como visto brevemente neste estudo, pelo senso comum, segurança é a *percepção* de se estar protegido de riscos, perigos ou perdas, e, ao se tratar de percepção, a subjetividade e individualidade do objeto estudado torna-se evidente. A partir daí, faz-se essencial a discussão acerca das políticas urbanas (de espaço) que tocam na questão mais ampla do direito à cidade. E, na busca por uma redefinição do discurso de segurança, vimos que se faz hoje necessária outra abordagem teórica que se afaste das teorias e estratégias atualmente dominantes e baseadas em suposições simplistas, como a necessidade de ruas lotadas para tornar o urbano mais vibrante e seguro (Gehl, 2013).

Além disso, mostrou-se aqui evidente que o espaço urbano não é neutro. A percepção e o uso da cidade, suas áreas de trânsito, descanso e socialização não são os mesmos para uma criança e para uma pessoa idosa ou para uma pessoa com deficiência. Da mesma forma, homens e mulheres experimentam a cidade, a rua e o espaço público de diferentes maneiras. Isso significa que as possibilidades de “habitar e aproveitar” a cidade são menores para alguns grupos sociais, como as mulheres, onde os recursos urbanos não são suficientes ou não consideram suas particularidades. Como vimos ao longo deste trabalho, a luta das mulheres pela igualdade de direitos e deveres dentro da sociedade vem ocorrendo há décadas e, embora já tenham ocorrido grandes mudanças, elas ainda não são suficientes para igualdade na incorporação das mulheres à sociedade. Existem diferenças salariais, legais, educacionais e, claro, territoriais.

As funções sobrepostas carregadas pelas mulheres (mãe, dona de casa, trabalhadora etc.) exigem certas condições espaciais para a conexão e uso do meio ambiente: infraestrutura rodoviária, redes de serviços, espaços públicos e equipamentos que impactam no acesso aos serviços públicos urbanos, participação ativa cidadã e, principalmente, a dita percepção de segurança da mulher. Além disso, aspectos concretos da desigualdade são observados no planejamento do transporte urbano e nas possibilidades de seu uso, uma vez que as horas de trabalho de muitas mulheres são muitas vezes parciais e combinadas com outras tarefas (como cuidar e amamentar crianças e cuidar ou assistir outros membros da família que estiverem doentes). Por tudo isso, é urgente a necessidade de se pensar em cidades inclusivas, onde a dimensão de gênero é um componente de importância vital nas políticas e no planejamento urbano, o que contribui para torná-las mais sustentáveis, justas e equitativas.

Assim, vimos aqui que o debate do direito à cidade inerente às mulheres inclui diversas dimensões, os mesmos pilares de sustentação do conceito *geral* de direito à cidade: a dimensão política, a simbólica e a prática. Nesta perspectiva, é imprescindível destacar que as conflituosas questões de gênero devem ser enfrentadas por homens e mulheres para que a mudança na mentalidade e cultura possa garantir a produção de espaços urbanos mais acolhedores, tais como as ruas amplas, seguras e iluminadas, bem como usos de serviços mais equitativos e efetivos como o transporte público (Urbanístico, 2017). As formas pelas quais a sociedade e os gestores públicos lidam e planejam atualmente ainda não são suficientes para garantir a autonomia das mulheres nos seus cotidianos no espaço público. Esse aspecto permeia as instituições, a economia, a política e o próprio planejamento urbano, uma

vez que os estudos urbanos que consideram específica e fundamentalmente as diferenças de gênero ainda são difíceis de encontrar. Além disso, é notável ainda existir uma enorme carência de mulheres e pessoas com o pensamento focado na diferenciação e particularidades de gênero planejando e gerenciando cidades.

Referências

- Bauman, Z. (1989). *A liberdade*. (E. Estampa, Ed.). Lisboa: Open University Press.
- Butler, J. P. (1990). *Gender Trouble - Feminism and the Subversion of Identity*. Routledge, Chapman & Hall.
- de Certeau, M. (1984). *The Practice of EverydayLife*.
- Fenster, T. (2005). The Right to the Gendered City : Different Formations of Belonging in Everyday Life, *14*(3), 217–231. <https://doi.org/10.1080/09589230500264109>
- Gehl, J. (2013). *Cidades para pessoas*. São Paulo: Perspectiva.
- GIZ. (2013). *Planos de Mobilidade Urbana: Abordagens Nacionais e Práticas Locais. Transporte Urbano Sustentável Documento Técnico #13*.
- Hanson, S., & Hanson, S. (2017). Gender and mobility : new approaches for informing sustainability, *0524*(June). <https://doi.org/10.1080/09663690903498225>
- Harvey, D. (2008). The Right to the City. *New Left Review*, *53*(53), 23–40. <https://doi.org/10.1080/13604819608713449>
- Jacobs, J. (2000). *The death and life of great american cities*. São Paulo: Martins Fontes.
- Lefebvre, H. (2008). *O direito à cidade* (5º Edição). São Paulo.
- Listerborn, C. (2015). Feminist struggle over urban safety and the politics of space. *European Journal of Women's Studies*, 1–14. <https://doi.org/10.1177/1350506815616409>
- Lyra, L. E. (2017). *Por onde caminham as mulheres?* UFMG.
- Miguel, L. F., & Biroli, F. (2014). *Feminismo e Política* (1º Edição). São Paulo: Boitempo Editorial.
- Peccini, I. R. (2016). *Cidade: Substantivo feminino*. UFRJ.
- Purcell, M. (2002). Excavating Lefebvre: The right to the city and its urban politics of the inhabitant. *GeoJournal*, *58*, 99–108. <https://doi.org/10.1023/B:GEJO.0000010829.62237.8f>

Silva, D. da. (1986). *TRABALHO, TEMPO E VIDA DAS MULHERES*. Rio de Janeiro: CAMTRA, CASA DA MULHER TRABALHADORA.

Tavares, R. B. (2015). *INDIFERENÇA À DIFERENÇA: espaços urbanos de resistência na perspectiva das desigualdades de gênero*. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO UFRJ.

UN-Habitat. (2016). Quito Declaration on Sustainable Cities and Human Settlements for All - New Urban Agenda. Retrieved from <http://www.eukn.eu/news/detail/agreed-final-draft-of-the-new-urban-agenda-is-now-available/>

Urbanístico, I. B. de D. (2017). *Direito à cidade: uma visão por gênero*. São Paulo.

“A reabilitação do edificado como estratégia para a convivência interétnica e intergeracional - *Culturalidades*, um estudo de caso na zona da Graça, em Lisboa”³²

Maria Alves Ribeiro Baptista Mendes | mariabaptistamendes@gmail.com

Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa

Maria Manuela Ferreira Mendes | mamendesster@gmail.com

CIES-IUL, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa e Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa

Resumo

Na cidade de Lisboa, diversos grupos etários e culturais convivem num mesmo espaço urbano, não sendo, no entanto, devidamente reconhecida a sua importância e contributo para o pluralismo cultural da cidade. A evolução da cidade, feita ao longo dos anos de forma acelerada e pouco planeada, criou barreiras sociais e físicas que, acrescidas da falta de abertura ao conhecimento do Outro, veio dificultar a inclusão e interação entre os cidadãos, nomeadamente dos mais idosos, imigrantes e minorias étnicas.

Tendo como base uma metodologia qualitativa e mais concretamente um estudo de caso localizado na Graça, este estudo procura responder à seguinte questão: Como pode a arquitetura, através do processo da reabilitação do edificado, facilitar a inserção e a convivência entre imigrantes e autóctones no centro da cidade?

Palavras-chave

Imigração, Envelhecimento, Reabilitação do Edificado, Inclusão social

Abstract

In the city of Lisbon, several age and cultural groups coexist in the same urban space but their importance and contributions to the cultural pluralism of the city are, nonetheless, comparatively unrecognized. The evolution of the city, which progressed, over the years, in accelerated and unplanned ways, created social and physical barriers that, in addition to the lack of openness to acknowledge the Other, made the inclusion and interaction amongst all citizens – namely the elderly, immigrants and ethnic minorities – more difficult.

Based on a qualitative methodology, specifically concerning a case study located in Graça, this investigation seeks to answer the following question: How can architecture, through the rehabilitation process of the built environment, facilitate the integration and coexistence between immigrants and the autochthonous population in the city centre?

Key-words

Immigration, Ageing, Rehabilitation of the Built Environment, Social Inclusion

³² Este texto tem por base a dissertação de Mestrado em Arquitetura com especialização em Arquitetura de Interiores e Reabilitação do Edificado, intitulada: “A Graça (de Lisboa). A reabilitação do edificado como estratégia para a convivência interétnica e intergeracional – *Culturalidades*, um estudo de caso no centro da cidade”, FAUL, 19 de dezembro de 2017.

Introdução

Têm vindo a intensificar-se as preocupações em torno da escassez de espaços públicos na cidade que estimulem o encontro, o contacto e a partilha entre pessoas. As sociedades e as suas cidades, cada vez mais abertas e recetoras de diversas culturas, parecem, no entanto, não potenciar a sua inclusão na sociedade autóctone.

Na cidade de Lisboa, diversas faixas etárias e diversas culturas convivem num mesmo espaço urbano, não sendo, no entanto, reconhecida a sua importância no enriquecimento e alargamento do pluralismo cultural da cidade. A evolução da cidade, feita ao longo dos anos de forma acelerada e pouco planeada, criou barreiras sociais e físicas que, acrescidas da falta de abertura ao conhecimento do *Outro*, veio dificultar a inclusão e interação dos cidadãos na cidade, nomeadamente dos mais idosos, imigrantes e minorias étnicas.

Tendo como linha de força o enunciado acima, este estudo visou dar resposta, através da arquitetura, à inclusão na cidade de dois grupos sociais: idosos e imigrantes.

Entende-se pertinente para o estudo, compreender de que forma a reabilitação do edificado se pode configurar como uma oportunidade para a criação de espaços geradores de convívio, partilha e inclusão. Importa mostrar como é imprescindível ao bem-estar e à qualidade de vida dos idosos e imigrantes sentirem-se enquadrados dentro da cidade.

O processo de reabilitação do edificado apresenta-se como uma via possível para conseguir uma melhor inclusão para além de permitir que uma nova vida e sentido possam ser dados a edifícios devolutos que pontuam de forma acentuada a paisagem urbana de Lisboa. Tendo como base uma metodologia qualitativa, o estudo pretendeu responder à seguinte questão de investigação: “Como pode a arquitetura, através do processo da reabilitação do edificado, facilitar a inserção e a convivência entre imigrantes e autóctones no centro da cidade?” O objetivo será encontrar linhas orientadoras que permitam o desenvolvimento de um programa que valorize a integração, a inserção e a inclusão, através da reabilitação de um complexo edificado situado na Rua Angelina Vidal, na Graça, em Lisboa (Imagem 1).



Imagem 1 | Vista do complexo edificado a partir da Rua Angelina Vidal. (Mendes, 2017)

O local de intervenção deste estudo encontra-se inserido na antiga freguesia da Graça sendo atualmente a freguesia de São Vicente. Será esta última a freguesia tomada como referência para a área de estudo desta investigação (Imagem 2).

Desde o começo do nosso estudo que consideramos que a convivência entre idosos e imigrantes poderia ser intensificada, no centro da cidade, através da reabilitação do edificado, tendo-se tornado imperativo compreender como criar espaços de ligação e confluência de diversas comunidades e respetivas culturas; estimular a inclusão social desses dois grupos sociais por via da arquitetura; tirar partido da inclusão social, enquanto oportunidade para a renovação da imagem urbano-social da cidade de Lisboa; e contribuir para a alteração da paisagem urbana, encarando os edifícios devolutos como uma oportunidade para a reabilitação, não só dos mesmos, como da imagem da cidade, redinamizando a demografia e a vida socioeconómica desta.

Tendo em conta o enquadramento temático em que se insere este artigo, consideramos que a informação relativa aos idosos não se mostra tão pertinente e, por isso, iremos debruçar-nos apenas sobre os dados referentes aos imigrantes.

Começaremos por fazer esse enquadramento a nível do nosso país, em geral, e na cidade de Lisboa, em particular,



Imagem 2 | Delimitação da área de estudo, freguesia de São Vicente, a rosa claro; da zona de intervenção, a antiga freguesia da Graça, a rosa; e do local de intervenção na Rua Angelina Vidal, a rosa escuro (sem escala). (Bing Maps. Planta de Lisboa, Portugal, em Bing Maps. Consultado a 15 de Maio, 2016, de: <https://www.bing.com/maps>) Adaptado.

apresentando alguns dados estatísticos relacionados com a presença e características dos imigrantes e, posteriormente, faremos uma contextualização daquelas que têm sido as políticas, medidas e programas levados a efeito para efetivar a sua inclusão no país e em Lisboa. Por fim, apresentaremos alguns dados sobre as características e perceções dos imigrantes inquiridos, fruto da aplicação dos inquéritos por questionário e terminaremos este artigo com uma breve explicação sobre a proposta de intervenção para o complexo edificado na Rua Angelina Vidal.

Considerações sobre a metodologia de investigação

Tendo em conta os objetivos a que a investigação visou responder, numa primeira abordagem foi realizada a recolha e análise de documentos sobre as principais matérias que lhe dão suporte através da exploração de temas como reabilitação do edificado, revitalização urbana, exclusão e inclusão sociais, políticas sociais, envelhecimento, migração, entre outros. Esta foi complementada pela análise estatística dos dados quer dos Censos de 2011, quer do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), de forma a garantir o enquadramento e evolução no tempo da presença da população imigrante e do envelhecimento da população no país e na cidade de Lisboa.

Numa perspetiva indutiva, a pesquisa partiu de um enquadramento geral, feito à escala da cidade, seguindo depois para uma escala mais reduzida, referente à zona da Graça e respetiva freguesia. Nesse sentido, foram reunidos dados relativos ao crescimento da cidade de Lisboa; à caracterização da sua população; à presença dos imigrantes; à reabilitação do edificado e ao enquadramento geográfico e histórico da Graça. Foram igualmente tidos em conta os projetos, políticas e programas sociais desenvolvidos e adotados pela Câmara Municipal de Lisboa (CML) que visaram a integração de imigrantes e idosos no município. Simultaneamente foi aprofundado o estudo que incidiu sobre a relação entre o espaço urbano e as pessoas imigrantes e pessoas idosas. Neste âmbito, foi de crucial relevância a recolha e análise de dados recolhidos através da observação direta, quer através de percursos realizados pela área em estudo, quer pelo levantamento e análise funcional da mesma, das entrevistas feitas a serviços e instituições cujo tipo e âmbito de intervenção abrange o tema deste estudo, bem como, dos inquéritos por questionário (n=31) que foram realizados aos imigrantes e aos idosos residentes na Graça. Pode afirmar-se que, dado o leque de conceitos e perspetivas que se pretendeu mobilizar, foram tidos em conta estudos realizados não só por arquitetos e urbanistas, mas também por sociólogos e outros cientistas sociais.

A presença dos imigrantes em Portugal e em Lisboa

Desde a sua formação, Lisboa destaca-se por acolher diferentes gentes, tornando-se, ao longo do seu desenvolvimento e expansão, numa cidade muito diversificada. No decorrer das últimas cinco décadas, Lisboa perdeu cerca de 1/3 da sua população, mas nos últimos dez anos esse decréscimo mostrou um abrandamento notório, presenciando-se, a partir de 2001, um rejuvenescimento da cidade com o crescimento do número de famílias e o aumento da proporção de jovens residentes (Direção Municipal de Economia e Inovação, Divisão de Estudos e Prospectiva (DMEI/DEP), 2014).

À semelhança da Europa, a identidade de Portugal é, nas suas origens e contemporaneidade, uma junção de diversos componentes culturais, religiosos, sociais e políticos assimilados ao longo da história (Coelho, 2008) que, naturalmente, deixaram a sua marca na essência da cidade, e fizeram dela um espaço multicultural. O crescimento dos movimentos migratórios levou ao aparecimento e multiplicação, nas cidades, de diferentes culturas, levando-as a partilhar um mesmo espaço urbano. Deu-se, deste modo, o aparecimento das denominadas “cidades multiculturais”, nas quais Lisboa se inscreve, uma vez que “a pluralidade das culturas presentes origina um aumento da diversidade cultural presente na cidade” (Gésero, 2011, p.36). Embora tendo sempre testemunhado a

presença de imigrantes, Portugal foi durante muito tempo um país de emigrantes que apenas mais recentemente se viu de novo confrontado com a realidade da imigração (Peixoto, 2004).

De acordo com os dados dos Censos de 2011, residiam 394.496 estrangeiros no país, o que representava 3,7% do total de residentes, um valor superior ao dos anos anteriores, que registaram 2,2% em 2001 e 1,1% em 1991 (OM, 2014). Comparando os dados dos Censos de 2001, verifica-se que ocorreu um aumento de mais de 70% (INE, 2012), embora esse se tenha revelado mais acentuado na década anterior com um crescimento de mais de 113% entre 1991 e 2001 (OM, 2014).

No que se refere à distribuição geográfica dos imigrantes pelo território nacional (excetuando as ilhas), verifica-se uma desigual distribuição dos mesmos pelo país, tornando-se evidente a sua sobre concentração no distrito de Lisboa. Nos últimos trinta anos, Lisboa tem concentrado em si mais de 50% do total de imigrantes residentes em Portugal (Mendes, 2010), sendo que os fatores como as oportunidades de trabalho e as redes sociais afiguram-se como os principais fatores que determinam a distribuição geográfica dos imigrantes pelo país (OM, 2014).

A natural sobre-concentração dos imigrantes no distrito de Lisboa justifica-se, pois este apresenta carências em alguns segmentos do mercado de trabalho como a construção civil, serviços de limpeza industrial e doméstica ou atividades de apoio social a idosos e crianças (Mendes, 2010). A representação da população estrangeira na cidade de Lisboa, é superior à do país, no entanto, é ligeiramente inferior à da Área Metropolitana de Lisboa (AML), onde Lisboa ocupa o segundo lugar de concelho com maior número de estrangeiros residentes (CML, 2015). Em 2011, os municípios que concentravam um maior número de estrangeiros eram Sintra e Lisboa, com 8,9% e 8,7%, respetivamente (INE, 2012).

Ao analisar a distribuição geográfica das principais nacionalidades estrangeiras, confirma-se uma maior concentração na AML de estrangeiros oriundos dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP's), especialmente nos municípios de Sintra e Amadora. Estes municípios centram em si 35% do total da comunidade cabo-verdiana, 26,6% da angolana e 37,3% dos cidadãos da Guiné-Bissau. A população estrangeira que mais se diferencia na distribuição geográfica relativamente à restante população estrangeira é a britânica, concentrada sobretudo no Algarve. Os oriundos da Ucrânia, Roménia e Moldávia são os que mais se dispersam territorialmente (INE, 2012). Apenas no setor profissional estes imigrantes se podem comparar uma vez que, na maioria dos casos, ocuparam posições desqualificadas nos setores da construção civil e serviços de limpeza doméstica (Peixoto, 2004). Dentro da cidade, a distribuição geográfica dos imigrantes é muito variável. As áreas com maior presença de estrangeiros são: o Centro Histórico e envolvente (reconhecendo que se trata de um local de convívio, diversidade e dinamismo) e a coroa interna periférica de Lisboa, destacando-se as freguesias da Ameixoeira-Charneca, Carnide e Marvila, onde se concentram sobretudo comunidades oriundas dos PALOP (CML, 2015).

Segundo os Censos de 2011, a população estrangeira residente no país era maioritariamente composta por indivíduos do sexo feminino, representando 52,3% (206.410 mulheres), enquanto o sexo masculino constituía cerca de 47,7% (188.086 homens) (OM, 2014). Quando observados os dados relativos a 2001, constata-se uma inversão da tendência, uma vez que os imigrantes do sexo masculino representavam, na altura, 54,3% (INE, 2012).

É na nacionalidade brasileira que mais estrangeiros do sexo feminino se encontram, 57,9%; nas comunidades de Guiné-Bissau, Ucrânia e Roménia a proporção de homens é superior, representando 56,0%, 50,8% e 51,1%, respetivamente (OM, 2014). Embora o número de mulheres estrangeiras tenha aumentado no país, em Lisboa, a população estrangeira continua ligeiramente *sobre-masculinizada* (CML, 2015). A presença dos imigrantes em Portugal representa um forte contributo para a demografia do país, levando a “concluir que sem imigração não é possível enfrentar a crise demográfica” (Oliveira & Gomes, 2015, p.5). Na última década, a população do país cresceu 2% (206.061 indivíduos) podendo este aumento ser explicado pelo aumento em 91% do saldo migratório (Oliveira & Gomes, 2015) e, ao contrário do que se tem vindo a verificar no resto do país nos últimos anos, a população estrangeira residente em Lisboa não regista diminuição, apresentando uma proporção superior à do país e fazendo com que Lisboa seja o 2º concelho com maior número de estrangeiros residentes (CML, 2015). Aumentou também o número de nascimentos em Portugal e para tal muito têm contribuído os imigrantes. Entre 2006 e 2013 as mulheres de nacionalidade estrangeira “representaram uma média anual de cerca de 10% do total dos nados-vivos de mães residentes em Portugal” (Oliveira & Gomes, 2015, p.21), sendo que, no município de Lisboa esse crescimento se evidencia acentuadamente. Em 2010, os nados vivos de mãe estrangeira atingiram cerca de 18%, ou seja, três vezes mais do que o seu peso no total de residentes (CML, 2015).

É graças à entrada dos imigrantes no país que tem havido também um reforço dos grupos etários mais jovens e em idade ativa, o que acaba por ter um efeito muito positivo em relação ao processo de envelhecimento da população. As nacionalidades que maior proporção de jovens em idade ativa apresentam são os Romenos e os grupos de imigrantes de países não comunitários como os Brasileiros, Indianos, Bangladeshis e Nepaleses. São os cabo-verdianos o grupo de imigrantes que maior percentagem de idosos apresenta (CML, 2015).

Fatores como o enunciado anteriormente permitem contrabalançar os efeitos do envelhecimento demográfico no sistema de Segurança Social, contribuindo para o alívio e sustentabilidade deste. Atualmente o sistema de Segurança Social português enfrenta uma grande pressão, isto porque apresenta um saldo financeiro com valores negativos para o total da população, sendo que os valores positivos dos saldos de imigração se revelam um contributo particularmente importante para as contas da Segurança Social (Oliveira & Gomes, 2015). Sem este fenómeno, não conseguiríamos fazer frente à crise demográfica que se verifica, nem garantir a sustentabilidade da Segurança Social. Torna-se cada vez mais importante para nós verificar como, curiosamente, estes dois grupos sociais tão distintos se relacionam de uma forma tão evidente. Constatamos que, sem os imigrantes, o peso da população idosa em Portugal seria muito maior e mais complicado de gerir. É, em parte, graças aos imigrantes que se poderão verificar mudanças consideráveis na estrutura das pirâmides etárias do país, com o aumento do número de nascimentos e da população jovem e ativa; por outro lado, a sua presença pode aumentar as contribuições para a Segurança Social.

Políticas, programas e projetos para a inclusão dos imigrantes em Lisboa: a importância da escala local

Dada a temática do presente artigo, considerou-se fundamental dar a conhecer os diversos tipos de apoio existentes na cidade de Lisboa que visam a inclusão na cidade e na sociedade dos imigrantes.

Com a entrada de Portugal para a CEE, em 1986, a legislação nacional, relativa a assuntos de imigração, acaba

por receber fortes influências daqueles que haviam sido já os desenvolvimentos comunitários sobre as questões da imigração e de asilo levados a cabo pelos restantes Estados-Membros (CML, 2015). Relativamente à legislação nacional, importa referir três documentos legislativos que trouxeram impactos positivos para a integração dos imigrantes no país. O primeiro refere-se à lei da nacionalidade (Decreto-Lei n.º 237-A/2006, de 14 de dezembro) que veio reforçar o princípio do direito de território em relação ao direito de sangue (por ascendência). O segundo à Lei n.º 50/96, de 4 de setembro, que veio conferir aos imigrantes direito à participação política em Portugal a nível local, tendo os estrangeiros residentes no país o direito de votar e ser eleito para os órgãos das Juntas de Freguesia e das Câmaras Municipais. Por fim, destacamos a Lei n.º 29/2012, de 9 de agosto, que veio trazer alterações na lei para a entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros de Portugal de forma significativa, nomeadamente através da criação do “Cartão Azul da UE”. De acordo com o descrito na alínea e) do artigo 3.º desta lei, este cartão é “o título de residência que habilita um nacional de um país terceiro a residir e a exercer, em território nacional, uma atividade profissional subordinada altamente qualificada;” (Assembleia da República, 2012, p.2). Este cartão tem a validade de um ano e dá aos seus titulares o direito de tratamento igual ao dos nacionais.

Em 2017, houve uma alteração à lei de estrangeiros publicada em Diário da República que veio permitir que um estrangeiro obtenha a autorização de residência no país apresentando apenas como requisito uma “promessa de um contrato de trabalho”. Esta alteração veio simplificar o processo de legalização dos imigrantes em Portugal, contrariamente ao que está a ser feito no resto da Europa. Esta mudança vem impedir também que os imigrantes que tenham cometido crimes como roubos violentos, tráfico de droga ou homicídios sejam expulsos do país (Marcelino, 2017). Em 2006, o Índice de Avaliação de Políticas de Integração de Imigrantes (MIPEX) reconheceu a legislação portuguesa que regula o acesso à nacionalidade portuguesa como sendo a melhor política de integração de imigrantes no panorama internacional (Oliveira & Gomes, 2015).

Portugal é dos poucos países da UE que tem continuado a investir nas políticas de integração de imigrantes, continuando a valorizar o contributo positivo dos imigrantes para a sociedade portuguesa (CML, 2015; Oliveira & Gomes, 2015). Lisboa, através das suas políticas sociais de inclusão, revela-se uma cidade de acolhimento da diversidade e de reconhecimento da diferença (CML, 2017). Poderá ser este tipo de práticas, combinado com as alterações que a legislação nacional tem vindo a sofrer que fez com que Portugal, em 2015, fosse considerado o segundo melhor país do mundo a receber e integrar imigrantes, segundo o estudo internacional feito pelo MIPEX, na quarta edição do Índice de Políticas de Integração de Migrantes (MIPEX citado por Oliveira & Gomes, 2015). “O acesso à saúde, educação e habitação permanente ressaltam no estudo como os menos positivos, enquanto emprego, luta contra a discriminação, acesso à nacionalidade e reunião de famílias conseguem as pontuações mais altas.” (Marques, 2015, p.1). A CML e outros organismos como o Alto Comissariado para as Migrações (ACM) dispõem de alguns programas direcionados para a prestação de apoio a imigrantes.

O ACM através do seu Plano Estratégico para as Migrações (PEM), define uma estratégia de ação assente na transversalidade cobrindo exigências a nível demográfico, económico e social. Em particular, o município de Lisboa tem tido uma constante preocupação na promoção da interculturalidade e da integração de imigrantes, reconhecendo o potencial que a diversidade cultural concede à cidade, pugnando pela promoção do diálogo

intercultural de forma a tornar a Lisboa uma cidade inclusiva e geradora de oportunidades para todos os seus cidadãos (CML, 2015).

Em 1993, a autarquia de Lisboa foi pioneira ao criar o Conselho Municipal das Comunidades Imigrantes e das Minorias Étnicas (CMCIME), que, em 2008, passaria a chamar-se Conselho Municipal para a Interculturalidade e Cidadania (CMIC), funcionando este como uma estrutura consultiva que concentra em si os interesses e as políticas do município para os imigrantes, as comunidades ciganas e as comunidades religiosas, tentando efetivar um relacionamento mais próximo com estas, promovendo o desenvolvimento de projetos e iniciativas com base em objetivos comuns a ambas as partes.

O Município de Lisboa tem vindo a assumir o compromisso no desenvolvimento de políticas que potenciam e promovem a integração dos imigrantes na cidade, participando com orientações estratégicas através do seu Pelouro dos Direitos Sociais, levando à criação de documentos estratégicos que se tornam em compromissos assumidos por partes de todas as forças políticas do município (CML, 2015). A autarquia tem procurado implementar estruturas de diálogo e de interlocução das quais destacamos o Fórum Municipal da Interculturalidade (FMINT), o Conselho Municipal para a Interculturalidade e a Cidadania (CMIC) e o Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes (CLAII). Destacamos igualmente alguns programas e medidas de inclusão de imigrantes que têm vindo a ser aplicados no contexto da cidade de Lisboa: o *Plano Estratégico de Lisboa* (1992); *Visão Estratégica - Lisboa 2012* (2002); *Carta Estratégica de Lisboa 2010-2024 – um compromisso para o futuro da cidade* (2009); *Lx-Europa 2020: Lisboa no quadro do próximo período de programação comunitário* (2012); e *Plano de Ação do Pelouro dos Direitos Sociais para 2014-2017* (2014).

Perceções dos imigrantes acerca da sua própria inclusão

A seleção dos inquiridos seguiu uma amostragem intencional e por objetivo, pois, surgiram resistências por parte dos imigrantes, principalmente em virtude do não domínio da língua portuguesa e/ou inglesa. Na aplicação dos inquéritos por questionário procurámos obter os depoimentos de pessoas com uma forte ligação e conhecimento da freguesia de São Vicente, mais concretamente, da antiga freguesia da Graça, e sobretudo da Rua Angelina Vidal; assim sendo, considerámos como características fundamentais, os inquiridos serem residentes, trabalhadores ou residentes/trabalhadores na zona da Graça ou na freguesia de São Vicente.

Todos os imigrantes a quem aplicámos os inquéritos por questionário (num total de 12), foram inquiridos no seu local de trabalho, concretamente, lojas de conveniência, restaurantes, mercearias e lojas de produtos electrónicos. Trata-se de uma pequena amostra não probabilística, não estatisticamente representativa, mas ilustrativa em termos qualitativos das opiniões e perceções dos inquiridos residentes e/ou trabalhadores na freguesia de São Vicente.

De referir que os inquéritos decorreram como se de uma entrevista se tratasse para haver mais facilidade na adesão aos mesmos por parte dos inquiridos. Dos imigrantes inquiridos (n=12), cinco tinham entre os 36 e os 45 anos, quatro entre os 26 e os 35 e três entre os 15 e os 25 anos de idade, sendo maioritária a presença dos indivíduos do sexo masculino (três mulheres e nove homens). As nacionalidades dos inquiridos dividem-se entre a Bengalesa, com quatro inquiridos, a Nepalesa e a Paquistanesa, cada uma com três inquiridos, respetivamente, e a Indiana, com dois. Todos os imigrantes trabalham na zona da Graça. No que concerne ao tempo de residência, sete

imigrantes residem/trabalham na freguesia de São Vicente entre 1 e 5 anos, quatro residem aqui entre 6 e 10 anos e um há apenas 8 meses. Em relação ao nível de escolaridade, verificamos que os inquiridos possuem um curso de Ensino Superior (7), ou o Secundário (5).

Questionámos os imigrantes sobre o facto de se sentirem, ou não, acolhidos na cidade de Lisboa e na freguesia de São Vicente, os doze inquiridos responderam sentirem-se bem acolhidos. Os motivos apontados foram: a “simpatia das pessoas” (12), porque “os portugueses falam inglês” (3) e porque tiveram “facilidade em encontrar um emprego” (3). Procurámos ainda averiguar se os imigrantes conhecem, ou não, algum programa promovido pela Câmara Municipal de apoio à inclusão dos imigrantes, por outras organizações da cidade de Lisboa ou pela Junta de freguesia de São Vicente. Observámos que apenas um imigrante disse saber que existem programas de apoio à aprendizagem da língua portuguesa. Todos os outros dizem não ter conhecimento de nenhuma forma de apoio à sua inclusão no nosso país.

Perguntámos qual a maior barreira à sua inclusão na cidade de Lisboa e na freguesia de São Vicente e quase todos responderam ser a língua portuguesa. Através dos inquéritos, procurámos aferir se os imigrantes e os idosos inquiridos achariam útil e pertinente a reabilitação do complexo edificado da Rua Angelina Vidal, com o objetivo de aí serem desenvolvidas diversas atividades promotoras do diálogo e aproximação entre a população autóctone e os imigrantes, tendo a maioria dos inquiridos respondido afirmativamente. Os respondentes de ambos os grupos apontam de forma consensual como motivo para a existência desse local de convívio “para ter com quem falar” (seis imigrantes e onze idosos). O isolamento e solidão parecem afetar quer migrantes, quer idosos. A esmagadora maioria concorda com a necessidade de se implementar um espaço de convívio, para partilha de experiências, com a organização de *workshops*.

Quanto às valências/atividades/serviços que esse local poderia ter, a valência mais mencionada foi “atividades desportivas”. No entanto, é de referir que não é esta a valência que mais vezes é referida pelos inquiridos. A opção “teatro/cinema/dança” recolhe catorze respostas. Logo depois temos a valência “partilhar experiências / partilhar culturas / falar” com doze respostas. A atividade “cozinha” é mencionada por seis respondentes. A atividade “aprender português/ ensinar outras línguas aos portugueses” só é referida pelos imigrantes (n=12).

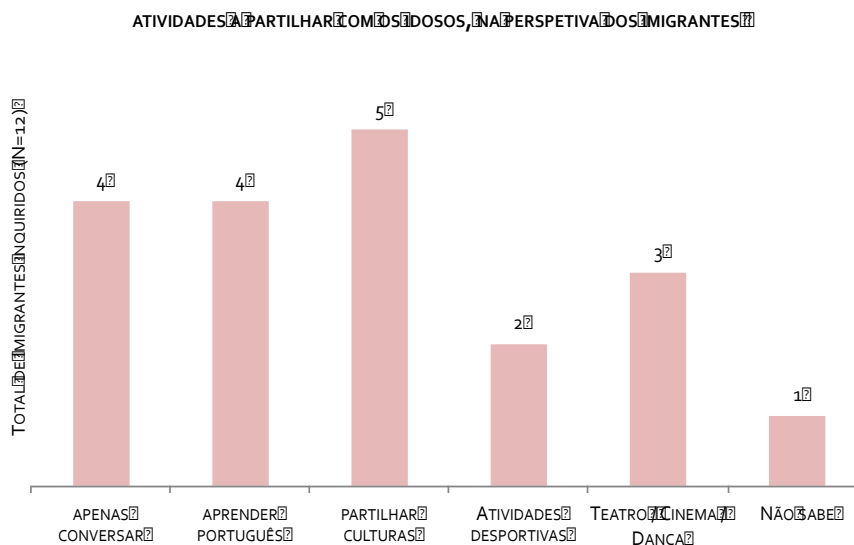


Gráfico 1 | Atividades a partilhar com os idosos, na perspetiva dos imigrantes (Mendes, 2017)

De forma complementar, perguntámos aos imigrantes “E se esse centro de convívio também fosse frequentado por portugueses - idosos, jovens, adultos - usá-lo-ia?”, todos os imigrantes responderam positivamente. Em relação aos motivos pelos quais o fariam, os respondentes salientaram aspetos como “para falar”, “para treinar o português” e “para conhecer mais pessoas” (5 respostas, respetivamente) e “para conhecer a cultura portuguesa” (4). Relativamente às atividades que os imigrantes mais gostariam de partilhar com os idosos, referiram a atividade “partilhar culturas” (5), “aprender português” (4) e “apenas conversar” (4) (Gráfico 1).

Considerámos igualmente pertinente verificar os motivos pelos quais os imigrantes gostariam de partilhar experiências e conhecimentos com os idosos. Todos os imigrantes (12) mostram interesse em conhecer melhor a população autóctone e, se observarmos o Gráfico 2, os motivos apontados são: “para conhecer a cultura portuguesa” (9), “para conhecer novas pessoas” (5) e “para aprender português” e “para partilhar diferentes culturas” (2 respostas, respetivamente).

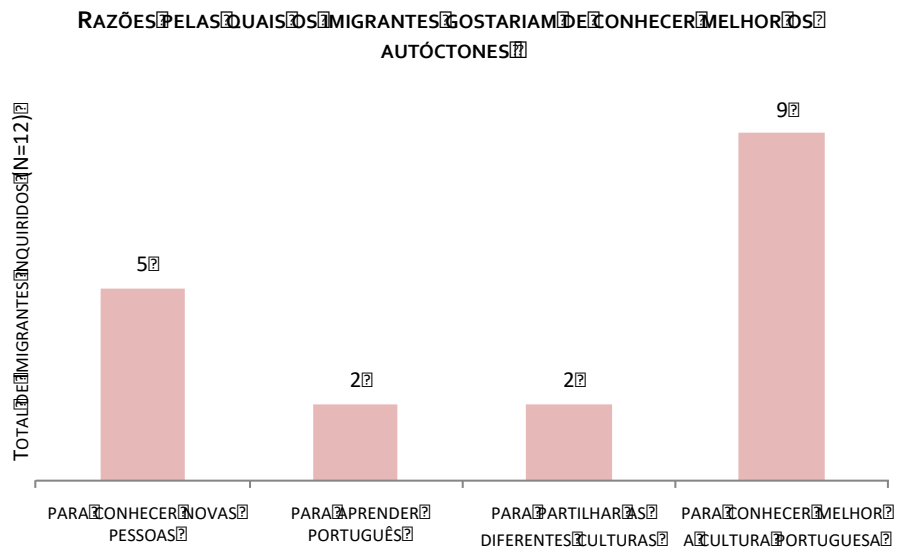


Gráfico 2 | Razões pelas quais os imigrantes gostariam de conhecer melhor os autóctones (Mendes, 2017)

Por fim, pareceu-nos indispensável indagar as razões pelas quais os idosos e os imigrantes consideravam interessante a reabilitação do complexo edificado na Rua Angelina Vidal. As três razões mais apontadas foram: “para conviver” (18 respostas), “para partilhar as diferentes culturas” (14) e “para passar o tempo, sentindo-se ativo”(7) .

Reabilitação urbana e inclusão do Outro

Daremos agora a conhecer aquele que foi o objetivo com o qual nos comprometemos desde o início deste estudo: o desenvolvimento da nossa estratégia de intervenção no complexo edificado da Rua Angelina Vidal.

Quem chega à freguesia de São Vicente pela Rua Angelina Vidal não pode deixar de ver o conjunto de quatro fachadas degradadas que figuram no topo desta rua. Para além do seu aspeto marcadamente abandonado e maltratado, o facto destes edifícios se encontrarem a uma cota nitidamente mais alta, leva o transeunte que sobe ou desce a rua a erguer o olhar e observar a sua presença imponente, que afeta de forma desfavorável a imagem deste território. Num primeiro olhar sobre a nossa estratégia de intervenção, podemos sintetizar que a mesma passa pela reabilitação de dois edifícios existentes e pela construção de apenas um novo edifício que, para além de conseguir dar continuidade à fachada do edifício 1, se adossa a este e se desenvolve ao longo do muro que delimita o nosso terreno, terminando este novo edifício no alinhamento com a fachada do edifício habitacional localizado a sul (Imagem 3).



Imagem 3 | Identificação, a cinzento, do novo edifício 3 proposto para o local, e a cor-de-rosa identificação dos edifícios 1 e 2 que serão reabilitados (Mendes, 2017)

Com base na principal intenção deste estudo e também nas conclusões retiradas do trabalho de campo, definimos que seria criado neste local um centro multifuncional de apoio à população, não só da Graça, mas da cidade de Lisboa. No entanto, e tendo em conta os dois grupos específicos da população sobre a qual nos debruçamos, esse centro teria como prioridade a promoção da inclusão dos imigrantes e dos idosos, sendo por isso mesmo um edifício intergeracional e interétnico. Assim, no novo edifício 3 que propomos construir, decidimos instalar um espaço de convívio e de encontro.

Este espaço prevê garantir o apoio à população idosa, com a oferta de serviços e atividades específicas adaptadas à sua idade e prevê também o apoio à população imigrante e à população em geral, estando prevista a criação de uma série de pequenas salas destinadas à realização de atividades e eventos onde *todos* possam participar como *workshops*; aulas de língua portuguesa e das línguas das principais comunidades imigrantes presentes na cidade; atividades desportivas que não exijam muito espaço (Pilates, Ioga ou Meditação); aulas de dança quer tradicionais portuguesas, quer dos países de origem das pessoas imigrantes que frequentarem o centro de apoio...

Pre vemos ainda a criação de uma sala de estudos, o que permitiria que um segmento mais jovem usufruísse do centro de apoio e, conseqüentemente viesse a conviver com os idosos e os imigrantes; e ainda uma sala de grandes dimensões, para pequenas peças de teatro ou bailes (representativos de diferentes nacionalidades) e, se equipada com um projetor, poderia vir a permitir o visionamento de filmes (portugueses e de países estrangeiros) mas também a realização de uma qualquer ação de formação, palestras e sessões de esclarecimento sobre temas referentes ao apoio das populações imigrante e idosa...

O nome que atribuímos ao centro de apoio que criámos, *Culturalidades*, é composto por duas palavras, Cultural + idades, e o pretendido é que este nome seja lido dessa forma, como duas palavras distintas e não apenas como uma

palavra. Para evidenciar ainda mais essa nossa vontade optámos por colocar a palavra *idades* em itálico. A escolha das palavras surgir-nos de uma forma muito natural. Se o que quisemos criar, em primeira instância, foi um centro multifuncional, direcionado para as necessidades dos imigrantes e idosos, consideramos estarem inerentes a este centro de apoio a aceitação e promoção de duas características associadas aos mesmos: a cultura e a idade. Assim surgiu o *Culturalidades*, um local onde consideramos ser possível a convivência interétnica e intergeracional no centro da cidade.

Na Imagem 4 damos a conhecer de forma esquemática o restante Programa pensado para a intervenção no local. Gostaríamos apenas de referir ainda que, no edifício 1, prevemos a possibilidade de instalação de um Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes (CLAII). Com a disponibilização deste serviço queremos contribuir para a manutenção do apoio, acolhimento, orientação e informação dos imigrantes através da disponibilização de uma série de serviços úteis à sua integração na nova cidade. Prevemos ainda a possibilidade de serem criadas salas para pequenas ações de formação e de esclarecimento úteis para os imigrantes, bem como, pequenas salas equipadas com computadores ao serviço dos funcionários que ajudem os imigrantes a fazer, por exemplo, CV's, escrever e enviar mensagens em língua portuguesa, apoio na tradução de documentos...

Com o *Culturalidades* queremos dar à cidade de Lisboa um espaço aglutinador de diferenças, de semelhanças, de proximidades, de *idades*, de culturas e de partilha. O *Culturalidades* revela-se uma aposta aberta e franca que teve como único objetivo contribuir para a inclusão e convivência de idosos e imigrantes no centro da cidade de Lisboa. Atendendo àquelas que foram as principais necessidades e desejos apontados pelos inquiridos, consideramos ter atingido o fim a que nos propusemos.

Ao associarmos outras valências a este local, consideramos ter acrescentado mais valor ao Programa, mostrando como num mesmo local diversas atividades podem estar articuladas e facilmente cativar e acolher diferentes públicos.

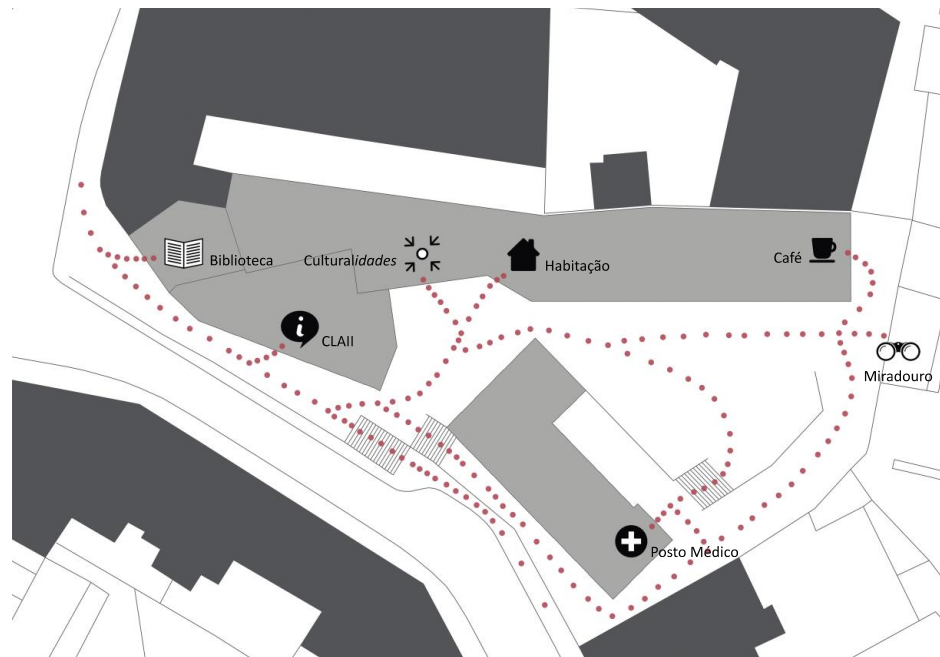


Imagem 4 | Esquema das circulações e identificação do Programa de cada um dos edifícios da nossa estratégia de intervenção (Mendes, 2017)

Tivemos em consideração os resultados que obtivemos através dos inquéritos e, por isso, tentámos ir ao máximo ao encontro de algumas das diretivas delineadas. Criámos um espaço de convivência, visto este ter sido uma das valências requeridas pelos inquiridos e garantimos a existência de atividades culturais como teatro, cinema e dança, acabando por dotar a Graça de um espaço cultural que, na opinião de todos inquiridos, é uma valência ausente neste território. Para além destas valências, criámos também habitação e um local de apoio a imigrantes, valências essas também elas referidas como importantes para a nossa intervenção no local.

A barreira social foi um dos grandes obstáculos enunciados pelos imigrantes e por esse motivo decidimos dotar o *Culturalidades* e o Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes de salas onde possam funcionar aulas de Língua Portuguesa, bem como pequenas formações e sessões de esclarecimento de sobre temas ligados aos direitos e deveres de cidadania.

Sabendo aquelas que são as principais intenções, medidas e programas de inclusão aprovadas pelo Município de Lisboa, tentámos dotar o *Culturalidades* de espaços, serviços e atividades que fossem ao encontro das principais diretrizes do Município neste domínio.

Com o *Culturalidades*, acreditamos que a reabilitação do edificado em causa poderá facilitar a inserção e a convivência entre imigrantes e autóctones no centro da cidade.

No decorrer deste estudo, enfrentámos algumas dificuldades e limitações, tais como a dificuldade de diálogo com os imigrantes inquiridos, para além do desconhecimento da língua portuguesa ou da dificuldade em falar inglês, acresceu ainda o facto de, muitos dos imigrantes que abordámos na rua ou nos seus estabelecimentos comerciais,

sentirem uma certa desconfiança, mostrando-se relutantes em aceder a este processo de inquirição, o que acabou por condicionar a realização de mais inquéritos e, naturalmente, por evidenciar a diferença numérica entre estes (n=12) e os aplicados aos idosos (n=19).

Em jeito de conclusão...

Durante a realização dos inquéritos, pudemos constatar que quase todos os inquiridos (com exceção de três de um total de trinta e um), responderam que gostariam de conhecer melhor as comunidades imigrantes (no caso dos idosos) e a população autóctone (no caso dos imigrantes) para partilhar experiências e conhecimentos. Tal facto revela que existe da parte destes dois grupos sociais a vontade (e curiosidade) de aproximação, não sendo os seus atributos étnicos, nacionais ou etários condicionantes para que esse relacionamento seja atingido.

Dotando o *Culturalidades* de um Programa diversificado em termos de espaços, serviços e valências, com a oferta de apoios e a dinamização de atividades, consideramos que tal poderá gerar nos potenciais utilizadores do novo espaço um sentimento de maior bem-estar e facilitar a inclusão de idosos e imigrantes na sociedade e na cidade. O novo complexo edificado reabilitado vem trazer à cidade e à zona da Graça um local de convergência de diversos interesses e atividades que, naturalmente, possibilitará o encontro e a sociabilidade num mesmo espaço de indivíduos com pertenças etárias e culturais diferentes que, no entanto, partilham o interesse em comunicar, partilhar e conhecer o Outro.

Gostaríamos que o nosso estudo abrisse a possibilidade para um diálogo mais promissor e alargado acerca da possibilidade da convivência interétnica e intergeracional e dos seus benefícios no reforço de uma sociedade mais completa, coesa e integradora, isto porque, na nossa perspetiva, o afastamento de qualquer sociedade em relação à promoção da qualidade de vida, do bem-estar e da inclusão de qualquer grupo da população, particularmente, dos imigrantes e dos idosos, acabará por levar à contínua criação de situações de vulnerabilidade e exclusão social que, naturalmente, fragilizarão essas mesmas sociedades.

A verdade é que sabemos que todos nós acabaremos, eventualmente, por envelhecer e igualmente temos consciência de que nada trará a mobilidade e os movimentos migratórios. Por isso vemos neste estudo a oportunidade da consciencialização de que outros locais como o *Culturalidades* deverão ser pensados, desenvolvidos e criados.

Referencias

Alvino-Borba, A., & Mata-Lima, H. (2011). *Exclusão e inclusão social nas sociedades modernas: um olhar sobre a situação em Portugal e na União Europeia*. *Serv. Soc. Soc.*, n. 106, 219-240. São Paulo, Brasil.

Assembleia da República, Lei n.º 50/96 (1996, 4 de setembro). *Diário da República* n.º 205/1996, Série I-A de 1996-09-04.

Assembleia da República, Lei n.º 29/2012 (2012, agosto). *Diário da República* n.º 154/2012, Série I de 2012-08-09.

Assembleia da República. (2012). Primeira alteração à Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, que aprovou o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional. Lisboa, Portugal: *Diário da República*. Disponível em: http://www.sef.pt/documentos/35/LEI%2029_2012.pdf

Câmara Municipal de Lisboa (CML) (1992). *Plano Estratégico de Lisboa*. Direcção de Projecto de Planeamento Estratégico. Lisboa: CML.

Câmara Municipal de Lisboa (CML) (2002). *Visão Estratégica - Lisboa 2012*. Lisboa: CML.

Câmara Municipal de Lisboa (CML) (2009). *Carta Estratégica de Lisboa 2010-2024 – um compromisso para o futuro da cidade*. Lisboa: CML.

Câmara Municipal de Lisboa (CML) (2012). *Lx-Europa 2020: Lisboa no quadro do próximo período de programação comunitário*. Lisboa: CML.

Câmara Municipal de Lisboa (CML) (2014). *Plano de Ação do Pelouro dos Direitos Sociais para 2014-2017*. Lisboa: CML.

Câmara Municipal de Lisboa. (2015). *Plano Municipal para a Integração de Imigrantes de Lisboa. Volume 1 – Enquadramento, Síntese do Diagnóstico e Estratégia de Intervenção*. Lisboa, Portugal: Câmara Municipal de Lisboa. Disponível em: http://observatorio-lisboa.eapn.pt/ficheiro/Plano-municipal-para-a-integração-de-imigrantes-de-Lisboa_2015_17.pdf

Câmara Municipal de Lisboa. (2017). *Interculturalidade*. Lisboa, Portugal: Câmara Municipal de Lisboa. Disponível em: <http://www.cm-lisboa.pt/viver/intervencao-social/interculturalidade>

Coelho, M. H. da C. (2008). A construção histórica da multiculturalidade. *Portugal: percursos de interculturalidade*, volume IV - Desafios à Identidade (pp. 69-130). Lisboa, Portugal: FEINPT.

Direção Municipal de Economia e Inovação, Divisão de Estudos e Prospectiva (DMEI/DEP). (2014). *A Economia de Lisboa em Números*. Lisboa, Portugal: Câmara Municipal de Lisboa. Retirado de <https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=3&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwiF2ofeu67MAhXMWz4KHdxJD-0QFgguMAI&url=http%3A%2F%2Fwww.cm->

lisboa.pt%2Fpublicacoes-digitais%2Ftodas-as-publicacoes%3FeID%3Ddam_frontend_push%26docID%3D22263&usg=AFQjCNFKjBTITySB9MIZaInz_TTDNu1PVA

Gésero, P. (2011). *Configuração da Paisagem Urbana pelos grupos Imigrantes - O Martim Moniz na Migrantscape de Lisboa*. (Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Arquitectura. Lisboa, Portugal, Faculdade de Arquitectura Universidade Técnica de Lisboa. Portugal).

Instituto Nacional de Estatística (INE). (2011). *Censos*. Lisboa: INE.

Instituto Nacional de Estatística (INE). (2012). *A População Estrangeira em Portugal, 2011*. Lisboa, Portugal: Instituto Nacional de Estatística. Disponível em https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved0ahUKEwj74vTYi63NAhXJvhQKH8BBVAQFggdMAA&url=https%3A%2F%2Fwww.ine.pt%2Fngt_server%2Fattachfileu.jsp%3Flook_parentBoui%3D150133806%26att_display%3Dn%26att_download%3Dy&usg=AFQjCNHihD-ExX1ePIHRg4YTXUABb03Lhw

Marcelino, Valentina (2017, 7 de agosto)). Governo aprova lei para legalizar mais imigrantes. Lisboa, Portugal: *Diário de Notícias*. Disponível em <https://www.dn.pt/portugal/interior/governo-aprova-lei-para-legalizar-mais-imigrantes-8688780.html>

Marques, F. (2015). *Migração: Regulamento de Dublin começa a abrir brechas na União Europeia*. *EuroNews Europa*. Disponível em: <http://pt.euronews.com/2015/09/10/migracao-regulamento-de-dublin-comeca-a-abrir-bechas-na-uniao-europeia/>

Mendes, M. M. (2010). *Imigração, Identidades e Discriminação: imigrantes Russos e Ucrânicos na Área Metropolitana de Lisboa*. Lisboa, Portugal: Imprensa das Ciências Sociais.

Mendes, M. A. R. B. (2017). *A Graça (de Lisboa). A reabilitação do edificado como estratégia para a convivência interétnica e intergeracional – Culturalidades, um estudo de caso no centro da cidade*. (Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Arquitectura com especialização em Arquitectura de Interiores e Reabilitação do Edificado, Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa, Portugal).

Ministério da Justiça, Decreto-Lei n.º 237-A/2006, (2006, 14 de dezembro). *Diário da República* n.º 239/2006, 1.º Suplemento, Série I de 2006-12-14.

Observatório da Imigração. (2011). *Acesso à habitação e problemas residenciais dos imigrantes em Portugal*. Coord. Jorge Malheiros et. al.. Lisboa, Portugal: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural. Disponível em: http://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/177157/Estudo48_WEB.pdf/4afdd426-6b0f-449f-82d0-0e23b012448e

- Observatório das Migrações. (2014). Monitorizar a Integração de Imigrantes em Portugal: relatório estatístico decenal, *Imigração em Números*, 1. Coord. Catarina Reis Oliveira, Natália Gomes. Lisboa, Portugal: Alto Comissariado para as Migrações. Disponível em: <http://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/179573/RelatorioDecenalImigracaoNumeros2014web.pdf/d4aaef2b-2e21-4475-9202-70a25433a81b>
- Oliveira, C. R., & Gomes, N. (2015). *Imigração em Números - Estatísticas de Bolso*. Lisboa, Portugal: Observatório das Migrações.
- Peixoto, J. (2004). País de emigração ou país de imigração? Mudança e continuidade no regime migratório em Portugal. *SOCIUS Working papers*, N° 2/2004. Lisboa, Portugal: Instituto Superior de Economia e Gestão. Disponível em: <http://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/2028/1/wp200402.pdf>
- Pordata. (2016). *População residente: total e por grandes grupos etários*. Lisboa, Portugal: Fundação Francisco Manuel dos Santos. Disponível em: <http://www.pordata.pt/Municipios/População+residente+total+e+por+grandes+grupos+etários-390>
- Presidência do Conselho de Ministros, Resolução do Conselho de Ministros n.º 12-B/2015 (2015, março). *Diário da República*, 1.ª série — N.º 56 — 20 de março de 2015.
- Rocha-Trindade, M. B. (1988). Espaços de herança cultural portuguesa - gentes, factos, políticas. *Análise Social*, Vol. 24, n° 100, 313-351. Lisboa, Portugal: Instituto Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

A influência das políticas públicas habitacionais na expansão urbana, um estudo de caso em Teresina – PI.

Amanda Lages de Lima | amanda.lages@hotmail.com

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal do Piauí, Centro de Tecnologia, Departamento de Construção Civil e Arquitetura

Wilza Gomes Reis Lopes | wilzalopes@hotmail.com

Professora Doutora em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal do Piauí, Centro de Tecnologia, Departamento de Construção Civil e Arquitetura

Karenina Cardoso Matos | kareninamatos@yahoo.com

Professora Doutora em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal do Piauí, Centro de Tecnologia, Departamento de Construção Civil e Arquitetura

Resumo

O processo de urbanização no Brasil, assim como pode ser observado na maioria dos países em desenvolvimento, se deu de forma acelerada e desordenada, dando origem a diversas questões urbanas existentes até os dias de hoje. A partir da análise da expansão urbana das cidades brasileiras, percebe-se, por um lado, um intenso crescimento físico, econômico e populacional e, por outro lado, um descompasso entre esse crescimento e o desenvolvimento social das populações que as habitam.

Dentre os diversos conflitos sociais provocados pelo intenso processo de urbanização do país, destaca-se, o surgimento da questão habitacional, sendo o mesmo, resultado da capitalização da moradia e de seu dispendioso custo de reprodução. Em contrapartida, a produção em massa de moradias populares associada à implantação desses conjuntos habitacionais em regiões periféricas deu origem a uma nova questão urbana, a segregação sócio-espacial.

Teresina apresenta os mesmos problemas das demais cidades brasileiras, sendo marcada por uma expansão urbana intensa e desordenada. Além disso, também apresenta diversas áreas periféricas ocupadas por grandes conjuntos habitacionais, como é o caso do conjunto habitacional Residencial Jacinta Andrade, ou ainda, ocupações irregulares, como vilas e favelas, sem infraestrutura adequada ou serviços básicos.

Como foi observado ao longo desse trabalho, os conjuntos habitacionais foram, e continuam sendo, um dos principais indutores do crescimento de Teresina. Sendo assim, pretende-se identificar a interferência da implantação do Residencial Jacinta Andrade, o conjunto habitacional com maior número de moradias da cidade, no processo de expansão urbana de Teresina, assim como seus impactos sobre a mesma e sobre seu entorno.

Palavras-chave:

Expansão urbana, Conjuntos habitacionais, Segregação sócio-espacial.

Abstract

The urbanization process in Brazil, just like in most of other developing countries, happened fast and disorderly, creating various urban problems that exist until nowadays. Taking the urban expansion in the Brazilian cities as the starting point, it was perceived that in one hand there was an intense physical, economical and demographic growth, but in the other hand, a mismatch between this growth and the social development of its inhabitants.

Among the various conflicts provoked by the intense growth of the urbanization process in the country, highlights the emergence of the housing problem, being it a result of the capitalization of the habitations and its high cost of reproduction. On the other side, the mass production of low-cost houses associated to the implementation of the housing projects in peripheral regions created a new urban problem, the socio-spatial segregation.

Teresina presents the same problems other Brazilian cities, being marked by the intense and disorderly urban expansion. Besides that, it also presents various peripheral areas occupied by big housing projects, as the Residencial Jacinta Andrade, or even, irregular occupations, like shanty towns and favelas, with no infrastructure or basic services.

As it was observed during the development of this paper, the housing projects were, and still are, big inductors to the growth of Teresina. Therefore, it was intended to identify the interference of the construction of Residencial Jacinta Andrade, the housing project with the greatest number of houses constructed in the city during this period, in the process of urban expansion of Teresina, as the impacts of this project in its surroundings.

Keywords

Urbanization; Social housing projects; Socio-spatial segregation.

Introdução

O processo de urbanização no Brasil, assim como pode ser observado na maioria dos países em desenvolvimento, se deu de forma acelerada e desordenada, dando origem a diversos problemas urbanos existentes até os dias de hoje (Matias & Nascimento, 2011). Dentre os diversos conflitos sociais provocados pelo intenso processo de urbanização do país, destaca-se o déficit habitacional, como resultado da capitalização da moradia e de seu dispendioso custo de reprodução da força de trabalho (Villaça, 1986).

Além disso, destacam-se, também, os efeitos gerados pelas políticas públicas habitacionais adotadas ao longo dos anos, em especial seus impactos no processo de expansão urbana das cidades brasileiras. A partir da análise dessa expansão, percebe-se, por um lado, um intenso crescimento físico, econômico e populacional das cidades brasileiras e, por outro lado, um descompasso entre tal crescimento e o desenvolvimento social das populações que as habitam, em especial no que diz respeito à carência de moradias (Façanha, 1993).

A fim de solucionar esse problema, a partir da década de 1930, deu-se início a uma intensa política pública de produção habitacional popular, sendo essa medida um dos principais indutores da expansão urbana das cidades brasileiras. Entretanto, a produção em massa de moradias populares, associada à implantação desses conjuntos habitacionais em regiões periféricas, deu origem a uma nova problemática urbana, a segregação sócio-espacial.

Teresina é uma cidade localizada no Nordeste brasileiro, no estado do Piauí. A mesma foi fundada em 1852, a fim de atender a necessidade de mudança da capital da província do Piauí, papel então ocupado pela cidade de Oeiras (Figura 1). Durante esse processo, destacou-se a região da Vila do Poti, graças à sua proximidade com dois rios, o Parnaíba e o Poti, assim como por sua localização estratégica em relação aos demais núcleos urbanos da região (Façanha, 1998).

Apesar das vantagens apresentadas por essa região, houve uma mudança do local de implantação da nova capital para uma área mais plana e elevada próximo à Vila do Poti, devido ao cenário de inundações e insalubridade então vigente nas ocupações da vila, a Vila Nova do Poti, onde posteriormente seria consolidada cidade de Teresina (Façanha, 1998).

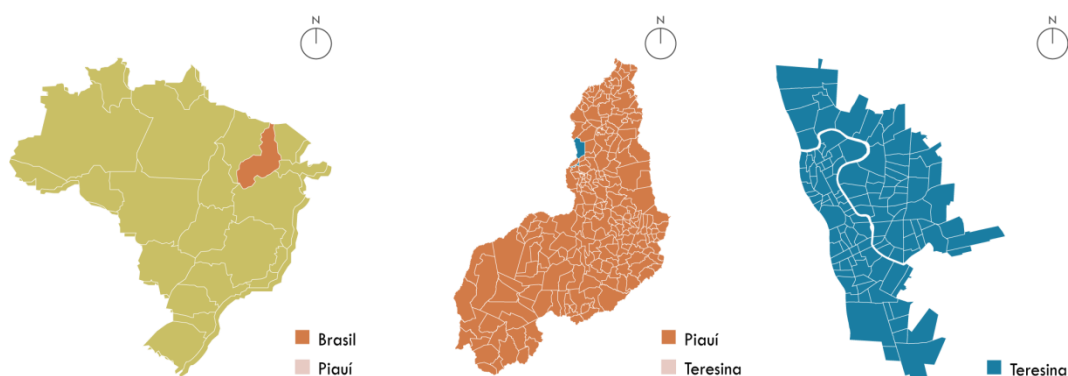


Figura 1. Localização de Teresina no contexto nacional e estadual (Amanda Lima, Brasil, 2018).

Partindo então de um traçado urbano ortogonal marcado pela busca de um padrão de implantação de cidades do período colonial proposto pelo José Antônio Saraiva, o presidente da então província do Piauí, Teresina passou por uma expansão urbana intensa e desordenada, assim como muitas outras cidades brasileiras. A cidade atualmente possui um traçado urbano bastante espreado, o que é reforçado por extensas áreas periféricas ocupadas por grandes conjuntos habitacionais, como é o caso do Residencial Jacinta Andrade, ou ainda, ocupações irregulares, como vilas e favelas, sem infraestrutura adequada ou serviços básicos.

Apesar de encontrar-se distante do eixo Rio – São Paulo, onde se observou uma expressiva produção habitacional de caráter social, constatou-se em Teresina, a partir da década de 1960, uma proximidade com o padrão construtivo das moradias populares vigente em âmbito nacional, principalmente com aquelas produzidas pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), fundado em 1964. Modelo o qual é reproduzido até a contemporaneidade, como pôde ser observado ao longo do desenvolvimento do trabalho a partir da análise das políticas públicas habitacionais e do estudo da paisagem urbana e da configuração morfológica do Residencial Jacinta Andrade.

Por meio desse artigo, buscou-se analisar como as políticas públicas habitacionais adotadas em Teresina contribuíram tanto para a expansão física territorial, como para a transformação da paisagem urbana da cidade. Dividiu-se então o trabalho em três etapas: a revisão histórica da intervenção estatal na produção habitacional de caráter social no Brasil, em particular em Teresina; a comparação entre a construção dessas novas moradias e os eixos de expansão urbana da cidade desde a década de 1960 até os dias de hoje; e por fim a análise da morfologia urbana do Residencial Jacinta Andrade, se tratando esse de um dos maiores empreendimentos imobiliários desenvolvidos pelo Programa de Aceleração de Crescimento (PAC), programa federal responsável pela execução de obras de grande infraestrutura (Ministério do Planejamento [MP], 2018).

Um breve histórico da habitação social

Ao longo de sua história, o Brasil tem sido marcado por contrastes sociais que refletem diretamente sobre as condições de vida da sua população. Tais diferenças foram naturalizadas por meio de diversos processos de dominação de classes exercidos desde a colonização do país até os dias de hoje (Villaça, 1986). Apenas em 1888, com a abolição da escravidão e o surgimento do “homem livre”, os problemas relacionados à qualidade de vida das camadas menos abastadas da população brasileira se tornaram objetos de discussão.

A fim de inserir o Brasil no cenário econômico internacional, dominando pelo capitalismo, fez-se necessária a criação de um mercado consumidor, o que era inviável a partir de um sistema de produção baseado na mão-de-obra escrava (Villaça, 1986). Nesse cenário capitalista, a habitação também se tornou um produto a ser consumido, porém a dificuldade de reprodução da mesma associada ao seu custo elevado, quando comparado aos salários recebidos pelos trabalhadores, impossibilitou o seu acesso por grande parte da população

É a partir da escassez de moradias que surge o problema habitacional, sendo ele agravado ao longo dos anos pela migração da população rural para as cidades em busca de empregos e melhores condições de vida. De acordo com o censo desenvolvido pela Fundação João Pinheiro, instituição governamental do estado de Minas Gerais, o déficit habitacional urbano em 2012 era de 5.430.562 domicílios, valor o qual configura um importante indicador do desenvolvimento humano da população brasileira (Fundação João Pinheiro [FJP], 2015).

Em consonância com o cenário nacional, Teresina enfrenta em seu território o problema habitacional, apresentando a Rede Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina (RIDE TERESINA), em 2010, um déficit habitacional de aproximadamente 59.140 domicílios (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA], 2013).

Fundada, em 1852, com o objetivo de exercer o papel de nova capital da província do Piauí, Teresina é vista desde então como principal centro urbano do estado, reunindo funções administrativas, além da grande oferta de comércio e serviços, o que levou ao intenso crescimento populacional da cidade. Conforme:

As populações do interior do Piauí e também de grande parte do Maranhão convergem para Teresina, que detêm um comércio atuante, tanto no segmento varejista como no

atacadista. No setor de serviços, vários segmentos se constituem em fator de atração. (Tajra&Tajra, 1996, p. 153).

Devido à migração populacional em direção a Teresina, observa-se um intenso crescimento demográfico ao longo de sua história, principalmente entre as décadas de 1950 e 1970. Esse processo migratório, associado à ação de outros atores sociais, contribuiu para a acentuação dos contrastes existentes na cidade, destacando-se nesse cenário o problema habitacional, o que pode ser observado a partir do surgimento de vilas e favelas na década de 1970 (Façanha, 2003).

A partir da década de 1930, percebe-se forte atuação do Estado no que diz respeito ao problema habitacional tanto no cenário nacional quanto no local, sendo a moradia considerada um dos direitos básicos do cidadão, de acordo com a Constituição de 1988. Entretanto, nem sempre houve uma intervenção estatal nessa questão, sendo importante compreender como era enfrentado o problema habitacional antes e o que levou o Estado a assumir essa responsabilidade.

Desde o seu surgimento o problema habitacional no Brasil foi abordado por diversas esferas sociais. Inicialmente, a produção e distribuição de habitações eram tarefas relegadas ao setor privado, sendo elas guiadas pela lei de livre mercado, o que pode ser observado nas principais cidades brasileiras desde a República Velha até os primeiros anos do Estado Novo (Bonduki, 1994).

Com a ascensão do presidente Getúlio Vargas e o início do Estado Novo, regime que perdurou entre os anos de 1937 e 1945, houve uma mudança na posição do Estado em relação à produção e distribuição habitacional. O Estado Novo passou então a atuar de forma direta tanto nas questões trabalhistas quanto em políticas públicas habitacionais (Bonduki, 1994).

Destaca-se nesse período a criação dos Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs), que viriam a financiar a construção de diversas unidades habitacionais de interesse social e a promulgação do decreto-lei do inquilinato, em 1942, que buscava regularizar as relações entre os inquilinos e os proprietários das casas de aluguel. Além da criação da instituição da Fundação Casa Popular, em 1946, que tinha como objetivo prover habitações para as camadas mais populares da sociedade. De acordo com:

[...] a formulação pelo Estado de um programa de produção de moradias e de uma política de proteção ao inquilinato tinha ampla aceitação pelas massas populares urbanas e mostrava um governo preocupado com as condições de vida da “população menos favorecida. (Bonduki, 1994, p. 717).

Durante seu período de atuação na questão habitacional os IAPs foram responsáveis pela produção e financiamento de cerca de 124.000 unidades habitacionais de caráter social. Apesar de seguirem um módulo, esses edifícios apresentaram particularidades tanto em sua arquitetura quanto em sua implantação, respondendo de forma coerente ao local em que estavam inseridos. Destaca-se, também, a locação desses conjuntos em regiões já consolidadas, não havendo a necessidade de expansão da infraestrutura urbana (Bonduki, 1994).

Outro momento importante para a produção habitacional no Brasil foi a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), em 1964, durante o período da Ditadura Militar no Brasil. Foram criados, também nesse período, outros órgãos que viriam a atuar na produção e distribuição habitacional, dentre os quais destaca-se a atuação das Companhias de Habitação (COHAB). Enfatiza-se a busca de legitimação do poder a partir do apoio das massas populares com o desenvolvimento de políticas públicas habitacionais (Figura 2).

Balanço Social do Banco Nacional da Habitação.

Os programas dirigidos para os que precisam

Para multiplicar as oportunidades de moradia à casa própria, o BNH criou ou reformulou uma série de programas dirigidos, com grande êxito.

Um deles é o **Plano de Financiamento de Subsídios Habitacionais**, que está subsidiando moradias suburbanas por valores mais baixos, no mesmo local, com o objetivo de atender famílias de menor renda e permitir a compra de terrenos em áreas de risco em loteamentos urbanos.

Outro programa reformulado foi o **Plano de Crédito Habitacional**, que está subsidiando a aquisição de terrenos em áreas de risco em loteamentos urbanos.

Um terceiro programa reformulado foi o **Plano de Crédito Habitacional**, que está subsidiando a aquisição de terrenos em áreas de risco em loteamentos urbanos.

Os benefícios para as famílias de baixa renda

Para beneficiar ainda mais as classes menos favorecidas que o Banco Nacional de Habitação, criou o **Programa de Subsídios Habitacionais**, com o objetivo de subsidiar a aquisição de terrenos em áreas de risco em loteamentos urbanos.

Outro programa reformulado foi o **Plano de Crédito Habitacional**, que está subsidiando a aquisição de terrenos em áreas de risco em loteamentos urbanos.

Um terceiro programa reformulado foi o **Plano de Crédito Habitacional**, que está subsidiando a aquisição de terrenos em áreas de risco em loteamentos urbanos.

A melhoria das condições de vida

Muito além de uma casa própria para as famílias de baixa renda, é importante também melhorar as condições de vida no meio em que elas vivem.

Por isso, o BNH também realizou um programa de melhorias em áreas de risco em loteamentos urbanos.

Um terceiro programa reformulado foi o **Plano de Crédito Habitacional**, que está subsidiando a aquisição de terrenos em áreas de risco em loteamentos urbanos.

Um quarto programa reformulado foi o **Plano de Crédito Habitacional**, que está subsidiando a aquisição de terrenos em áreas de risco em loteamentos urbanos.

Um quinto programa reformulado foi o **Plano de Crédito Habitacional**, que está subsidiando a aquisição de terrenos em áreas de risco em loteamentos urbanos.

Um sexto programa reformulado foi o **Plano de Crédito Habitacional**, que está subsidiando a aquisição de terrenos em áreas de risco em loteamentos urbanos.

Um sétimo programa reformulado foi o **Plano de Crédito Habitacional**, que está subsidiando a aquisição de terrenos em áreas de risco em loteamentos urbanos.

Um oitavo programa reformulado foi o **Plano de Crédito Habitacional**, que está subsidiando a aquisição de terrenos em áreas de risco em loteamentos urbanos.

Um nono programa reformulado foi o **Plano de Crédito Habitacional**, que está subsidiando a aquisição de terrenos em áreas de risco em loteamentos urbanos.

Um décimo programa reformulado foi o **Plano de Crédito Habitacional**, que está subsidiando a aquisição de terrenos em áreas de risco em loteamentos urbanos.

Figura 2. Cartilha do Balanço Social do BNH divulgado pelo Ministério do Interior (Propaganda em Revista, 2015).

Durante seu período de funcionamento o BNH foi responsável pela produção e financiamento de aproximadamente 400 mil unidades habitacionais ao redor do país, além de gerenciar financeiramente o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS). Ao longo dos anos, o órgão criou um estereótipo acerca de sua produção habitacional, sendo ela associada a conjuntos habitacionais padronizados, limitados e periféricos (Benvença, 2011).

Quanto ao projeto arquitetônico dessas construções destacam-se dois tipos reproduzidos em larga escala, os blocos de apartamentos multifamiliares e os loteamentos de residências unifamiliares. Ambos os tipos têm como características a repetição das soluções arquitetônicas, o zoneamento monofuncional criando regiões puramente habitacionais e a localização periférica, afastada dos núcleos urbanos das cidades (Benvença, 2011).

Em 1966, sobre a influência da política pública habitacional nacional, deu-se início à construção dos primeiros conjuntos habitacionais de Teresina. A construção de conjuntos habitacionais em larga escala, resultado de uma ação conjunta do BNH com a COHAB-PI, se manteve intensa até o fim da década de 1980, sendo responsável pela produção de aproximadamente 32.936 unidades habitacionais (Lima, 1996). Destaca-se, na construção desses conjuntos habitacionais, uma perpetuação do modelo de loteamentos residenciais unifamiliares construídos nas franjas urbanas (Figura 3).



Figura 3. Conjunto habitacional Mocambinho, construído em 1982, em seus primeiros anos de ocupação. (Teresina Antiga, 2015).

A propagação dos mesmos ao redor da cidade provocou a expansão urbana de Teresina em direção às zonas Norte, Sul e Leste, além da criação de vazios urbanos e de regiões de segregação sócio-espacial (Façanha, 1998). Com a extinção do BNH em 1986, todas as suas funções foram absorvidas pela Caixa Econômica Federal, inclusive a produção e distribuição de unidades habitacionais. Destaca-se que a partir desse momento as políticas públicas habitacionais, em sua grande maioria, passaram para o âmbito dos governos municipais e estaduais, sendo administradas pelas COHABs.

Em Teresina, houve a criação da Secretaria Municipal de Habitação e Urbanismo, em 1986, dando início a uma política habitacional de desapropriação da população de vilas e favelas e reassentamento da mesma em unidades habitacionais regularizadas. Destaca-se o caráter retrógrado dessa iniciativa, que, ao invés de qualificar os núcleos urbanos já consolidados, criou novas áreas residenciais em regiões periféricas e carentes de infraestrutura (Façanha, 1998).

Durante a década de 1990, a produção de unidades habitacionais em Teresina foi bastante reduzida quando comparada com a das décadas anteriores, sendo ela financiada, em sua maior parte, por convênios estabelecidos entre a COHAB-PI e o Instituto de Aposentadoria e Pensão do Estado do Piauí (IAPEP) (Façanha, 1998).

Nesse período destaca-se também uma tentativa de mudança na política habitacional municipal, indo contra a tendência nacional, deu-se início à urbanização de assentamentos precários e à regularização da posse dos lotes para seus moradores, como pode ser observado ao longo da década de 1990, em especial com a criação do Projeto Vila-Bairro, em 1997. Infelizmente, os resultados pouco expressivos e a falta de estratégias economicamente sustentáveis levaram ao abandono dessas iniciativas (Façanha, 1998). Com o Projeto Vila Bairro:

[...] surgia a proposta de urbanização de favelas num contexto em que várias capitais brasileiras passaram a adotar programas alternativos nas áreas de habitação e urbanismo para enfrentar a problemática urbana [...] (Lima, 2015, p. 81).

Porém, com a emergência da crise econômica mundial de 2008 e o enfraquecimento do Ministério das Cidades, medidas mais rápidas foram exigidas para combater o problema habitacional no país. Sendo assim, em 2009, é criado o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), um programa de financiamento de habitações de interesse social que atua a partir da concessão de licitações para a produção habitacional e da distribuição de suas unidades para as camadas menos abastadas da população (Bonduki, 2011). O PMCMV conta com duas fases já concluídas e uma terceira fase lançada em 2016 a ser finalizada em 2018 e, além de buscar combater o déficit habitacional urbano, também se preocupa com o problema habitacional na zona rural, sendo ele abordado pelo Programa Nacional de Habitação Rural. Destaca-se a parceria entre o PMCMV, a Caixa Econômica Federal, o FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) e o Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) a fim de financiar a produção e distribuição das unidades habitacionais (Amore, 2009).

No que diz respeito à qualidade arquitetônica observada na produção habitacional desenvolvida pelo PMCMV, destaca-se sua semelhança com os padrões de blocos de apartamentos e loteamentos residenciais edificados durante os anos de atuação do BNH. Por conseguinte, nota-se a repetição de uma política pública de segregação social, a partir da instalação de conjuntos habitacionais em regiões muito afastadas dos núcleos urbanos, nas quais inexistem a infraestrutura, os sistemas e os serviços públicos necessários para garantir a qualidade de vida da população.

A cidade de Teresina foi beneficiada com grandes investimentos, na ordem de R\$ 1.038.580.774,66, no setor habitacional entre os anos de 2008 e 2012, graças à criação do PAC e do PMCMV (Figura 4). A partir desses investimentos foram construídas nesse período 38.010 unidades habitacionais, sendo elas, em sua maioria, destinadas à população de menor renda assistida pelo PMCMV (Lima&Bueno, 2015).



Figura 4. Imagem aérea do conjunto habitacional Residencial Jacinta Andrade durante sua construção (GP1, 2016).

Além das conseqüências imediatas desses investimentos no que diz respeito à redução do déficit habitacional, observou-se como efeito da construção de grandes conjuntos habitacionais a expansão urbana da cidade e a consolidação da segregação sócio-espacial no cenário de Teresina.

Os conjuntos habitacionais como indutores da expansão urbana em Teresina

Assim como no contexto nacional, observou-se em Teresina, a partir da implantação do PMCMV, a construção em larga escala de conjuntos habitacionais em zonas periféricas, afastadas dos núcleos urbanos e carentes de infraestrutura, sendo poucos os edificadas em áreas já consolidadas.

O forte teor capitalista desse novo modelo de produção habitacional social revela-se na busca, por parte dos empreendedores, de maior lucratividade a partir da compra de terrenos mais distantes e desvalorizados do ponto de vista imobiliário, assim como por meio da reprodução em massa de unidades habitacionais ao menor custo possível. Segundo:

Os terrenos mais baratos são os que receberam menos recursos públicos e, conseqüentemente, contam com piores infraestruturas e apresentam precariedades e dificuldades de acessibilidade. (Souza, 2006, p. 31).

Os ônus dessas escolhas recaem então sobre a gestão municipal e, em especial, sobre os futuros moradores desses conjuntos que serão prejudicados não só pela distância dos centros urbanos e dos possíveis pólos de emprego, mas também pela ausência de infraestrutura e serviços urbanos que atendam suas novas moradias. A demanda pela infraestrutura necessária passa a ser manifestada por meio dos habitantes que agora se dirigem diretamente ao Estado em busca do atendimento de suas necessidades, havendo uma transferência de responsabilidade do empreendedor imobiliário para a gestão pública municipal (Mautner, 1999)

Por outro lado, percebeu-se, a partir da instalação desses conjuntos habitacionais e da consolidação de novos bairros abrangendo as áreas dos mesmos, a influência que as políticas públicas habitacionais adotadas em Teresina exerceram sobre a expansão urbana da cidade a partir da década de 1960 e, em especial, a partir da implementação do PAC e do PMCMV, em 2007 e 2009, respectivamente.

A expansão urbana relacionada à construção de conjuntos habitacionais se deu de forma extensiva e descontínua, havendo uma constante ampliação do perímetro urbano para abranger as novas áreas (Figura 5). Novamente observa-se uma face capitalista da política pública habitacional, pois a constante ampliação do perímetro urbano beneficia diretamente os donos dos terrenos que até então eram considerados pertencentes à zona rural, e que agora passam por um processo de valorização imobiliária (Matias & Nascimento, 2011).

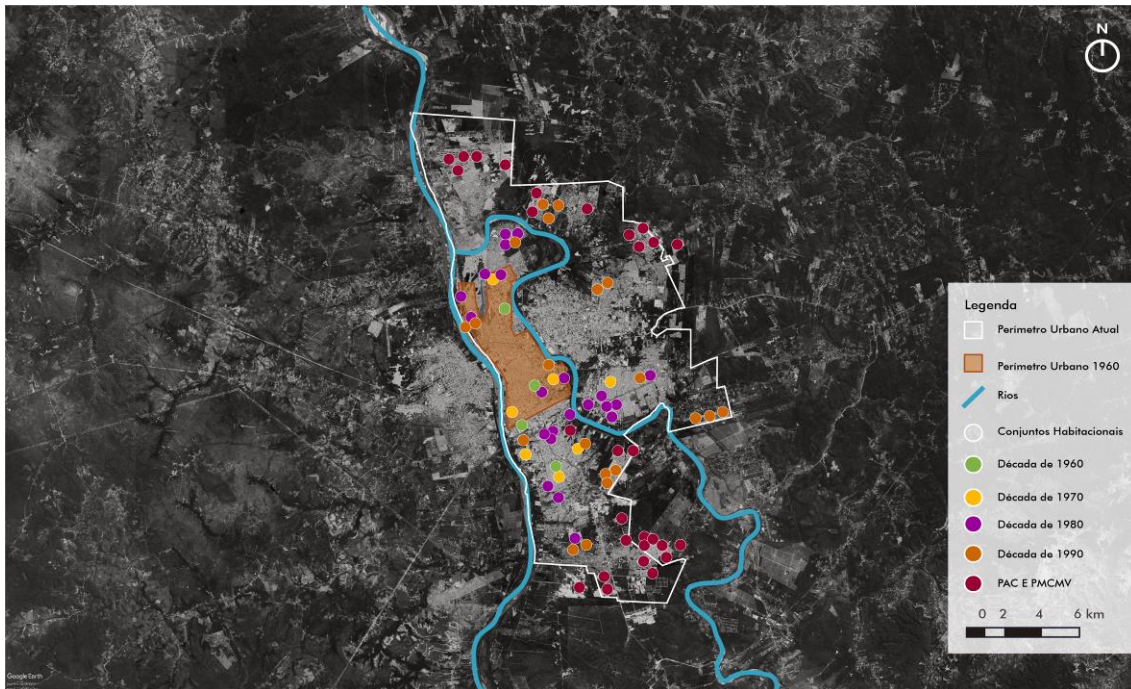


Figura 5. Mapa de Teresina comparando o perímetro urbano ao fim da década de 1960 com o atual e marcação dos conjuntos habitacionais construídos na cidade (Amanda Lima, Brasil, 2018).

Em contrapartida, observou-se o surgimento de diversos vazios urbanos, contribuindo dessa forma para a especulação imobiliária desses lotes e que dificultam a ampliação da infraestrutura urbana para um alcance que englobe essas novas moradias.

A partir da análise das políticas públicas adotadas pelo Estado desde a década de 1960 até hoje, em Teresina, percebeu-se a predominância de duas tipologias construídas reproduzidas em massa em seus locais de implantação: os loteamentos residenciais unifamiliares de um pavimento, como é o caso de importantes conjuntos como o Mocambinho, o Itararé e o próprio Residencial Jacinta Andrade, e os blocos residenciais multifamiliares de, em geral, até quatro pavimentos, como os conjuntos Tancredo Neves, Morada Nova e Jardim dos Caneleiros (Figura 6).

Dessa forma, observou-se a formação de regiões puramente residenciais, marcada pela repetição de uma mesma tipologia arquitetônica criando paisagens urbanas homogêneas e monótonas.



Figura 6. Conjunto Morada Nova construído em 1988 de acordo com a tipologia de blocos residenciais multifamiliares (Piauí Hoje, 2017).

O Residencial Jacinta Andrade

O conjunto habitacional Jacinta Andrade é um empreendimento financiado em âmbito federal pelo PAC através do Programa de Atendimento Habitacional – Pró Moradia, tendo o mesmo recebido o investimento de R\$83.733.953,50 para a sua realização. Sendo esse conjunto um reflexo da política pública habitacional executada pelo PAC, sobre o segmento do PMCMV na cidade de Teresina, ressalta-se a sua importância como objeto de estudo do trabalho em questão (Passos&Lima, 2017).

A construção do conjunto teve início em 2009 e teve suas últimas moradias entregues em 2015, somando ao todo 4.000 unidades habitacionais de interesse social (Melo, 2015). Além das moradias, também foi previsto no projeto urbanístico do conjunto a construção uma rede de equipamentos urbanos para atender às necessidades da população, porém, como foi observado ao longo da análise, essa etapa do projeto ainda não se encontra concluída.

A região ocupada pelo Residencial Jacinta Andrade se tornou um bairro que leva o nome do conjunto, em 2013, a partir da Lei nº 4.423 (Lei nº 4.423, 2013). Seu entorno é composto pelos bairros Chapadinha, Santa Maria, Monte Verde e Alegre, sendo esses espaços resultados da construção de loteamentos e da ocupação de terrenos por meio da criação de vilas (Secretaria Municipal de Planejamento [SMP], 2018).

Localizado na Zona Norte de Teresina, em uma região limítrofe do perímetro urbano da cidade em sua construção, o conjunto habitacional ocupa uma área de 172 hectares, que antes abrigava uma mata virgem. A distância entre o Jacinta Andrade e o bairro Centro, principal pólo comercial da cidade, é de aproximadamente quinze

quilômetros. Por outro lado, destaca-se a existência de diversas linhas de transporte público que buscam conectar o bairro às outras regiões da cidade, tendo sido prevista a construção de um terminal de ônibus dentro do conjunto. Percebe-se a concentração das rotas em direção ao centro da cidade, sendo existentes nove diferentes linhas que dão acesso ao conjunto (Figura 7).



Figura 7. Sobreposição das rotas de ônibus que conectam o conjunto a outras regiões da cidade (Amanda Lima, Brasil, 2018).

Ainda assim, a localização periférica do conjunto Jacinta Andrade, assim como a de muitos outros, contribuiu para a expansão urbana desordenada e para a formação de vazios urbanos dentro da cidade (Figura 8).

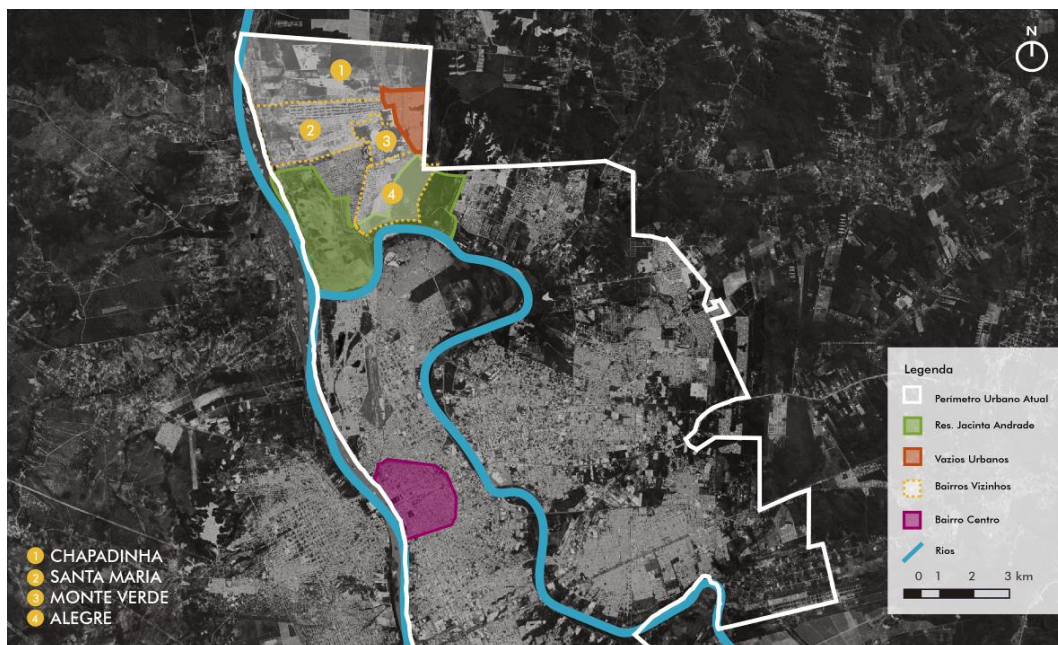


Figura 8. Mapa de Teresina destacando a localização periférica do Residencial Jacinta Andrade assim como os vazios urbanos existentes entre ele e as áreas mais adensadas (Amanda Lima, Brasil, 2018).

O terreno escolhido para receber o conjunto habitacional Jacinta Andrade pertencia à Fazenda Canaã, uma propriedade privada que foi desintegrada, sendo então adquirida pelo Estado. A construção do conjunto habitacional teve início em 2009, destacando-se a agilidade de sua implantação, o que pode ser observado a partir da progressão das imagens aéreas da região antes do início das obras, em 2007, e após a entrega das últimas unidades, em 2015 (Figuras 7 a 13) (Melo, 2015).

De acordo com a Lei Complementar nº 3.561, promulgada em 2006 pela Prefeitura Municipal de Teresina, o parcelamento do solo em projetos de loteamento de interesse social deve garantir a existência de 20% da área total voltado para vias de circulação, 10% para áreas verdes e 5% para áreas de uso institucional (Lei nº 3.561, 2006).

A partir da análise do plano urbanístico do conjunto Jacinta Andrade, disponibilizado Agência de Desenvolvimento Habitacional do Piauí (ADH), constatou-se que foi prevista a criação de onze áreas verdes somando ao todo 173.620,42 metros quadrados, valor superior ao exigido pela Prefeitura Municipal de Teresina (PMT), de 172.000,00 metros quadrados. Contudo, o art. 70º da Lei Complementar nº 3.562 também afirma que “Art. 70º Deve ser mantida a cobertura vegetal de porte arbóreo, em todos os lotes, limitando-se a limpeza à vegetação rasteira.”, o que não foi observado na implantação do Residencial Jacinta Andrade.

Observou-se, através da comparação de imagens aéreas da área antes e depois da implantação do conjunto, o desmatamento intensivo provocado pela sua construção, sendo removida a maior parte da cobertura vegetal existente no terreno (Figura 9). A predação da vegetação, em conjunto com os processos de terraplanagem e impermeabilização do solo, provocou diversos impactos ambientais, como, por exemplo, a alteração do micro clima da região, a poluição do ar, a compactação do solo, o desvio de cursos d’água, entre outros.

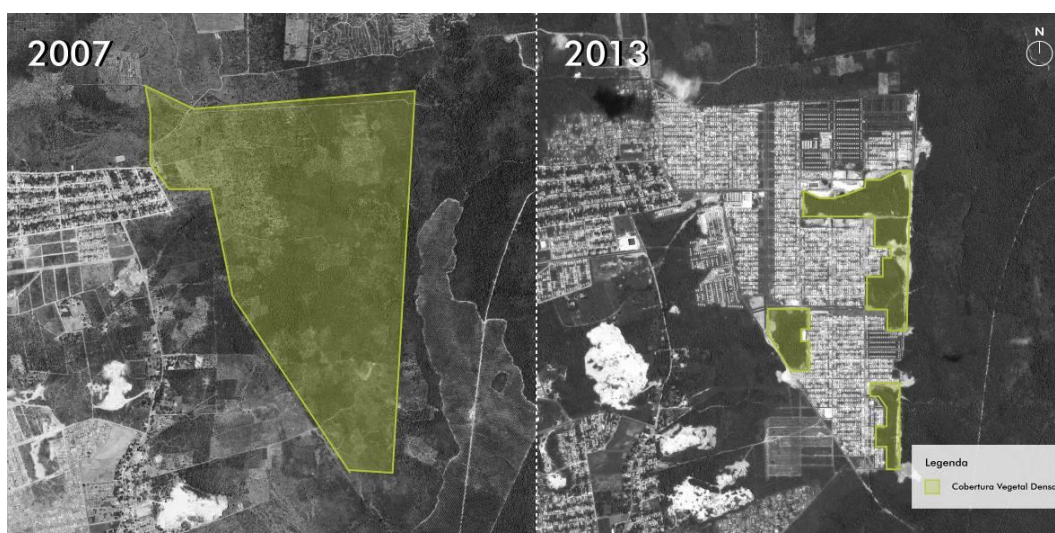


Figura 9. Comparação da cobertura vegetal em 2007, antes da construção do Residencial Jacinta Andrade, e em 2013, após a construção do conjunto (Amanda Lima, Brasil, 2018).

Já no que diz respeito às áreas de uso institucional, destaca-se existência de seis áreas institucionais com um total de 93.955,29 metros quadrados, valor superior ao exigido pela legislação, de 86.000 metros quadrados. O plano

urbanístico do conjunto Jacinta Andrade prevê a construção de uma série de equipamentos urbanos para atender as necessidades da população. Ao longo do bairro foram distribuídas três creches, quatro escolas estaduais, uma secretária de educação, duas unidades básicas de saúde, uma delegacia, um centro cultural, um mercado e um ginásio (Figura 10).

Durante as visitas ao Residencial Jacinta Andrade foram observados alguns desses equipamentos urbanos concluídos, além da existência de várias obras em andamento ou abandonadas. A partir de uma análise mais profunda de cada uma das áreas institucionais do conjunto, foi possível observar quais dos equipamentos urbanos foram realmente construídos, assim como as situações nas quais eles se encontram.

Segundo o plano urbanístico do conjunto, a Área Institucional I deveria abrigar quatro estabelecimentos voltados para a educação, entre eles, uma secretária educacional, duas escolas e uma creche. Entretanto, durante a visita observou-se que apenas dois desses estabelecimentos se encontram integralmente construídos, sendo eles a Escola Poeta da Costa e Silva e a Secretaria Municipal da Educação.

A creche se encontra em construção e a segunda escola também, porém percebe-se pelo estado da última que a obra encontra-se abandonada. Destaca-se, também, a mudança na divisão dos lotes estabelecidos pelo plano urbanístico, criando um espaço sem uso entre as edificações (Figura 11).



Figura 10. Mapa com marcação das áreas institucionais equipamento urbano previsto para o Residencial Jacinta Andrade (Amanda Lima, Brasil, 2018).

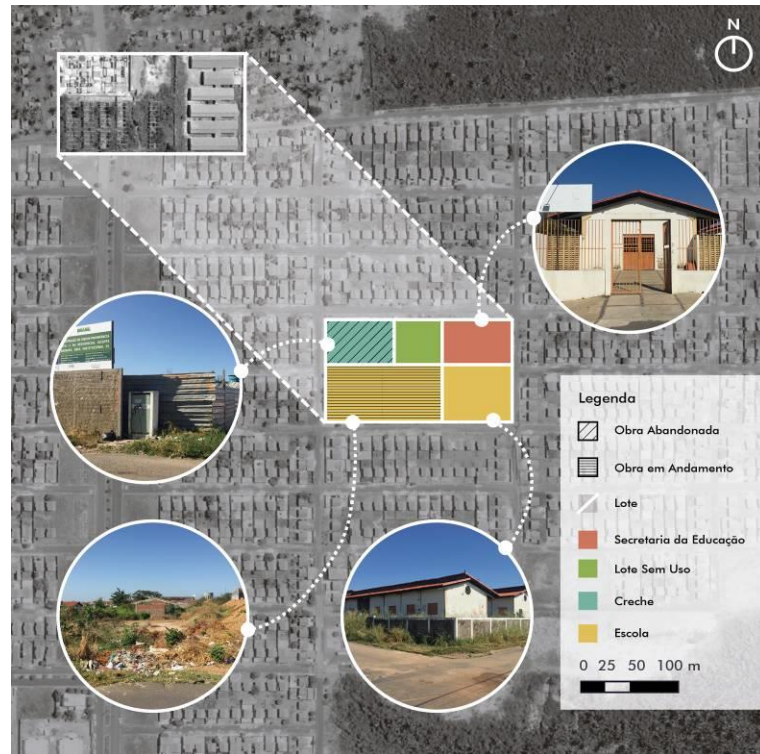


Figura 11. Equipamento urbano da Área Institucional I (Amanda Lima, Brasil, 2018).

O projeto da Área Institucional II previa em seu território a construção de duas grandes obras, o terminal de ônibus e o centro cultural (Figura 12). Ambos encontram-se construídos, porém destaca-se a falta de manutenção do centro cultural e a possível falta de uso mesmo, um indicador da falta de atividades culturais e vivência comunitária no Residencial Jacinta Andrade. Por outro lado, destaca-se nessa área a reminiscência de um lote descampado sem uso previsto.

A Área Institucional III é marcada pela diversidade de funções prevista para seus edifícios, entre eles, uma escola, uma unidade básica de saúde, um mercado, uma delegacia e uma creche (Figura 13). Destaca-se, nessa área, a construção de quase todos os equipamentos urbanos previstos, ausentando-se apenas a creche e a escola, estando ambas em construção, com um possível abandono da última.

A Área Institucional IV previa em seu território a existência de apenas uma escola e reservava uma área livre de edificações (Figura 14). Como foi observado durante a visita, o local onde deveria estar a escola se encontra desocupado, sem nenhum resquício que indique o início da obra.

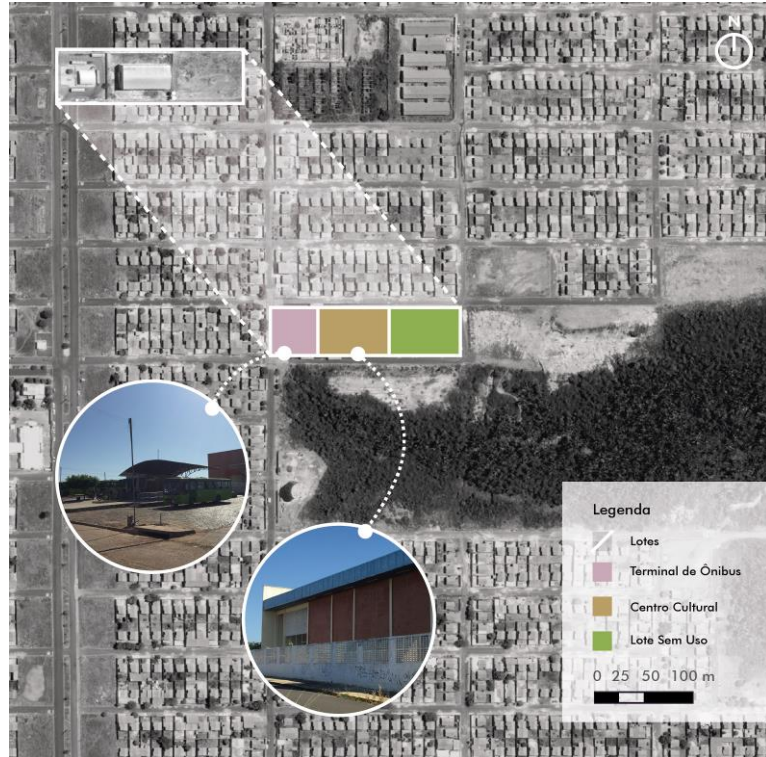


Figura 12. Equipamento urbano da Área Institucional II (Amanda Lima, Brasil, 2018).

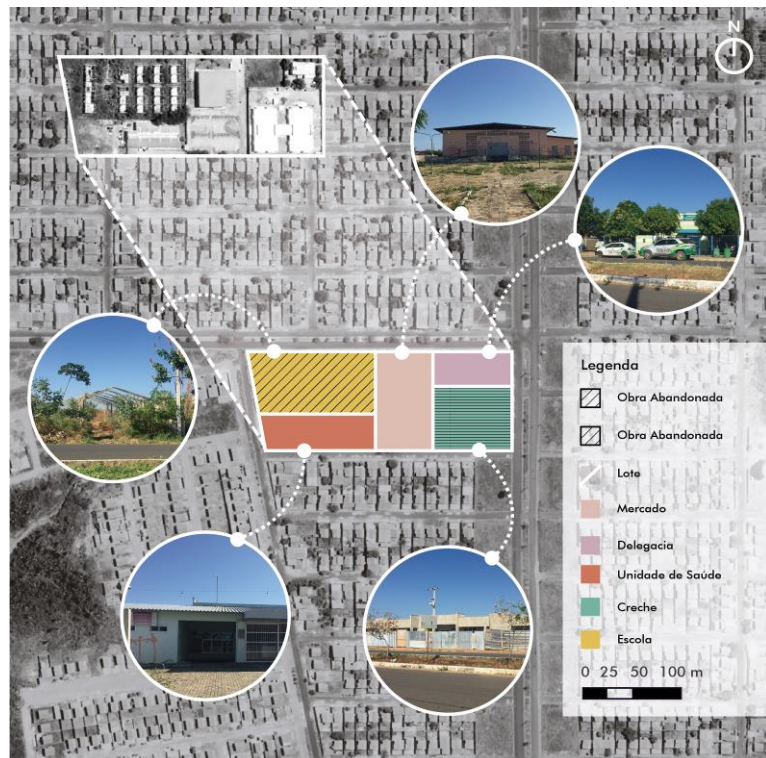


Figura 13. Equipamento urbano da Área Institucional III (Amanda Lima, Brasil, 2018).



Figura 14. Equipamento urbano da Área Institucional IV (Amanda Lima, Brasil, 2018).

A área institucional de maior dimensão prevista no projeto urbanístico é a Área Institucional V, sendo prevista em seu território a construção de um ginásio e de uma creche. Como foi observado, apenas o ginásio encontra-se construído, estando o lote destinado à creche coberto por uma cobertura vegetal densa (Figura 15).

Destaca-se nessa área a existência de um grande espaço desocupado com topografia bastante acidentada, o que favoreceu a instalação do equipamento urbano responsável pela drenagem de água pluvial do conjunto.

Observa-se também a previsão de uma última área institucional, a Área Institucional VI, porém o projeto urbanístico do conjunto não definiu nenhuma ocupação para a mesma. Por fim foi analisada a área destinada à construção de uma unidade básica de saúde, apesar da mesma não ser identificada como área institucional no projeto urbanístico (Figura 16).

A situação atual dessa área está em concordância com o plano do conjunto, havendo na mesma uma unidade básica de saúde concluída. Por se tratar de um dos limites do conjunto, percebe-se no entorno do lote a ausência de infraestrutura nos arredores do Residencial Jacinta Andrade, sendo o mesmo rodeado por diversos vazios urbanos e áreas rurais.



Figura 15. Equipamento urbano da Área Institucional V (Amanda Lima, Brasil, 2018).



Figura 16. Localização da unidade básica de saúde prevista do plano urbanístico do Residencial Jacinta Andrade (Amanda Lima, Brasil, 2018).

Ainda no que diz respeito ao entorno do conjunto, foi possível observar a existência de uma vila ao extremo Norte dos seus limites, no bairro Chapadinha. Destaca-se, nessa área, a presença de diversas casas edificadas em taipa de mão, o que indica a possível irregularidade desses assentamentos. Além disso, foi observada a criação de um

espaço livre criado pela comunidade voltado para o lazer de sua população, o Estádio de Futebol Levi Ezequiel (Figura 17).



Figura 17. Estádio de futebol Levi Ezequiel com casas de taipa do bairro Chapadinha ao fundo (Amanda Lima, Brasil, 2018).

No que diz respeito ao equipamento urbano existente no Residencial Jacinta Andrade, percebe-se que a maior parte do que foi proposto pelo plano urbanístico do conjunto foi construído. Porém, também foi possível observar a falta de manutenção desses espaços e muitas vezes a falta de uso, como é o caso do Centro Cultural, que se encontra marginalizado e ocioso. Ainda sobre o plano urbanístico, destaca-se a carência do mesmo no que diz respeito ao planejamento de espaços públicos voltados para a interação social da comunidade. O que pode ser comprovado a partir de iniciativas independentes para a criação de áreas de lazer e convívio social, expressando no tecido urbano as necessidades da população do residencial.

Conclusão

A expansão urbana trata-se, em sua essência, do crescimento das cidades, podendo o mesmo se dar de forma planejada ou não. Em Teresina, um dos grandes indutores desse processo foi a construção de conjuntos habitacionais, sendo o mesmo consolidado a partir do acréscimo de novas regiões ao tecido urbano e da criação de novos bairros.

Observou-se, no caso da expansão do perímetro urbano de Teresina em direção a esses conjuntos, foi uma tentativa de abranger, dentro dos novos limites da cidade, os resultados de uma política pública habitacional baseada na segregação sócio-espacial da população. Entre as principais conseqüências desse fenômeno, destaca-se o surgimento de diversos vazios urbanos entre as regiões centrais da cidade e as novas áreas de ocupação, contribuindo para a especulação imobiliária desses terrenos e para a valorização de áreas antes pertencentes à zona rural.

A partir dessa análise constatou-se que a construção de conjuntos habitacionais é um importante indutor da expansão urbana. Porém, percebe-se que a mesma contribui para um crescimento desordenado, criando áreas carentes de infraestrutura, distantes das zonas centrais e que oferecem baixa qualidade de vida a seus moradores.

É preciso avaliar as políticas públicas desenvolvidas ao longo dos anos, buscando afastar-se do modelo higienizador tão praticado até então, que repele as camadas mais pobres da sociedade às franjas urbanas.

Ao tomar o Residencial Jacinta Andrade como um estudo de caso pertencente ao espaço amostral dos conjuntos habitacionais existentes em Teresina, foi possível observar a morfologia urbana que vem sendo reproduzida no território da cidade assim como as diversas falhas existentes no padrão de produção de moradias de interesse vigente, em especial no que diz respeito à criação de áreas majoritariamente monofuncionais e homogêneas, segregadas dos centros urbanos e com acesso limitado.

Referências

- Amore, C., Shimbo, L., & Rufino, M. (2015). *Minha Casa... e a Cidade? Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em Seis Estados Brasileiros*. Rio de Janeiro, Brasil: Letra Capital.
- Benvença, B. (2011). *Conjuntos habitacionais, espaços livres e paisagens: apresentando o processo de implantação, uso e avaliação de espaços livres urbanos*. São Paulo, Brasil: Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Bonduki, N. (1994). *Análise Social*. Lisboa, Portugal: Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Bonduki, N. (2011). *Origens da habitação social no Brasil: Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria* (3° ed.). São Paulo, BR: Estação Liberdade.
- Bueno P. H. C; Lima, A. J. (2015). (Re) estruturação urbana de Teresina (PI): uma análise de suas dinâmicas recentes. *Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas*. 16(109). 96-118. doi: <http://dx.doi.org/10.5007/1984-8951.2015v16n109p96>
- Façanha, A. (2003). A evolução urbana de Teresina: passado, presente e... *Carta CEPRO*. 22 (1). 59-69.
- Façanha, A. (1998). *A Evolução Urbana de Teresina: Agentes, Processos e Formas Espaciais da Cidade*. Recife, Brasil: Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- GP1. (2016). *Fernando Monteiro quer suspensão de cobranças no Jacinta Andrade*. [Imagem]. Retirado de <https://www.gp1.com.br/noticias/fernando-monteiro-quer-suspensao-de-cobrancas-no-jacinta-andrade-402776.html>
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2013). *Estimativa do déficit habitacional brasileiro (2007-2011) por municípios* (2010). Retirado de http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/nota_tecnica/130517_notatecnicadirur01.pdf

- Lei Complementar nº 3.562. (2006, 20 de Outubro). Retirado de <http://pgm.teresina.pi.gov.br/admin/upload/documentos/81a6a2f8d3.pdf>
- Lei Complementar nº 3.561. (2006, 20 de Outubro). Retirado de <http://pgm.teresina.pi.gov.br/admin/upload/documentos/830129bf08.pdf>
- Lei nº 4.423. (2013, 16 de Julho). Retirado de <http://semplan.35.193.186.134.xip.io/wp-content/uploads/sites/39/2016/02/Lei-4423-de-2013-Lei-dos-Bairros.pdf>
- Matias, L ; Nascimento, E. (2011). *Expansão urbana e desigualdade socioespacial: uma análise da cidade de Ponta Grossa (PR)*. Curitiba, Brasil: Universidade Federal do Paraná.
- Passos, T. & Lima, A. (2017). O Trabalho Social em Programas Habitacionais: o Programa Minha Casa Minha Vida em Teresina. *Periódico do Centro Universitário Santo Agostinho*. 14(3). 210-235. DOI: <http://dx.doi.org/10.12819/2017.14.3.12>
- Piauí Hoje. (2017). *Incêndio atinge apartamento no Morada Nova*. [Imagem] Retirado de <http://piauihoje.com/noticias/incendio-atinge-apartamento-no-morada-nova/>
- Propaganda em Revista. (2017). *Balanço Social do Banco Nacional da Habitação* [Imagem]. Retirada de <http://www.propagandaemrevista.com.br/propaganda/3758/>
- Secretaria Municipal de Planejamento. (2018). Teresina – Perfil dos Bairros – Regional SDU Centro/Norte – Bairro Jacinta Andrade. Retirado de <http://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/39/2018/08/JACINTA-ANDRADE-2018.pdf>
- Teresina Antiga. (2015). *Inauguração do conjunto habitacional Mocambinho (1982)*. [Imagem]. Retirada de <http://teresinaantiga.com/inauguracao-do-conjunto-mocambinho.php>
- Villaça, F. (1986). *O que todo cidadão precisa saber sobre habitação*. São Paulo, BR: Global.

De la mercearia du coin à chez l'Indien. *Une étude sur le commerce et la construction de l'altérité dans un quartier populaire de Lisbonne*

Karina Martos ³³ | martoskarina@gmail.com

Master Sociologie, Faculté de Sciences Economiques et Sociales, Université Lille 1

Résumé

Cet article est issu d'une étude réalisée à propos des dynamiques commerciales dans le quartier de Mouraria à Lisbonne. Dans un contexte de mise en tourisme de la ville, de fort investissement du pouvoir public, de investisseurs privés et de rénovation urbaine, le commerce se montre une approche fertile pour saisir les rapports sociaux et de forces liés au changement social dans le quartier. Ainsi, cet article vise apporter des éclairages complémentaires à propos les questions sociales qui touchent les populations de quartiers populaires, centraux, marqués par l'immigration, par une forte activité commerciale et dans lesquels a démarré un processus de gentrification.

Mots-clés

commerce, quartiers populaires, immigration, gentrification

Abstract

This article is based on a study of commercial dynamics in the Mouraria (Lisbon). In a context of tourism in the city, strong investment of public power, private investors and urban renewal, trade is a fertile approach to capture the social relationships and forces related to social change in the neighborhood. Therefore, this article aims to provide additional insights into the social issues that affect the populations of working-class, central neighborhoods, marked by immigration, strong commercial activity and in which a process of gentrification began.

Keywords

commerce, working-class neighborhoods, immigration, gentrification

Introduction

Dans un contexte de globalisation, les dynamiques urbaines et les nouvelles formes de mobilités (migratoires et touristiques) qui caractérisent le monde contemporain, prennent une nouvelle dimension. En m'intéressant aux quartiers populaires, proche des villes, liés au commerce et à l'immigration, le quartier de Mouraria à Lisbonne est apparu un terrain pertinent pour une étude sociologique sur les dynamiques urbaines, commerciales et les relations sociales d'interculturalité.

³³ En 2017 a réalisé un séjour de recherche à Lisbonne (CIES-ISCTE) durée de cinq mois, financé en partie par la Bourse Mermoz du Conseil Régional de la Région Hauts-de-France.

Ancien quartier situé dans la zone centrale de Lisbonne, son histoire nous révèle un territoire stigmatisé dès sa genèse, remonte au temps des Maures, qui, après la Reconquête Chrétienne (1147), se sont vus attribuer un bout de terrain derrière la colline du Château de São Jorge, formant ainsi un territoire d'une population stigmatisée, pendant longtemps marqué par un grand taux de pauvreté, par la délinquance, le trafic de stupéfiants et la prostitution³⁴. Mouraria a aussi une morphologie particulièrement rude, au pied de la colline du Château. Ce territoire, qui a vécu différentes vagues migratoires au cours des années voit son image se réinventer. L'investissement économique et symbolique dans le secteur historique de la ville, la croissance du tourisme, l'intervention de stratégies d'aménagement urbain, l'augmentation du prix immobilier sont quelques facteurs qui provoquent le départ non consenti des anciens habitants et, par conséquent, l'arrivée de nouveaux habitants et usagers, comme les touristes. Nous parlons d'une forme de gentrification, ou de « touristification » lorsque les transformations dans le quartier sont stimulées par et pour une dynamique touristique. Ainsi, le quartier est une zone urbaine prioritaire qui passe par diverses interventions de programmes de requalification, rénovation et de revalorisation du territoire³⁵.

L'approche choisie pour cette étude, les dynamiques commerciales, prend tout son sens car une ethnographie du commerce local se montre très fertile pour saisir le contexte de transformations urbaines et sociales de quartiers centraux, de relations d'interculturalité et de confrontations avec la différence à l'échelle du quartier, de la ville, et plus largement, d'une société. Selon Pierre Hassoun (2005), les petits commerces et les magasins de grande taille contribuent à la connaissance de l'important rôle joué par ces espaces de consommation comme « coproducteurs d'identités territoriales ». De cette manière, les magasins et les petits commerces contribuent à affirmer l'identité culturelle d'un quartier ou d'un voisinage, d'un groupe ethnique ou encore, d'une ville, selon Sharon Zukin (2006).

Dans le contexte de Lisbonne, de différents changements sont en cours (l'aménagement de la ville, la gentrification des quartiers populaires, la requalification des bâtis, le développement d'une forte dynamique touristique...). Mouraria est un découpage empirique parmi d'autres possibilités. Cependant, Mouraria devient un lieu de croisement de différents groupes sociaux et ethniques, de pratiques sociales, culturelles et commerciales diversifiées qui configurent un paysage urbain multiethnique, un espace de mobilités (touristique et migratoire) variées.

De cette manière, j'ai tenté de comprendre de quelle manière les différents lieux commerciaux sont pratiqués, perçus et comment les relations se construisent entre différentes parties prenantes de la vie sociale : habitant(e)s, commerçant(e), autochtones et immigré(e)s, d'origines ethniques variées. Je me fonde sur les propos des personnes enquêtées pour comprendre comment les relations sociales sont construites dans des situations quotidiennes ou

³⁴ Selon Carvalho (2013) de génération à génération, ce quartier a accueilli une population défavorisée, caractérisée par un faible capital économique et culturel. Depuis le XIX^{ème} siècle, le flux de migrants venant des provinces et leur arrivée à la capitale ont été stimulés par l'offre de travail ouvrier. De ce fait, la population ouvrière, main d'œuvre peu qualifiée et de faible capital économique, était conditionnée à s'installer dans les habitats de conditions précaires du secteur.

³⁵ Selon la chercheuse Sandra Marques Pereira, la Freguesia de Santa Maria Maior (étant la plus petite du Conseil de Lisbonne, avec 1.49 Km²) concentre un nombre élevé d'intervention urbanistique de réhabilitation des bâtis, par rapport à d'autres Freguesias. Pereira, S. M. (avril 2017) Lisboom : a cidade renascida em contexto de globalizaça. In *Lisboa, que futuro ?* ISCTE – IUL, à Lisbonne, 17-18/04/2017. Freguesia est une unité de mesure administrative du territoire urbain, regroupant différents quartiers. Elle est une forme de subdivision des territoires de Communes ou de Municipalités. Ainsi, une Commune doit avoir au moins une Freguesia.

d'échanges marchands. Comment certains commerces et certains groupes qui les pratiquent sont représentés ? Comment l'altérité se fabrique à partir des discours et des pratiques des individus ? Comment peut-on définir l'ethnisation des groupes et des espaces marchands ? Ce texte vous invite à réfléchir sur différents processus qui touchent les villes contemporaines (la gentrification, la rénovation urbaine, les rapports de forces, les classes populaires, l'immigration, l'ethnisation de rapports), issu du mémoire de recherche du Master en Sociologie et Anthropologie des Enjeux Urbains, soutenu à l'Université de Lille (2017).

Le travail de terrain et les personnes enquêtées

Pour cette étude ethnographique, le travail de terrain s'est déroulé entre les mois de mars et juillet 2017. La méthodologie ici développée consistait en la prise de contact avec les acteurs locaux, la présence importante *in locus* et l'observation, des entretiens et des conversations informelles. Pendant l'enquête de terrain, j'ai rencontré plusieurs personnes et vingt-trois entretiens ont été réalisés auprès des commerçant(e)s et des habitant(e)s de Mouraria, ainsi qu'auprès d'autres acteurs locaux, comme la prise de contact avec deux associations, *Renovar a Mouraria* et *Solidariedade Imigrante*, et la rencontre avec un fonctionnaire de la Junta de Freguesia, Nunes, chargé de médiation sociale qui a été mon informateur privilégié pour cette enquête.

Egalement, d'autres rencontres ont été faites dans un travail de repérage où, pendant mes observations, j'identifiais certains commerces, soit par leur localité, soit par leur spécificité, que je supposais pertinents pour ce travail. Une variété de commerces a été ciblée, du détail au grossiste, alimentaire, bazars, prêt-à-porter, épicerie indiennes et *mercearias* portugaises, atelier d'artisan, boutiques de produits de beauté et hygiène, du commerce dit « traditionnel » au commerce dit « ethnique », des produits destinés à une population variée, d'autres à des clients bien spécifiques.

A priori, une population très diversifiée a été envisagée (âge, nationalité, sexe, statut d'occupation...). La formation d'un échantillon s'est faite progressivement, en fonction des évolutions de l'enquête de terrain. La barrière linguistique s'imposait parfois dans les échanges avec les individus d'origine étrangère. Ainsi, entamer une conversation n'était pas évident, particulièrement dans certains commerces (précisément les magasins dans l'alimentaire, le prêt-à-porter, bazars et électroniques), tenus par des individus d'origine asiatique, Bengalis, Pakistanais et Chinois. S'agit-il d'une forme que les commerçants ont de limiter considérablement leurs échanges ? Ou alors, il s'agit de commerçants et de clients de même origine et donc, parlant la même langue ? Dans tous les cas, j'ai dû mobiliser quelques ressources pour y accéder (à une population d'origine étrangère), à travers l'intermédiation des informateurs.

Ceci dit, la prise de contact, la constitution d'un échantillon et le déroulé de l'enquête ont été considérablement conditionnés par différents facteurs d'influence, dans les interactions entre enquêteur/enquêté(s), des interactions inscrites dans un cadre spatial et temporel spécifique. Les circonstances et les « aléas », finalement, révèlent la structuration du processus ethnographique.³⁶

³⁶ De mon côté, j'avais quelques « avantages », comme le fait de connaître la langue portugaise (ma langue maternelle), et la rapide familiarité que j'ai eu avec la ville et la culture portugaise, les affinités avec la culture brésilienne... Plus le statut d'étudiante se sont manifestés comme

De manière générale, l'âge de la population enquêtée varie de 23 ans à 82 ans, avec une moyenne d'âge de 52. Au total, 23 personnes ont été enquêtées, dont 13 femmes. 12 habitant(e)s du quartier : la majorité d'origine portugaise (11 personnes). De 23 personnes, 13 personnes travaillent dans le commerce, dont 7 de nationalité étrangère (de nationalité indienne, bengalie, congolaise, chinoise, anglaise, deux personnes ayant la double nationalité, indienne/portugaise).

Par tranche d'âge, parmi les individus interviewés, nous pouvons constater qu'il s'agit de deux groupes plus représentatifs dans cette population : un plus âgé ayant plus de 65 ans (majoritairement féminin) et un groupe âgé entre 35-45, en activité, (majoritairement d'origine étrangère). Quoique la représentativité de cet échantillon démontre des limites pour une analyse approfondie de l'ensemble de la population du quartier (en tant que personnes résidentes et/ou en travaillant dans le secteur), il est intéressant d'avoir un repère sociodémographique pour enfin situer en quoi consiste le groupe de personnes rencontrées lors de l'enquête. Ainsi, l'esquisse de deux profils type de la population interviewée donnerait à voir une femme, de nationalité portugaise, habitante du quartier, avec une moyenne d'âge de 58 ans, employée de commerce ou retraitée. Ou alors, un homme, de nationalité étrangère, avec une moyenne d'âge de 39 ans, en activité dans le secteur commercial.

Dans une analyse plus large de la Freguesia de Santa Maria Maior, les données sociodémographiques et statistiques issues de l'INE (www.ine.pt) et le Diagnostico Social da Freguesia de 2015, nous montrent que la population à Mouraria vieillit, tout comme d'autres quartiers de la Freguesia. Une croissance de la population entre 25-64 ans (en majorité d'origine étrangère) dans l'écart de 10 ans des deux Recensements (2001-2011) vient équilibrer la décroissance de la population totale (-8,5%). Mouraria reste un quartier ayant un taux élevé de chômage, de précarité sociale, d'échec scolaire, malgré les évolutions positives considérables de ces dernières années et le fort investissement économique, politique et social dans le territoire.

Selon Jorge Malheiros (2008), les données issues des statistiques officielles sur la population nous permettent d'identifier deux processus de changement qui touchent la population du secteur:

- 1) L'augmentation d'une population plus jeune et active d'origine immigrée, attirée par les bas prix du parc locatif du secteur, par les réseaux transnationaux et par les possibilités dans le marché du travail à travers les activités commerciales ;
- 2) L'arrivée de nouveaux habitants ayant un capital culturel et économique en peu plus élevé que la moyenne de la population résidente.

Les indices d'une gentrification dans le quartier se montrent dans certaines localités, par exemple dans le secteur de Costa do Castelo et Rue Marques de Pontes Lima, telle que la zone de largo São Cristóvão, qui a passé par un processus d'embellissement et d'investissement plus intense que d'autres zones. Ainsi, l'arrivée de ces nouveaux habitants (migrants et *gentrifiers*) redynamise le quartier à différentes échelles (commercial, habitat, culturel), et

un capital sympathie qui a contribué à conditionner le déroulement de terrain et des échanges (en particulier avec la population plus âgée d'origine portugaise).

contribue à transformer les formes de sociabilité et de convivialité parmi les différents acteurs sociaux qui cohabitent l'espace.

Mouraria au prisme de l'ethnisation de rapports marchands : un circuit de commerces populaires et immigrés

En arrivant sur le terrain, à travers mes premières observations, j'ai repéré les endroits ayant le plus de circulation, d'échanges, de commerces et de passants. Ainsi, j'ai ciblé, non pas au hasard, les trois rues suivantes : da Mouraria, dos Cavaleiros et particulièrement, la rue do Benfornoso. Ces trois rues, la place Martim Moniz et les deux centres commerciaux, concentrent une variété de commerces, grossiste et détail, des marchandises, des services, des clients et des commerçants contribuant à former un paysage marchand très diversifié.

Dans toutes les grandes villes européennes, on trouvera plus ou moins des secteurs comparables à celui de Mouraria. Par exemple, Barbès à Paris (Lallement, 2010), les quartiers de Belleville ou de la Goutte d'Or (Raulin, 2000), le quartier Porta Palazzo à Turin (Semi, 2005), le quartier de Belsunce à Marseille (Tarrus, 1995). L'expansion du phénomène migratoire, intensifiée à partir des années 1970, l'installation des commerces tenus par des individus d'origine étrangère ou immigrée contribue à la visibilité de ce que l'on appelle le commerce « ethnique » (Lallement, 2010, p : 22).

A partir des années 1970, l'arrivée plus intense de nouveaux groupes de différentes origines ethniques à partir des années 1970 sur le territoire portugais (et particulièrement l'Aire Métropolitaine de Lisbonne) et l'installation d'une population étrangère provenant des pays PALOP, Inde, Chine, Bangladesh, Népal, Pakistan, dans les secteurs de Mouraria, Martim Moniz, Intendente et Arroios, ont favorisé une certaine spécificité de ce lieu de la ville comme une zone de commerces de revente, des commerces « exotiques » et/ou « ethniques », ce qui contribue à renforcer l'image d'un quartier multiculturel. Ainsi, l'aire commerciale de Lisbonne la plus ethnisée s'est développée dans les parties considérées derrière le centre traditionnel (Baixa, Chiado). Il s'agit de la zone Martim Moniz, dans toute l'extension de la rue de Palma et de l'avenue Almirante Reis, les rues Cavaleiros et Benfornoso, selon Jorge Malheiros, (2008, 149).

Si jusqu'aux années 1970 les migrants qui exerçaient leurs activités commerciales dans les zones de Baixa et Mouraria étaient surtout des migrants venant de la province, à partir de ce moment la présence de migrants d'origine étrangère dans les secteurs historiques a commencé, peu à peu, à avoir plus de visibilité. Suite à un déclin des petits commerces de proximité dits « traditionnels » et, à l'inverse, l'arrivée des individus d'origine immigrée qui développent leurs activités dans le secteur commercial, cela a permis de redonner vie aux commerces vacants et transforment le paysage du quartier.

Ici, j'ai choisi de parler particulièrement de la rue do Benfornoso, où j'ai concentré mes observations et la prise de contact avec les personnes. Lieu d'expression d'une diversité culturelle (des habitants, du commerce, des usagers), avec un circuit commercial très ethnisé, cette rue apparaît comme un lieu qui provoque à la fois l'attrance et l'aversion selon les personnes enquêtées, des ambiguïtés que l'on peut retrouver dans des situations

de confrontation interculturelle. On y trouve une variété de commerces et de produits, du grossiste au détail, on trouve des magasins de bric-à-brac, de jouets, des quincailleries et du bazar tenus par des commerçants indiens. Du prêt-à-porter, des bijoux et des accessoires tenus par des commerçants chinois. On retrouve aussi de petits commerces tenus par des commerçants portugais qui « *résistent* », reprenant le terme de monsieur Almeida³⁷, ancien commerçant de la rue.

Ce qui attire l'attention d'un premier regard dans la rue do Benfornoso, est le nombre et la variété du commerce dit ethnique (ou étrangers, terme utilisé par les interviewés) et la présence d'une population d'origine étrangère. Le quotidien de la rue est largement masculin et immigré, ce qui peut provoquer, dans certaines situations, un malaise aux personnes enquêtées, en particulier, aux femmes.

[C'est curieux... c'est vraiment, une autre dimension, de la rue do Benfornoso jusqu'à Intendente. Après à Intendente, t'as cet espace, genre... c'est genre... classe moyenne à chic ! Après t'as la rue Benfornoso, et à la fin de Benfornoso, une prof me disait déjà, c'était vraiment la zone de prostitution, de la drogue, streapers, tous ce genre de choses... Il y a encore quelques bars... Donc cette fin de la rue là... c'est un truc... un peu décadent... mais au final, c'est très lisboète ! ça dans les années 1980 ça devait être quelque chose de... choquant, mais en même temps courant... Et c'est marrant, parce que, j'imagine le touriste qui passe par là, de la Martim Moniz il tourne vers la rue du Benfornoso, traverser toute la rue Benfornoso et puis il arrive à Intendente, et il voit... après il y a la fin de la Benfornoso! Eh bah ! C'est, genre... cinq dimensions différentes juste là-bas]. (Tomas, 23 ans, commerçant, extrait d'entretien enregistré 25/05/2017).

[Eux, les étrangers, les Pakistanais, les 'Bangla', ils sont en train de dominer cette zone... Il me semble que cette zone est en train de rester pour une seule communauté. Sincèrement, si quelqu'un m'avait proposé un loyer intéressant dans la rue de Benfornoso... Hm... j'avoue que j'hésiterais, mais... Qu'est-ce que je vais faire dans la rue de Benfornoso ?!] (Joana, 52 ans, artisanne, extrait d'entretien enregistré 16/06/2017)

Les expressions utilisées par Tomas pour désigner cet espace contrastent : « c'est effrayant », « c'est curieux », « c'est incroyable », « un peu décadent », « c'est très lisboète ». Un espace qui à la fois, attire et révolte. Dans les discours, à plusieurs reprises son évoquées les « différentes dimensions » aperçues lorsqu'on transite par cette rue. Ainsi, nous pouvons comprendre la rue do Benfornoso en trois morceaux. Une partie de la rue est marquée par les commerces du type ethnique, grossiste, diversifié ; au niveau du largo Intendente donne à voir un lieu rénové, avec de nouveaux établissements (cafés, commerces, Hotels) plus gentrifié ; et au bout, la rue dos Anjos, lieu stigmatisé, de mauvaise réputation, refuge pour les toxicodépendants et la prostitution.

³⁷ Notes d'entretien, 12/05/2017. Les noms des interviewés ont été anonymisés afin de préserver leurs identités. Egalement, tous les entretiens se sont déroulés en portugais et les verbatims et expressions cités ont été traduits par moi-même, donc de ma responsabilité.



Figure 1. Le Largo Intendente, avec les nouvelles façades des immeubles, photo prise en juin 2017.



Figure 2. Rua do Benfoso, photo prise en juin 2017.

Les espaces marchands, de manière générale, donnent à voir une forme de scénographies commerciales, une mise en scène du commerce ethnique. Ces lieux marchands sont culturellement construits par un processus dans lequel certains objets, pratiques, symboles, codes et significations sont mobilisés par les différents groupes sociaux pour mettre en évidence leur l'appartenance à un groupe ethnique ou culturel spécifique et mettre en valeur certains aspects culturels, formant un type d'entreprenariat ethnique (Costes, 1994).

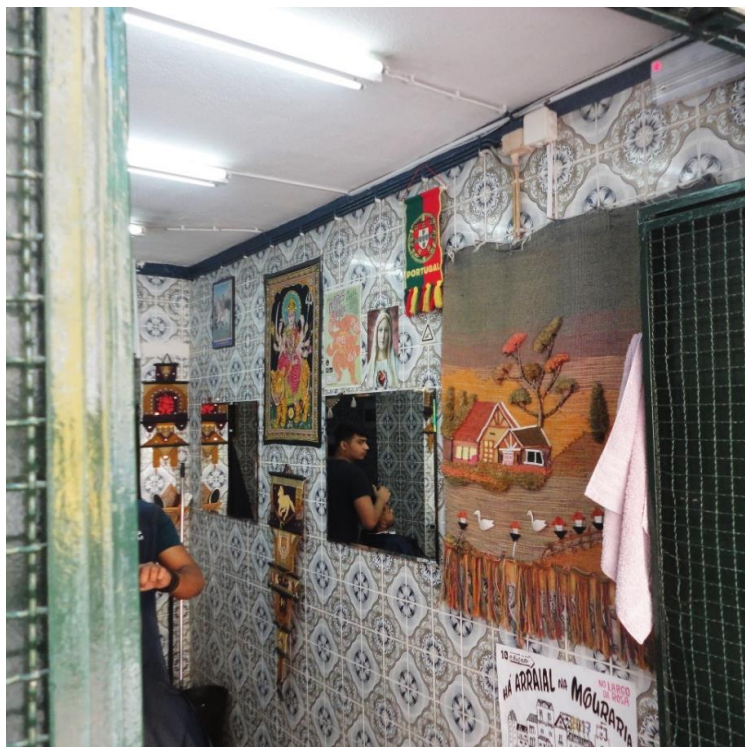


Figure 3. Coiffeur d'origine asiatique (Hindou). Dans son mur, un mélange de différents symboles culturels et religieux, photo prise en juin 2017.

Par exemple, nous pouvons identifier un commerce dit ethnique par les formes extérieures et architecturales (comme des éléments caractéristiques associés à une région, à une culture, ou à une religion spécifique), tels que des objets de décoration (par exemple dans les restaurants chinois, les dragons et les ballons en papier rouge et doré), la façade et la publicité écrite en différentes langues, l'organisation du magasin, les types de produits proposés, les formes d'échanges, l'origine supposée du personnel. Malheiros (2008) et Mapril (2010) ont attiré l'attention sur le fait que l'expansion d'un type de commerce défini comme ethnique est un phénomène très récent à Lisbonne. Il existe une grande variété de ce qu'on décrit comme commerce ethnique, ayant certains commerces où les services sont destinés à un groupe ethnique déterminé, et d'autres qui proposent des produits variés, des produits lointains ou des produits associés à la culture locale à une clientèle plus large.

Pour cette étude, j'ai tenté de saisir comment les situations d'échanges se déroulent dans le contexte de Mouraria, des situations quotidiennes autour de l'activité marchande. Pendant les entretiens, très souvent, l'identité du commerce est associée à l'identité ethnique du commerçant (immigré), ou des différents groupes qui fréquentent l'espace. D'autres modalités pour désigner les commerces sont présentées et à partir d'un regard plus attentif, on observe qu'il existe des commerces et des individus désignés comme moins étrangers que d'autres. Par exemple, quelques éléments comme l'ancienneté du commerçant, la maîtrise de la langue portugaise, le statut juridique et la nationalité peuvent rendre une personne moins étrangère que d'autres, comme le cas de monsieur Padimakali (65 ans), commerçant dans la rue do Benfornoso. Ainsi, grande partie des personnes qui partagent plus au moins

le même parcours migratoire (d'origine géographique venant d'Inde, immigré au Mozambique et arrivant au Portugal), gagnent un statut différencié à d'autres étrangers.³⁸

D'un autre côté, une épicerie tenue par un commerçant Pakistanais ou Bengali, par exemple, n'ayant quasiment que des produits de base de l'alimentation portugaise, n'est presque jamais perçue comme une « mercearia » du type « traditionnel ». Cet établissement sera considéré comme une épicerie indienne (*mercado indiano*). Ainsi j'observe que cette étrangeté supposée des commerces (et des commerçants) transite à travers différentes nuances. Parfois, les catégories « commerce étranger » et « commerce traditionnel » ne suffisent pas à saisir les types de commerces, les formes d'échanges et leurs significations, car elle se fabrique à travers un jeu de négociations et de réinterprétations de identités.

D'autres interlocuteurs ne considéraient pas le commerce à Mouraria par le prisme du « multiculturel » et du « ethnique » mais en termes « d'envahissement extérieur », dans un processus d'ethnisation des commerces et de racisation des groupes d'individus issus de l'immigration. Tandis que la dimension multiculturelle devient un atout, un avantage très mis en valeur dans les discours des acteurs du champ associatif, culturel et politique, dans un processus de revalorisation du quartier et de la ville dans son ensemble.

La dimension du traditionnel apparaît également lorsqu'on parle du commerce local. Il existe aussi une dimension temporelle associée à l'idée de tradition, à l'ancienneté du magasin, l'authenticité, la spécificité, ou alors, une référence au « savoir-faire », les connaissances et les techniques de quelques métiers.

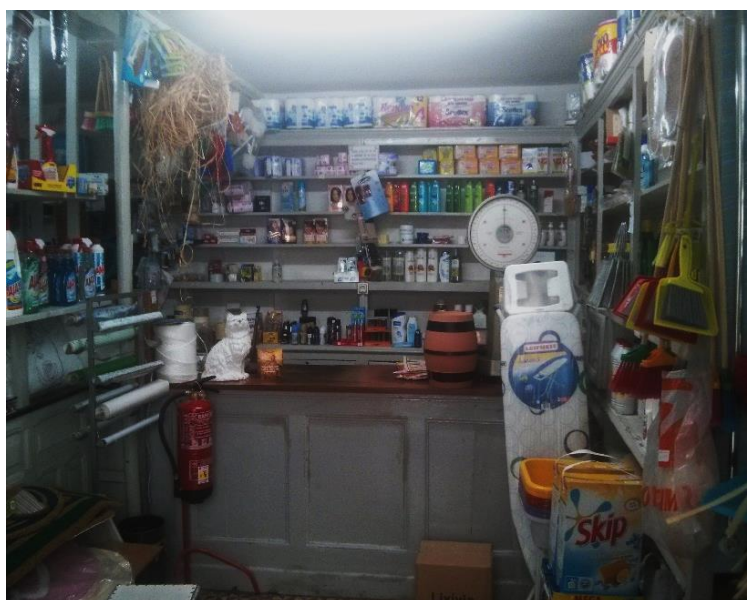


Figure 4. Ancienne « drogaria » tenu par une commerçante, 82 ans, d'origine portugaise, photo prise en avril 2017.

³⁸ A partir de son étude sur le commerce de kebabs et son évolution en France, Battagay (2011) nous a montré que plusieurs éléments confirment que certains des commerces dits « ethniques » ne sont plus tenus par des étrangers au sens juridique du terme. En grande partie, il s'agit d'individus ayant la nationalité (française), même s'ils sont issus de l'immigration. De ce fait, le commerce ethnique ne correspond pas dans son ensemble à un commerce tenu par des étrangers. Battagay considère que les commerces sont ainsi des lieux significatifs pour repositionner les approches de la « citoyenneté » au regard du processus d'ethnisation, permettant de réfléchir sur les constructions sociales et juridiques de la citoyenneté, toujours en transformation. J'observe ainsi que les commerces ethniques ou « étrangers », selon l'appellation de mes interlocuteurs, sont des lieux ambivalents, qui peuvent déboucher à l'acceptation sociale et le succès (ou pas), donnant à voir des interactions qui incitent à penser la dimension politique des relations sociales et interculturelles.

Cette notion de tradition on la retrouve aussi très fréquemment dans des discours savants et politiques, qui catégorisent, de manière systématique, les types de commerces, et légitiment ce que l'on considère un commerce du type traditionnel.³⁹

[Qu'est-ce qu'il y a dans un quartier (traditionnel) ? C'est la boulangerie, la charcuterie, le poissonnier, et... le cordonnier, le coiffeur, il y a tout ça... Et... évidemment qu'à Lisbonne, c'est une question de temps pour... que ces choses disparaissent... Bon, mais on ne peut pas attendre que les choses restent pour toujours complètement « genuinas » (authentique).

- Et c'est quoi, cette chose « genuina » ?

- Ah, c'est cette chose bairrista, un mode de vie... Ce que je disais, le commerce typique... voilà, c'est ça...] (Tomas, 23 ans, commerçant, « extrait d'entretien enregistré 25/05/2017 »).

Malgré l'image davantage négative partagée parmi mes interlocuteurs par rapport aux changements dans le commerce local et l'expansion des commerces dit « étrangers », cela ne signifie pas que ces types de commerces ne sont pas fréquentés par cette population. Au contraire, même les personnes démontrant une aversion à un type de commerce identifié comme étranger, le « mercado indiano » du coin sert toujours à « dépanner » si on oublie quelque chose dans les courses.

A Mouraria, comme d'autres quartiers lisboètes, il existe un fort sentiment d'attachement au quartier et des rapports de voisinage, ce qui renforce les liens et révèlent différentes formes de sociabilités parmi les habitants. Selon Graça Cordeiro (1997), l'idée de quartier populaire et de *bairrismo* dans le contexte lisboète peut être considéré comme les deux faces d'une même pièce, qui fabriquent une image de croyance de la cohésion sociale et de l'unité culturelle. Dans cet attachement au lieu il existe un certain ethnocentrisme par rapport aux autres individus venant d'ailleurs. Même les lisboètes d'autres quartiers ou les Portugais d'autres régions sont, parfois, considérés comme « n'étant pas d'ici »⁴⁰. Menezes (2003) a distingué deux réseaux de sociabilité sur ce territoire, l'un constitué par le réseau de voisinage par la résidence, et l'autre constitué par le réseau de voisinage par le travail. Gésero (2014) a également souligné les tensions entre les relations de commerçants et habitants (d'origine étrangère et les locaux).

Cependant, de nouveaux commerces s'installent, transformant le paysage urbain du quartier. Je prends l'exemple de la rue dos Cavaleiros qui, progressivement, devient un circuit de « lieux culturels » (des ateliers d'art, des galeries, des boutiques modernes). La boutique de *azulejos*, installée depuis 2014 joue avec l'image du traditionnel (comme les techniques de la céramique, exposant les différents stocks de *azulejos*) ici appropriée et réinterprétée dans un nouveau contexte, destinée à d'autres types de consommateurs (design, artistes, touristes). Ainsi, les pratiques commerciales diversifiées à Mouraria, les produits et les services proposés, transitent entre ce que l'on peut considérer comme « ethnique », « traditionnel », ou « touristique ». Enfin, dans le cas de Mouraria, il existe des nuances dans les représentations de ces espaces commerciaux (et des individus qui les pratiquent

³⁹ Le projet municipal « *Lojas com Histórias* », a pour objectif classifier, investir et soutenir certains anciens commerces dit traditionnels dans le centre de Lisbonne (Baixa et Chiado). On observe une valorisation institutionnalisée et un processus de patrimonialisation des commerces classifiés comme historiques dans la ville de Lisbonne.

⁴⁰ Notes d'entretien, 22/05/2017. La notion d'être un « *filho do bairro* », fils du quartier, est apparu dans certains discours des habitants et commerçants qui revendiquent leurs origines et l'appartenance, incarnant l'extrême d'un sentiment *bairrista*. Ainsi, il existe des nuances dans la perception « d'autochtone » qui mériterait être développée davantage.

quotidiennement). Des différentes formes de saisir et d'attribuer du sens aux différents espaces marchands, les manières d'identification transitent parmi les différentes significations, susceptibles de négociations.

Conclusion

En observant les formes qui prennent les pratiques commerciales à Mouraria (type de commerce et marchandise, formes d'échange, rapport entre les commerçants, les habitants et la clientèle) j'aurais tendance à affirmer que les échanges marchands cristallisent une représentation du populaire, malgré les constats d'un processus de gentrification et de croissance touristique. Ainsi, la zone de Martim Moniz et Mouraria constitue une centralité marchande dans la ville de Lisbonne, même si elle ne représente pas un type idéal de centralité commerciale pour un certain nombre d'individus dans la ville.⁴¹ Selon Clerval (2011), les quartiers touchés par le phénomène migratoire sont marqués par le mélange des origines culturelles et ethniques qui génèrent un partage complexe de l'espace public et de commerce. De cette façon, l'occupation de la rue et des commerces par cette population apparemment mélangée contribue à maintenir le caractère populaire de ces quartiers dans un supposé processus de gentrification. Plus qu'une transformation de la composition sociale, du tissu urbain et commercial d'un territoire, la gentrification est un processus de revalorisation économique et symbolique d'un espace, c'est un phénomène pluriel, il existe une grande diversité de causes, d'acteurs, de contextes, d'effets et de phénomènes qui se regroupent sous le terme de gentrification (Chabrol, 2011). De ce fait, les formes qui prennent ce changement urbain à Mouraria mériteraient d'être explorées de manière plus affinée.

L'activité commerciale des migrants et les effets du tourisme dans le quartier sont souvent perçus comme une sorte d'invasion par une partie de la population enquêtée (une population âgée, d'origine portugaise), dont l'encrage social et résidentiel sont plus marqués. La confrontation quotidienne avec l'altérité (rapport de voisinage, l'échange commercial, des situations quotidiennes) montre des situations tendues, d'autres plus apaisées. Parfois, les discours dévoilent à la fois l'hostilité et l'empathie vis-à-vis de nouveaux habitants d'origine étrangère. Cela peut générer des préjugés, des discours parfois discriminatoires et racistes envers une population d'origine immigrée. Il me semble que la crainte de cette population dit autochtone ne repose pas sur la coprésence avec les étrangers. Contrairement, l'idée du vivre-ensemble fait partie des rapports de sociabilités et des relations quotidiennes. Par contre, la crainte apparaît dans les perceptions des changements du quartier qui se jouent dans un autre registre, à travers la mise en minorité de la population dit autochtone et l'ethnisation des rapports.

De manière générale, la différence est évoquée à travers les termes comme « l'étranger », « l'immigré », « l'Indien », « les Chinois », et l'ethnisation des groupes sociaux se présente mettant en relation le fait migratoire, la nationalité, l'origine géographique, ethnique, les pratiques commerciales et aussi au prisme du religieux (l'hindou, le musulman...). Par exemple, l'utilisation du terme « gens », couvre les représentations sociales liées à l'immigration, l'étranger, « *ces gens-là* »⁴². J'aurais tendance à affirmer que ce sont certaines zones géographiques, pays d'Asie ou de l'Afrique, ou d'autres zones lointaines, qui sont « productrices » d'une aversion. D'autres cas,

⁴¹ Le manque d'attractivité du Centre Commercial de Mouraria et Martim Moniz sont couramment cités par les commerçants et les clients.

⁴² En portugais "*essas pessoas*" ou "*essa gente*". Notes d'entretien, 07/06/2017.

comme les relations avec les individus d'origines Indo-Portugais, ou d'autres origines européennes (italienne, française), les rapports se montrent très harmonieux.

Certes, ce sont certains lieux ponctuels qui sont cités par mes interlocuteurs pour désigner une présence majeure des individus d'origine étrangère (Martim Moniz, les rue Benfornoso et Cavaleiros, les Centres Commerciaux Mouraria et Martim Moniz), et quelques nationalités (indienne, pakistanaise, bengalis, chinoise...). Malgré ces impressions, les groupes sociaux originaires de pays asiatiques sont loin d'être les groupes (immigrés) les plus représentatifs dans l'ensemble d'individus de nationalité étrangère dans le pays.⁴³

En prenant en compte le contexte de crise économique du pays qui demeure, le chômage, l'accroît du tourisme dans la ville, (accentué depuis 2013), la nouvelle législation locative de 2012 (NRAU – Novo Regime de Arrendamento Urbano), la crise du logement qu'elle impose, tous ces éléments intensifient la précarité sociale et économique d'une population défavorisée et ne font que rendre plus difficile une tentative d'atténuer les confrontations interculturelles au sein des relations sociales dans les quartiers populaires. Dans ce contexte, la situation socioéconomique des immigrants s'aggrave et les rapports sociaux inégalitaires prennent de nouvelles dimensions, ce qui demande des nouvelles prises en charge administrative et législative concernant les droits des personnes immigrées (Azevedo & Padilha, 2012).

Néanmoins, les individus mobilisent différentes ressources et stratégies afin d'apaiser les éventuelles différences. Par exemple, l'accroît de politiques culturelles (à l'échelle locale et européenne) mettent en relation la notion de diversité culturelle et la convivialité au niveau local (quartier, territoire), afin de promouvoir, reconnaître et légitimer cette diversité, étant donc un outil du marketing territorial. Des initiatives proposées (comme des événements festifs) en quête d'une promotion du dialogue interculturel et de la tolérance envers les individus d'origine immigrée.⁴⁴ Egalement, l'échange marchand et l'objet échangé lui-même peuvent être considérés comme un moyen ou un prétexte pour créer du lien social, pour médier les relations interculturelles.

Egalement, il est intéressant de noter le nombre significatif d'une population plus âgée à Mouraria ⁴⁵ de sexe féminin, aussi visible dans l'échantillon pour cette enquête. J'observe donc une confrontation de différents usages de l'espace, différentes manières de socialisation et de temporalités. Par exemple, le rythme de vie et les pratiques des personnes âgées sont différents des rythmes des jeunes habitants du quartier, ou des personnes d'origine immigrée qui vivent ou travaillent dans cette zone. De ce fait, un regard sur l'ethnisation de rapports sociaux doit aussi prendre en compte les relations sociales de sexes, intergénérationnelles et la question de temporalités, et tels éléments mériteraient d'être développés davantage par la suite.

⁴³ Malgré la concentration d'une population d'origine asiatique dans la Freguesia de Santa Maria Maior (51,2% de l'ensemble de la population d'origine étrangère résidente dans la Freguesia), ce groupe ne représentait que 6% de la totalité de la population étrangère dans le territoire portugais (INE 2011). Ainsi, la concentration d'individus provenant des pays asiatiques dans les freguesias de Santa Maria Maior et Arroios donne l'impression d'un surpeuplement de ces groupes dans des territoires déterminés.

⁴⁴ En 1997, la Commission Européenne a promu l'Année Européenne contre le Racisme et la xénophobie. Et en 2008, la mise en place de l'Année Européenne de dialogue interculturel. Egalement, le Festival *Todos* a été créé en 2008, mobilisant différents acteurs du champ politique, culturel et associatif. La première édition du festival s'est déroulée dans le quartier de Mouraria, particulièrement à Martim Moniz, ce qui a contribué à cristalliser les représentations d'un territoire multiculturel, donnant à voir une Lisbonne ouverte et cosmopolite.

⁴⁵ Concernant la population de la Freguesia Santa Maria Maior, à Lisbonne, malgré la distribution par sexe assez équilibrée, on identifie que la population âgée de plus de 64 ans est majoritairement féminine. (Diagnostico Social de Freguesia de Santa Maria Maior, 2015).

Pour conclure, les relations sociales sont complexes à Mouraria, car il existe plusieurs dimensions culturelles qui se juxtaposent, s'articulent, transigent et fabriquent le paysage urbain et commercial du quartier. Enfin, pour aboutir à une compréhension de la dynamique urbaine, dans le contexte de Lisbonne, il serait nécessaire d'approfondir les réflexions sur les dimensions « tourisme » et « migrations » dans les pratiques de circulation et dans les pratiques de « faire » la ville.

Références

- Appadurai, A. (2004). *Dimensões Culturais da Globalização*, Lisboa: Editorial Teorema.
- Azevedo, J. & Padilla, B. (2012). Territórios de diversidade e convivência cultural: considerações teóricas. *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Número temático: Imigração, Diversidade e Convivência Cultural, pp. 43-67.
- Battegay, A. (2011). Les commerces ethniques et le milieu urbain. Les commerces de kebabs, analyseurs d'un régime ambivalent de citoyenneté ? *Migrations Société*, (4) 136, pp. 137-152.
- Carvalho, M. H. C. (2013). *Bairrista e multicultural : imagens da Mouraria em Lisboa*. Dissertation de Master en Anthropologie, ISCTE, Lisboa.
- Clerval, A. (2011). L'occupation populaire de la rue : un frein à la gentrification ? L'exemple de Paris intra-muros. *Espaces et sociétés sociétés*, (1) 144-145, pp. 55-71.
- Cordeiro, G. I. (1997). *Um lugar na Cidade, Quotidiano, Memória e Representações no Bairro da Bica*, Lisboa: Editora Dom Quixote.
- Cordeiro, G. I. (2003). Uma certa ideia de cidade popular bairrista pitoresca. *Revista do Departamento de Sociologia da FLUP*, (13), pp. 185-199.
- Costes, L. (1994). La dimension « ethnique ». Une explication du comportement économique des migrants. *Revue française de sociologie*, (1)35, pp. 231-249.
- Gesero, P. (2014). *Configuração da paisagem urbana pelos grupos imigrantes : o Martim Moniz na migrantscape de Lisboa*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura. Faculdade de Arquitetura de Lisboa.
- Giroud, M. & Malheiros, J. (2014). La métropole lisboète : une ambition euroatlantique mise à l'épreuve ». IMBERT, C. et al. *D'une métropole à l'autre*. Paris : Armand Colin, pp. 139-180.

- Hammouche, A. (2013). Construction sociale et gestion publique de l'altérité. *Annuaire de l'EHESS*.
- Hammouche, A. (2014) Alteridades urbanas e dupla contextualização: o exemplo dos bairros de Wazemmes em Lille (França) e de Iracema em Fortaleza (Brasil). *Revista Brasileira de Sociologia*, (2)4. Doi : 10.20336/rbs.77
- Hammouche, A. (2016). Penser les dominations dans le contexte colonial : Fanon, Bourdieu, Saïd. *Raison présente*, n. 199, pp. 87-98.
- Lallement, E. (2010). *La ville marchande : enquête à Barbès*. Paris: Téraèdre.
- Lallement, E. (2013). La ville marchande : une approche ethnologique. *EspacesTemps.net*, Travaux.
- Malheiros, J. (1996). *Imigrantes na região de Lisboa : os anos da mudança*. Lisboa : Editions Colibri.
- Malheiros, J. (2008). Comunidades de origem indiana na Area Metropolitana de Lisboa : iniciativas empresariais et estratégias sociais criativas na cidade. In Oliveira, C. R. & Rath, J. *Revista Migrações*. Número Temático Empreendedorismo Imigrante. n.3, Lisboa: ACIDI, pp. 139-164.
- Mapril, J. (2010). Banglapara: imigração, negócios e (in) formalidades em Lisboa. *Etnográfica* (14) 2, pp. 243-263.
- Mendes, M. M. (2012). Bairro da Mouraria, território de diversidade: entre a tradição e o cosmopolitismo. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Porto*. Numero temático Imigração Diversidade e Convivência Cultural, pp. 15-41.
- Menezes, M. (2004). *Mouraria, retalhos de um imaginário: significados urbanos de um bairro de Lisboa*. Oeiras : Celta Editora
- Menezes, M. (2012). Debatendo mitos, representações e convicções acerca da invenção de um bairro lisboeta. *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. Número temático: Imigração, Diversidade e Convivência Cultural, pp. 69-95.
- Menezes, M. (2015). La Mouraria à Lisbonne : les usages du patrimoine et de la mémoire dans les quartiers populaires centraux. *Construction Politique et Sociale de Territoires*, Cahier n. 4, Citeres, Université François-Rabelais, Tours.
- Oliveira, N. & Padilla, B. (2012). A diversidade como elemento de desenvolvimento/atração nas políticas urbanas. *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* Número temático: Imigração, Diversidade e Convivência Cultural, pp. 129-162.

Raulin, A. (2000). *L'ethnique est quotidien : diasporas, marchés et cultures métropolitaines*. Paris : L'Harmattan.

Raulin, A. (2002). *Anthropologie urbaine*. Paris : Armand Colin.

Semi, G. (2005). « Chez Said » à Turin : un exotisme de proximité. *Ethnologie française* (35), 27-36.

Tarrius, A. (1995). Naissance d'une colonie : un comptoir commercial à Marseille. *Revue européenne des migrations internationales*, (11)1.

Zukin, S. (2006). *The Cultures of Cities*. Oxford : Blackwell Publishing.

A Socio-Spatial Study on The Land Walls of Istanbul with the Example of Mevlanakapı Neighborhood

Zeynep Doğusan | zeynepdogusan@gmail.com

İstanbul Şehir University, Social Sciences Institute, Sociology

Abstract

This research focuses on the relationship on a cultural heritage site of Istanbul, between the land walls and Mevlanakapı Neighborhood, which faces an ongoing conflict with the municipality, who plans to construct a park next to the land walls by demolishing the settlements there. Everyday life in the neighborhood is shaped with the spatial features of the land walls. Also, the social memory of the neighborhood's everyday life includes heterogeneous aspects which are not included in grand narratives of the land walls. This memory has also a manipulative power against historiography of the land walls and an empowering aspect for the settlers, to stand in a group against upcoming threats from the municipality.

Keywords

social memory, cultural heritage site, urban transformation

The land walls of Istanbul which were built by the Byzantine emperor Theodosius II in the 5th century, are a unique example of city's cultural heritage. The huge building, surrounding the historic city center settled between Golden Horn *Haliç* and Marmara Sea, lost its function as a fortification wall, but turned into a rich cultural landscape with important monuments, architectural works like churches and mosques, and commercial organizations like historic city gardens over the centuries (Bütüner, 2010). The landscape with the oldest neighborhoods from Byzantine and Ottoman period also contains elements of an urban culture with a multi-layered history found in everyday life, intertwined with the physical structure of the walls (Ortaç, 2010). Everyday life around the walls is inseparable from the physical existence of the walls itself, which is the major determinant of the architecture of the neighborhood. The wall-complex is a unique architecture constituted of a binary wall system with a moat outside of it. It functions as an obstructing and enabling condition for the inhabitants living there, who have to cross the walls each day through the gates. They can feel insecure because of the emptiness of this area. But also the empty places inside this walled complex, especially the moat, can be used for various purposes. There is a reflexive relation between the spatiality of the walls, their history, and their everyday usage.

While the walled area preserved its role as a city center border until the second half of the 20th century, with the expansion of the city, between 1950 and 1970 the area turned into an industrial center and faced a population growth. (Bütüner, 2010, p. 11). So the land wall complex turned into a neglected area, with illegal workplaces using towers and spaces between the walls. In the 1970s it was a scene of urban poverty and dirt (Altan, Ç., Güler,

A., 1999, pp. 16-45). This area functioned as a shelter for excluded commercial activities and immigrants till 1990s and turned into an image of uncanniness of the city in collective memory of the Istanbulites (Perouse, 2011, p. 346).

The walls and their surroundings, with an inner and outer "conversation zone" inscribed into the World Heritage List of UNESCO in 1985 (Bütüner, 2010, p. 190). Following this international recognition, several restoration plans were implemented in the 1990s. Turning the site into a tourist attraction was also enabled by moving all the small factories outside the wall to protect outer conversation zone (Perouse, 2011, p. 350). To be able to establish an inner conversation zone of the land walls, was not easy because of the highly populated, tense urban structuring. The 2000s became an urban transformation period for cities of Turkey so as for Istanbul, which was implemented according to "neoliberal urbanism" principles (Ayfer Bartu Candan, Biray Kolluoğlu, 2008, p. 5). At that time implications of the projects led to "the dis/replacement of significant numbers of people, the relocation of poverty, and dramatic changes in the urban and social landscape of the city" (Ayfer Bartu Candan, Biray Kolluoğlu, 2008, p. 11) In 2005, Law No 5366 on Preservation by Renovation and Utilization by Revitalization of Deteriorated Historical Cultural Properties authorized local municipalities to implement urban transformation projects in historical inner-city zone, by designating "renewal areas", independent from the conservation plans. (Kuyucu, 2010, p.1485) This legal regulation paved the way to renewal projects by making district municipalities responsible for them and bypassing the former control mechanisms, like urban conservation boards. Afterward, several urban transformation projects were declared and implanted in the land wall area.

Fatih Municipality, which is the district municipality responsible for the inner area of the land walls, has implemented three renewal projects following the law. One of them was carried out in 2006 in a local area called Sulukule, by demolishing three neighborhoods dominantly settled by Roma people. The area replaced by a housing project in "traditional" Ottoman style (BİAHaber, 2008). The second one implemented on the northern side of the land walls, next to Golden Horn in Ayvansaray. There, a project called "Turkish Neighborhood" was implemented by displacing the locals, renovating their old houses and building of a hotel by an international company in 2012 (Ayvansaray Türk Mahallesi Yenileme Çalışmaları, 2016). The last one was "Yedikule Bostanları" Project. In summer 2013 Fatih Municipality announced its recreational park project along the wall, in the conservation zone. The park project was rejected by the mayor of the metropolitan municipality after the vociferous objections of several activist groups. However, the historic city garden (*bostan*) inside the Theodosian Walls was already demolished (Taptık, 2013).

All of these three projects were implemented on the cultural heritage site of the land walls. While the area was tried to open to newcomers, tourists or richer inhabitants, the emphasis of these projects was the historical significance of the area protection of history (Haberler.com, 2010). Maintenance of the cultural identity of these areas (Ayvansaray Mahallesi Kentsel Yenileme Projemizde Sona Yaklaşıyor, 2017), were used arguments for the building projects. Besides this historiography, the image of the land walls as a criminal place in public memory was also reminded. For the park project, besides ignoring the traditional gardens' history, the mayor also labeled them as a reason for crime. He claimed that the park will provide security for this area (Bostan, 2013). Against those arguments, local inhabitants of these neighborhoods and traditional gardeners used their local knowledge, their biographies and family histories to defend their right to keep living there (Turan, 2015; Erkoçak, 2016).

As an indication of a border and as a fortification wall, the land walls stay as a reminder of the end of two big states. That's why the so-called identity of the wall is an area of conflicting arguments, as a representative of a Byzantine heritage of the city or the "conquest" of the Ottomans. This conflict turned into a clash of historiographies' of the land walls between the authorities and the inhabitants. We can argue that cultural and historical importance of the walls was used to downgrade the local histories of neighborhoods around them. The municipality's attempt to protect the historical heritage threatens local people, who are the living witnesses of this heritage. On the other hand, stigmatization of the neighborhoods and their public places by relating them to the crime is used as a legitimization for expropriation policies. Clearing the urban facade turning it into a touristy area, involves the demolition and commodification of authentic public places. Mevlanakapı Neighborhood is through a similar process because of the urban changes in the area. The neighborhood turned into a clash of politics between how municipality interprets the history and how the neighborhood remember it in their memory.

Mevlanakapı is one of the historical neighborhoods on the eastern side of the land walls, belonging to Fatih Municipality legally. It was established with the combining of three traditional quarters in 2008, *Melek Hatun*, *Veledi Karabaş* and *Beyazıtığa* neighborhoods, with a legal reorganization of the municipality ("Fatih'te 45 Mahalle Tarih Oldu", 2008). History of the local inhabitants goes back to the Ottoman period, but population increased with the immigrants from Anatolia in the 1950s which changed the scene of the neighborhood into a worker neighborhood with illegal settlements. Today there are mostly legal apartments (Bütüner, 2010). In the last two years, the settlers of the neighborhood have been facing an ongoing threat from the municipality, whence plans are to construct a park on the inner conservation zone of the cultural heritage site. This means to widen the road and demolish three building blocks next to it, which will affect the north of the neighborhood, which is the former Melek Hatun neighborhood. On the outer side, which is the west side of the walls, there is an ongoing gentrification for the last five years, with the cooperation of the district municipality Zeytinburnu and Istanbul Metropolitan Municipality (Bütüner, 2010, p. 225). The neighborhood is within walking distance from the recreational area of Topkapı Culture Park, which was constructed on the old intercity bus terminal, and within Panorama 1453 History Museum, which was an important signifier of the municipality's project to commemorate the walls with the conquest of the city by the Ottomans. There are also new education complexes near *Mevlanakapı*, two universities opened in the 2010s and a City Library opened in 2016. Since 2017 there is also an ongoing construction of the city museum project of the Metropolitan Municipality, very close to the library (İstanbul Büyükşehir Belediyesi, n.d). These new cultural investments turned into a threat to the daily life of the locals by increasing the value of the area.

Keeping in mind, what happened in the other renewal areas of Fatih, it is important to understand the settlers' position in the ongoing debate. I argue that to have an efficient sociological understanding of the neighborhood we need to have a perspective considering the historical, social and physical conditions of the area. While the municipality constructed its arguments on the history with a focus on the Ottoman period, which plays its role in the present, what is the role of the inhabitants in this historiography? What kind of meaning do they give to the walls? On the other hand, what is the role of the assumed security problem in their everyday life? Have they experienced the same problem throughout their lives? Memory is a sense-making process "of construction and navigating complex temporal narratives and structure and ascribing meaning not only to the past but to the present

and future also" (Keightly, 2010, p. 56) So a conceptualizing a research on social memory of the neighborhood with a focus on the spatial features, enables us an all-encompassing understanding of the area.

Making a connection between the past and present, like the administrations, is only possible by following the memories of inhabitants in the neighborhood. As the methodology of the research, I conducted semi-structured, in-depth interviews with people in different social levels, men and women, and groups organized around different social activities in the public places of the neighborhood. There are 18 participants, 10 male, and 8 female, who have been living in the neighborhood between 30 and 70 years. All of the participants were reached through the networks of two community centers opened and financed by the inhabitants. The first one is The Inner-Wall Neighborhoods' Association opened in 2014, by the under-threat inhabitants of the former Melek Hatun neighborhood (Suriçi Mahalleleri Yaşam Ve Dayanışma Derneği, n.d.). There, people come together in a weekly routine to raise awareness against Fatih Municipality's threats to demolish their houses. The other one, which I will refer as community center from now on, was opened in 2008 in the Veledi Karabaş side of Mevlanakapı, which does not experience a threat of urban transformation. It was opened by the former headman of the neighborhood, who lost his administrative position after the combination of the neighborhoods, and his friends. There, they meet each day at the same time to socialize. Besides interviews, I also attended meetings of both community centers to make a non-participatory observation. It was an opportunity to see the differences between two centers according to their conditions. Interview questions were based on the shared memories of physical sites of the land walls. I conducted a narrative analysis to interviews by following specific concepts of contemporary debates, security and history. To protect my participants' privacy in this research I will keep their names anonymous in this paper when I take quotations from the conducted interviews.

The study of social memory is a transdisciplinary field, which could be seen as searching for "the meaning of the past in relation to the present" in various ways (Keightly, 2010, p. 57). Because of the various conceptualizations in the literature, we should clarify what we mean by this term. Maurice Halbwachs (1992) is the founder of this perspective. He argues that while personal memory is achieved in relation to society, collective memory is recognized and recalled in society (ibid, p.38). However there have been critiques to this approach by emphasizing its limitation in understanding various group-based memories in one single society. There is a critique brought from Aleida Assman (2006), which diversifies Halbwach's collective memory concept into three different types of categories: social, political and cultural memory. Social memory is the memory of small groups, based on shared social experience and builds up a social-group identity. While political and cultural memories rely on modes of education and have a top-down homogeneous structure, social memory has a bottom-up, heterogeneous structure. (Assmann, 2006, p. 215). Özyürek (2007) recommends the term *public memory* which is acceptable for many people in the group, but not all of them have to agree or share these memories. She argues that "rather different groups and individuals in society promote their own versions of memory in order to serve their interests in the present" (ibid, p. 9). In this paper I will use Assman's categorization, which conceptualizes social memory as a part of group identity based on shared experience; but taking in consideration Özyürek's criticism on not to fall into a search for homogeneity in a group memory. Different members of a group can have various narratives, which can be changed according to their relation with the present.

When I shared my research topic with the settlers in the field, they were interested in sharing their memories. All of the participants emphasized their gratification with the neighborhood. They said they are "proud" and "happy" to live in this neighborhood. It has seemed that their feeling of belonging to the area is really high, which refers to a group identity they shared. Besides socializing together, they also kept remembering together by talking about the old memories. In the community center, it was a daily routine to talk about the old days, memories and old friends. A male participant said that:

We are all the old people of the neighborhood, there is no stranger among us. Here, we got a place for our own. We gather here as much as possible and we are trying to have a chat. We always remember and mention the old memories here, memories of 40 years 50 years ago. (Personal Communication, November 3, 2017)

Besides, for settlers of former Melek Hatun, remembering the past was easily connected to the possibility of losing it. A female participant from the association mentioned her memories, as a part of the house they lived in:

It is difficult for me to live elsewhere. I experienced marriage, my youth, first years of my marriage, having children here. All of my children were born here. All of the memories of their first steps and first words are here in this house. All good and bad memories are here. Can you think that all of your memories, your past, and future, will be torn down and people will come and sit on it? This is too heavy for me. (Personal Communication, July 13, 2017)

Her way of expressing the will to stay in the neighborhood was also connected her try not to lose her home, which was the place of her memories. This kind of intervention of places and small groups could be seen in most of the narratives. Home and neighborhood, family and neighbors are always mentioned together. According to Halbwachs (1992), collective memory is constructed within and in the relation of an intimate group, like a family (p. 53). Paul Connerton (2009) adds this perspective a spatial dimension. He emphasizes a site-specific remembering in a contrast between two place memories: *the locus* and *the memorial*. While memorials turn into places of forgetting, a locus is the effective carrier of cultural memory (p. 30). As an example of a locus, he mentions taken for granted places which are part of the daily usage of people. Houses or streets are locus in this sense, which stores a shared history of a family and reminds it even with house's inattentive, mundane details. In this sense, we can argue that in their collective memory, settlers connect streets with houses while telling their stories in relation to everyday practices and places. We can find this type of collective memory, which people not only constructed within their families but with also in relation to their neighborhoods. Another settler also talked about his family's history within the history of the neighborhood. During his life, he witnessed marriages and having children of their neighbors, which he explained as "I have 50 grandchildren in this neighborhood." (Personal Communication, September 17, 2017)

Among these memories, certain places and experiences are distinguished. The land walls, in this sense, was also mentioned not as a memorial but as a locus in the memories. Before the restoration of the walls, they were part of daily life, as if one of the streets or centers of the neighborhood. Participants remembered the land walls, especially in their childhood memories, as a green area to picnic, with its flowers, trees, and animals, we can see in a male and a female participant's narrative:

In the mornings the land walls was a place to picnic with your family. It was a ruinous place but you could find nature there. It was full of various types of flowers and trees,

fig and especially white mulberry trees between the walls. (Personal Communication, September 17, 2017)

When I was a girl around 14-15 years old, I had a baby sheep. I was the only one in charge of it. Each day before sunset I was bringing her to the castles to feed. (Personal Communication, October 23, 2017)

These family memories were connected to the natural features of the area and all males and females were sharing it. Omar Al-Qattan's (2007) term *feminine recollections* could be helpful to understand the situation in the neighborhood. He proposes feminine recollections against masculine recollections, while the former is focused on daily life details, nature and habits around it, the latter imitates the language of the sovereign, focusing on the conflict. He argues that feminine recollections can provide hope to a group to a solution, while masculine recollections put people in repetitive debates (Al-Qattan, 2007). The emphasis on the nature of the neighborhood could be analyzed as a usage of feminine recollections, which unite female and male members of it. They were remembering the walls mostly in a positive, hopeful way.

Memory studies should pay attention to "the gendered frameworks of meaning of both past and present that shaped respondents' remembered accounts" (Keightly, 2010, p. 62). There were also narratives referring to gender-segregated usages of the land walls. The physical structure of the walls enables utilization for different purposes. The moat, which is used for cultivation today, was mentioned as a place to play football. While each male talked about their playing football memories, a female participant mentioned the hardness for a girl to take part in this activity:

My elder brother was going to the castles to play football. Because I was grown up among my brothers, I was begging them to bring me too. When my brother was convinced, I went with him. I was watching them playing football but not attending the play. (Personal Communication, September 23, 2017)

The different experience of female and male participants could also be seen in the narratives about security. Most of them were making a distinction between, the walls in the morning, a place to play with friends, or to picnic with family, and at night, a place to drink alcohol. Alcohol could come out as a security problem in some narratives. Not any of the females but some male participants told about their youth memories, as they gathered with their friends to drink wine at the land walls. Other males, referred the same activity, but by emphasizing that the drinkers were not harmful, and not disturbing to anybody in the neighborhood. We see also that they put a distinction between inside and outside of the wall, by seeing it as a border of security. The assumed harm could come from the strangers, or outside of the walls, but not from the neighborhood:

I was a taxi driver at that time. When there was a call for a taxi from outside of the castles, we were not responding, we were afraid to go there. There, your car could be robbed, there was no guarantee or security. But inside the castles, there was no problem. Here was safe, you could drive to any neighborhood. (Personal Communication, October 3, 2017)

A female participant refers also to the walls as a place, which strangers or uncanny people could use to hide. Despite this fear, they could pass through the walls, when they were in a crowd:

There were very evil men settled in the castles. That's why we were afraid to pass through it. That's why we were not staying out of the castles when it was late in the night. I was even feeling uneasy by passing in a vehicle when I was coming from my mother's house. When we were going out with our female neighbors to a mosque outside the walls for Ramadan night prayer, we were speeding up our steps by passing the walls, although we were crowded. (Personal Communication, October 18, 2017)

Beside, localizing the fear and insecurity to specific places of the walls and to specific people, like strangers, we could also see that a period of time could be referred as insecure. The streets of the former Melek Hatun, which

was the area where the municipality planned to build a park, very recently, became a marketplace for a drug gang. The gang used the walled area for the sale as a place to hide and pass, without seen from any police forces. In the past, the settlers could easily hang out on streets with their neighbors, but at those years the gang led to a security problem. It prevented settlers from using some streets and even reaching of some services to the houses:

The drug business really changed our neighborhood. It is easy from here to pass through the walls. The walls should be built up and cleaned, to stop this passage. Inside of the walls are secluded, they can use there to sell drugs. In the past, we used to come from our friends' house back to home at midnight by walking. But for the last two years, I was really afraid. Even electricians or peddlers were afraid to go some streets. They were asking us to accompany them. (Personal Communication, July 13, 2017)

Throughout this security problems, settlers told that they did not report the gang because they thought there was an interest for police on a bribe. On the other hand, they were also afraid, that the gang could harm their children if they learn about the call. This process seemed ended, with the involvement of the narcs, with an operation last summer (Bonzai Satıcılarına Yönelik Şafak Operasyonu, 2017). This process reminds the process of former urban transformation projects in Istanbul. Stigmatization of specific locations with "crime", was used to intervene those neighborhoods and to legitimize displacement of people, as a part of neoliberal urban politics (Ayfer Bartu Candan, Biray Kolluoğlu, 2008, pp. 17,18).

To understand the relation of historiography and social memory of the land walls, first, we should examine its conceptualization by the administrative authorities. Pierre Nora (1989) argues that the modern states invented the term *les lieux de Memoire*, which are "embodiment of memory in certain sites where a sense of historical continuity persists" (ibid, p.7). These sites could be physical places or rituals which trigger and attach a group feeling. In this sense, the commemoration of the land walls with the Ottoman heritage, by referring to the conquest of Istanbul on 29th of May 1453, could be possible by the recurring ceremony of re-conquering the city with costumed soldiers each year. This ceremony was invented in 1953 as a nationalization of the walls, to put the Byzantium past aside and to emphasize the "Turkish-Muslim" identity of the city (Perouse, 2011, p. 356). This ceremony was told also as an important memory of the settlers which they participated with their families. Its abolishment and replacement with a fireworks show in Golden Horn in 2012 (Fetih Kutlamalarında Değişiklik, 2012), affected some settlers emotionally:

Between 2011 and 1965, until it was abolished, I participated almost all of the ceremonies. It is impossible to express my feeling when its march was played. Why did they abolish it? I even reached to a bureaucrat and asked about the reason. I will keep chasing it. They should definitely bring the ceremony back here. (Personal Communication, September 29, 2017)

Besides the ceremony of the conquest, which was led by the state, there were civic rituals showing the heterogeneity of the neighborhood. *Hıdırellez*, which is a celebration of the beginning of the summer based on an intertwined culture of Christianity and Islam with regional traditions (Ocak, 1998), was mentioned by a female settler. Selecting some elements of the past and localizing them to the sites, also leads to forgetting of the others, which are not compatible with it (Nora, 1989). She was the only one, who remembered that festival's celebration around the land walls:

We were going to the green area, in front the gate of the wall, to celebrate. It was said that rolling on the grass and putting flowers on your hair would give you health on the day of *Hidirellez*. We were picking flowers and having a picnic there. Then we were walking to *Sulukule* to attend the festival and to watch the Roma people playing instrument and dancing. We were going there with our children and women of the neighborhood, our men were not bothered. (Personal Communication, October 18, 2017)

Although the Byzantine heritage was tried to put aside in historiography, the settlers were aware of it and seeing it as a part of the history to be protected. They mentioned *sarcophagi* found during the infrastructure works. It seemed that they were also aware of the procedure on the conservation of historical artifacts:

In 1970 while we were digging under our shop to add our house's sewer system to the main way, we found a cross there. My father went to the Archeological Museum to inform and an expert group came the day after. They found a tomb and gave a report that it did not have a historical value. We kept it for 30 years since someone reported the police. It was brought to the museum then and labeled as an early Byzantine artifact. (Personal Communication, September 29, 2017)

Because the area around the walls was used as a Byzantine necropolis, *sarcophagi* and tombs could be found there (Özer, 2010). The settlers taking care of the cultural heritage shows the society's role in persistence or transformation. Although a heritage physically exists, its identity can change over the centuries. There are also some tombs, who have lost their identity and religious affiliation. Now they are remembered as Muslim tombs, which are called *yatır* (Özer, 2010). *Yatır* is a Turkish term used for corps of people, who have supernatural powers and can help the people (Yatır, 2012). It is believed that these corps keep hearing the world and react if it is needed. In this sense, they have also an in-between position between being dead and alive. In contrast to narratives in the community center, people from the association were referring mythical powers as a helper for them. Like a female participant who said that their houses were not damaged at the Istanbul earthquake in 1999 because there were so many martyrs underneath the earth of the neighborhood. Reference to tombs was also seen in a relation of the conflict with the municipality. Another female settler said that, when the digger came to the neighborhood to demolish the old Ottoman police station, the tomb in the walls, broke the digger.

By saying that she was referring the day in the summer of 2014 when the settlers of the neighborhood opposed to the forces of the municipality (Mevlanakapı Karakolu Yıkılmaktan Şimdilik Kurtuldu, 2014). This event was remembered in the meetings of the association, as a reason to proud and referred as their effort to protect history, while belittling the municipality's lack of historical knowledge. Although the settlers did not bother, when the police station was used as a workshop and a storage of a carpenter for years and turned into an abandoned building afterward, the attempt to abolish it recalled their memory about its importance. Also, no one in the field knew about the identity of the referred tomb, between two walls of the gate. This could be seen also as a reaction to the gentrification because locals were tired of seeing a change each day and of feeling under threat of expropriation (Ahıska M., 2011). The municipality's try for the demolition of the police station also shows that despite its historical value, if a building does not fit to the historical narrative, or if it could not be used functionally in this narrative, it can be demolished. Against this type of all-encompassing and homogenizing historicism politics, which assumes "an empty time", free from experience and conflict, Walter Benjamin proposes the usage of the memory. Memory has a potential to create its own state of emergency, its own calendar and makes a leap from past to present or vice versa (Benjamin, 1969). If the administrative power can make those leaps in time by

choosing a figure, a theme to empower its sovereignty, the same can be done by the people. In this sense, the reaction against the demolition of the Ottoman police station is a way of using memory against historicism politics in the neighborhood, like Benjamin promotes. Insignificant relations to a place, like an unnamed tomb as a helper *yatur*, can be recalled in times of conflict and turned into a potential to come together.

Like Benjamin (1969) who claimed that “history is filled by the presence of the now” (p. 261), Trouillot (1995) emphasized also the same relation between past and the present, with the phrase “past is a position” (p. 15). According to him “past does not exist independently from the present in which we create the past according to present and also we became end results of this “continuous creation of the past” (Trouillot, 1995, pp. 15,16). In the conflict between two sides of the land walls, we see this relationship between historical narratives and people’s reaction to these narratives by producing new narratives on their local histories and memories. In this sense land walls could be seen as a “threshold”, because of its variety of usages and narratives, connecting tradition and modernity, nature and imitation, traditions and inventions, history and memory, and lastly dead and alive (Bütüner, 2010). On the thresholds carrying traces of memory, the power decides what is representable (Ahıska M., 2010). For a discussion between past and present, and history and memory, we should also look at the threshold where the both have their traces. So, we can see the empowering aspect of the memory for the settlers, while the diversity of the memories of the city is under threat of an urban transformation process.

Bibliography

- Ahıska, M. (2010). Eruptions and thresholds of memory. In Dialogue Forum, *Aferim yavrum!: Little gestures of cooperation* (pp. 7-21). Hanau: druckBOMBE.
- Ahıska, M. (2011). Monsters that remember: Tracing the story of the workers’ monument in Tophane, İstanbul. *New Perspectives on Turkey*, 45, 9-47. doi: 10.1017/S0896634600001291
- Al-Qatten, O. (2007). “The secret visitations of memory. In L. Abu-Lughod, & A. H. Sa’di (Eds.) , *Nakba: Palestine, 1948, and the claims of memory* (pp. 191-206). New York: Columbia University Press.
- Altan, Ç., Güler, A. (1999). *Al işte İstanbul*. İstanbul: Yapı Kredi Yayınları.
- Assmann, A. (2006). Memory, individual and collective. In C. Tilly, R.E. Goodin (Eds.), *The Oxford handbook of contextual political analysis* (pp. 210-224). Oxford: Oxford University Press.
- Ayvansaray türk mahallesi yenileme çalışmaları. (2016, July 11). *Haberler.Com* Retrieved October 18, 2018 from <https://www.haberler.com/ayvansaray-turk-mahallesi-yenileme-calismalari-8599081-haberi/>
- Bartu Candan, A., Kolluoğlu B. (2008). Emerging spaces of neoliberalism: A gated town and a public housing project in İstanbul. *New Perspectives on Turkey*, 39, 5-46. doi:10.1017/S0896634600005057

- Belediye Sulukule'de Koruma Altındaki Evleri de Yıkıyor. (2008, February 21). *BİAnet*. Retrieved October 18, 2018 from <http://bianet.org/biamag/azinliklar/105073-belediye-sulukule-de-koruma-altindaki-evleri-de-yikiyor>
- Benjamin, W. (1969). Theses on the philosophy of history. In H. Arendt (Ed.), *Illuminations*. New York: Schocken Books.
- Bonzai satıcılarına yönelik şafak operasyonu. (2017, July 3). *Cumhuriyet Gazetesi*. Retrieved October 18, 2018 from http://www.cumhuriyet.com.tr/haber/turkiye/772664/Bonzai_saticilarina_yonelik_safak_operasyonu.html
- Bütüner, F. B. (2010). Land walls and the city: Everlasting confrontation. In S. Ortaç (Ed.), *The Monument upside down*. Dutch Art Institute/ MFA ArtEZ.
- Bütüner, F. B. (2010). *Urban fissure: reconceptualization of the land walls within the urban milieu in Istanbul*. (Doctoral dissertation, Middle Eastern University, Ankara, Turkey). Retrieved October 18, 2018 from <https://tez.yok.gov.tr/UlusalTezMerkezi/tezSorguSonucYeni.jsp>
- Connerton, P. (2009). *How modernity forgets*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Erkoçak, A. (2016, January 17). Bereketli Bostanlar yok olurken. *Evrensel*. Retrieved from <http://www.evrensel.net/haber/270265/bereketli-bostanlar-yok-olurken>
- Fatih Belediyesi. ((2017, January 24). *Ayvansaray mahallesi kentsel yenileme projemizde sona yaklaşıyor*. Retrieved October 18, 2018 from <http://www.fatih.bel.tr/icerik/13495/ayvansaray-mahallesi-kentsel-yenileme-projemizde-sona-yaklasiliyor/>
- Fatih'te 45 mahalle tarih oldu. (2008, July 16). *Haber7com*. Retrieved October 18, 2018 from <http://www.haber7.com/guncel/haber/332513-fatih-te-45-mahalle-tarih-oldu>
- Fetih kutlamalarında değişiklik. (2012, May 25). *NTV*. Retrieved October 18, 2018 from <https://www.ntv.com.tr/turkiye/fetih-kutlamalarinda-degisiklik,Cc3utrEABE6WL1I7jYb-Pw>
- Halbwachs, M. (1992). *On collective memory*. Chicago: University of Chicago Press.
- İstanbul Büyükşehir Belediyesi. (n.d.). *İstanbul Topkapı kent müzesi inşaatı*. Retrieved October 18, 2018 from <https://ibbqr.ibb.gov.tr/istanbul-topkapi-kent-muzesi-insaati/>

- Keightly, E. (2010). Remembering research: Memory and methodology in the social sciences. *International Journal of Social Research Methodology*, 13(1), 55-70.
- Law No 5366 Preservation by Renovation and Utilization by Revitalization of Deteriorated Historical Cultural Properties. (2005). TBMM.
- Mevlanakapı karakolu yıkılmaktan şimdilik kurtuldu. (2014, July 16). *Fatih Haber*. Retrieved October 18, 2018 from http://www.fatihhaber.com/mevlanakapi-karakolu-yikilmaktan-simdilik-kurtuldu_h564.html
- Nora, P. (1989). Between memory and history: Les lieux de mémoire. *Representations*, (26), 7–24. doi:10.2307/2928520
- Ocak, A. Y. (1998). Hidrellez. In *TDV: Türkiye diyanet vakfı İslam ansiklopedisi*. Retrieved October 18, 2018 from <http://www.islamansiklopedisi.info/dia/ayrmetin.php?idno=170314>
- Ortaç, S. (2010). *The monument upside down*. Dutch Art Institutue.
- Özer, D. N. (2010). Röportaj. In S. Ortaç (Ed.), *The monument upside down*. Dutch Art Institutue/ MFA ArtEZ.
- Özyürek, E. (2007). Introduction: The politics of public memory in Turkey. In E. Özyürek (Ed.), *The politics of public memory in Turkey* (pp. 1-15). Syracuse NY: Syracuse University Press.
- Perouse, J.-F. (2011). İstanbul kara surları: Şehrin imkansız belleği. In *İstanbul'la yüzleşme denemeleri, çeperler, hareketlilik, kentsel bellek* (1st ed., pp. 343-362). İstanbul: İletişim Yayınları.
- Suriçi Mahalleleri Yaşam Ve Dayanışma Derneği*. (n.d.).Timeline [Facebook page]. Retrieved October 18, 2018 from <https://www.facebook.com/pages/Suri%C3%A7i-Mahalleleri-Ya%C5%9Fam-Ve-Dayan%C4%B1%C5%9Fma-Derne%C4%9Fi/1397529716941628>
- Taptık, A. (2013, September 10). İki duvarın arasında bostan mı park mı? *Yapı*. Retrieved October 18, 2018 from http://www.yapi.com.tr/haberler/iki-duvarin-arasinda-bostan-mi-park-mi_112175.html
- Trouillot, M.R. (1995). *Silencing the past: Power and the production of history*. Boston: Beacon Press.
- Turan, E. (2015). *Gardens of resistance: Urban agriculture in the Yedikule market gardens, Istanbul*. (Master's Thesis, İstanbul Bilgi University, İstanbul, Turkey). Retrieved October 18, 2018 from <https://tez.yok.gov.tr/UlusalTezMerkezi/tezSorguSonucYeni.jsp>
- Yatır. (2012). In *Türk Dil Kurumu's online dictionary*. Retrieved October 18, 2018 from http://www.tdk.gov.tr/index.php?option=com_gts&arama=gts&guid=TDK.GTS.5b09345e319813.50671578

Yedikule b. (2013, July 9). *Yedikule 8 Temmuz 2013' daki tartışmalar* [Video File]. Retrieved October 18, 2018 from <https://www.youtube.com/watch?v=ghKdSRoMe0s>

Yeni Yedikule'de tartışmalı tören. (2010, May 6). *Haberler.Com*. Retrieved October 18, 2018 from <http://www.haberler.com/yeni-sulukule-de-tartismali-toren-2-haberi>

‘The Postmodern City in Crisis: The Ferguson Uprising’

Vera Ksiropita | veraksirop@gmail.com

National Technical University of Athens, School of Architecture

Abstract

The paper focus on Ferguson Uprising that took place in August of 2014 after the murder of Michael Brown, a black, unarmed teenager by a police officer. The research focus on the uprising moment and seeks to depict and conceptualize the dynamic connection between race and space in terms of representations, practice, symbolisms and transformations occurred during the contentious moment of the uprising. The focus on the dialectic relationship between 'city of enclaves' and the 'city of thresholds', attempts to highlight the spatio-temporal quality of threshold experience as a counter-example to the dominant enclave city.

Keywords:

Ferguson, Race, Urban Struggles,

The ‘city of enclaves’ vs the right to the city

The transformation of the city of order to the city of enclaves, represents a quite peculiar relationship amid chaos and order, in regards with the urban experience. The previous zones of order have now turned into an amalgam of spaces where simultaneously chaos and order alternate each other. The mutation of the urban ordering sometimes is positively received as phantasmagoric and appealing to the inhabitants of the postmodern city, constituting an ongoing process of endless promises and opportunities. Likewise, the habitation of the urban landscape is dominated by individualized experiences which are overwhelmed by a range of captivating risks (Stavrvides,2010b).

Which are the structural rules that fashion this peculiar urban order? A new form of relationship between chaos and order is prevailed and it is strong related with the city which promotes social discrimination and exclusion. Undoubtedly, the *city of enclaves* is simultaneously the cause and the result of a neoliberal function of governing, targeting and resulting to a disorganized urban paradigm. Thus, the ideal *city of the past* where general rules dominated, is now transformed to the city of enclaves where the bone of the conflict is the implementation of a manageable access in a definite territory rather an all-embracing governing.

Therefore, the fragmentized experience of the city of enclaves is usually depicted as situated urban ordering, occurring in concrete locus, as for instance happens in the gated communities, protecting from the unpredictable and hostile urban chaos emerged outside the protected locus. These disorganized urban experiences, sometimes received as hostile, other as unpredictable, thus insecure. Ghettos are a dominant example of hostile and

unpredictable urban space, in which, most of the times, the state intervenes as it would be a foreign state (Stavrides, 2010b).

The multifarious peril of such gated communities must be controlled in order to prevent its contagious practices of habitation. Hence, the state intervenes only to establish order and security. According to the same perspective, the state also forms concrete spaces of interest which is close related with the concept of civilians and not civilians (Stavrides, 2010b). This range of state's interest promotes the exception than the regulation, an exception which is at last a permanent condition (Agamben, 2005).

This urban disorganization affects in high level the habitants of the city of enclaves. The controlled accessibility which is the dominant criteria of the participation at the urban space along with the transient performativity of identity, shapes a landscape of control and exclusion, holding together the myth of the apparent continuity of the city (Stavrides, 2010b). The selective nature of the identities of accessibility is strongly connected to the discriminative and exceptional right of use. Hence, the perspective of an individual preserve, in regards with the everyday urban experience, focusing on precise spaces of distinct rules and rights, which are not corresponded to a general notion and sense of right. In particular, there is no a homogenous sense of law which could hold the city as the space of order, nevertheless, local rules and protocols of use, fashion the urban landscape as an archipelago of limited predictability and a non-continuous fragmentation of identities and spaces (Stavrides, 2010b). This is the fundamental differentiation among the *city of order* and the *city of enclaves*: the city of order depicts the city of law, whereas the city of enclaves unfolds as the city of exception. In fact, the state does not recognize the right to the city, on the contrary, intervenes in local fashion in order to establish security, and consequently, exclude by creating assemblages of enclosure. As a result, enclaves of exile are emerged in the urban landscape, which quite often are not even represented in a map (Stavrides, 2010b), in these discriminative spaces the state advances, when it is urgent and necessary, to actions of control, restriction and limitation.

This urban transformation activates normative social discriminative forms as a result of a functional paradigm of neoliberal disorganization. Imagine, a postmodern message derived from the state concerning the chaotic and attractive predictability of the urban built environment. A message, though, which is connected to a wide but firm, stable, normative and institutionalized variety of social identities. This versatile face of the city of enclaves is opposed to the repetitiveness and predictability of the social organization which distinguish the city of zones.

The bio-political mechanisms the state uses to operate across space and time, reinsure the continuity and the security within the urban landscape, whereas the accessibility of space is evaluated periodically via temporary identities which nevertheless permit or no, to the users of the urban space to adopt concrete rules and practices. Those practices are corresponded to temporally and spatially limited regulations, then specific protocols of use are activated within concrete enclaves, underpinning adoptions or resignations of social and political rights. Hence, the suspension of these rights rendered concrete social groups exiled in liminality and exclusion, practically constituting spatial displacements, the state shapes territories of power and territories of exile and exclusion, establish the exception of the identities as regulation. Within these boundaries the state's violence is legitimized (Stavrides, 2010b).

In these spaces of control, the inhabitants of the city, are users and simultaneously buyers of standardized, appealing and original experiences. It is easily understood that behind the chaotic kaleidoscope of experiences, there is a tightly planned structure of the urban environment followed by specific patterns of behavior in the city. These mechanisms along with patterns of behavior and navigation, are reflected the fashion in which the urban space is inhabited. In parallel, occurs the exclusion of spaces where concrete practices of inhabitation threaten the fragile equilibrium of this paradoxical urban ordering. Invisibility is the continuous constituent of these governmental policies, invisibility which often is succeeded by violence activating and revealing a polarized relationship between the state and the excluded communities. In these occasions, the state advances to turbulent actions in the name of the state of exception as would be in a hostile state.

Nevertheless, within these assemblages of enclosure new forms of resistance are emerged and they are strongly connected to emancipatory contentious collective actions.

Rioting and violent protest in the city of enclaves

Crucial form of contentious politics consists the violent protest or rioting. The main characteristic of this form of contentious collective action, is the little organizational and logistic cost the violence protest involves (Seferiades & Johnston, 2012). Indeed, the abrupt and agitating visibility of violence, ruptures the urban ordering, whereas, most of the time is quite difficult to sustain this particular form of protest. In spite of that fact, the literature often contains narratives that analyze and describe violent protest either through ideological patterns, either via psychopathological lens (Seferiades & Johnston, 2012). Whereas contentious politics research agenda focus on the critical and ongoing contention between the grassroots movements and the oppressive state apparatus. Furthermore, politics is about a contentious condition which aims to institutional transformations, whilst, social movements concern assertive collective actions reflecting networks of concrete ideas, social and cultural values and framed political discourse and actions in a continuous interaction with the established institutional environment. As Frances Piven (2012) has pointed out, is of high importance to understand the meaning violence sometimes plays in the power strategies of the movements, and also in efforts by elites to marginalize and repress contentious practices from below-

Distinct dimensions on which theory of contentious politics rely on are social classes, ethnicity, race, generation, space, gender, those are pertinent to the social movements, the last decades much attention have been paid to the social movements emerged in urban environment, bringing into light urban forms of precariousness such as segregation, concerning concrete parts of low-income population. Segregation as an oppressive mechanism unfold in a variety of forms, and it might be addressed as the common ground of the dimensions the theory of social movements analyze. According to M. Oberti (2008), segregation is a favorable condition for riots because of the concentration in the space of all the characteristics, which are perceived as object of discrimination.

Urban space and social movements: an interdisciplinary perspective

Traditionally, urban space is received as the container of social, political and cultural action, as a result, the particular space where social movements unfold, have been conceptualized as the receptor of these actions. In this context, social movements are located in a concrete space arrangement. These structural space taxonomies are very often described and analyzed as walled spaces, and everything exists outside of these enclosed spaces is received as hostile. Nevertheless, it is of crucial meaning to comprehend space as the molder of social conflicts (Stavrides, 2010a), hence, contentious collective actions exert transformative qualities on the city. This assumption manifests that the production of space which take place during the emergence of urban conflicts transforms the city from locus to a mirror (Stavrides, 2010a). In this context, the city becomes the mirror that reflects the multifarious range of social and political values at stake, since, movement actors as both users and creators of urban space by reclaiming city's space, actually reclaiming the potentiality to produce new forms of spatial conditions (Stavrides, 2010a).

Emphasizing on the idea of social crafted space, essentially, focus on the concept of spatiality, which “describe conditions, qualities and characteristics of space, *spatiality* in other words describes ways to perform space rather than spaces as concrete arrangements of physical elements” (Stavrides, 2010a, p.4).

The critical acknowledgement of space as spatiality, promotes the concept of a space that contains and is being contained by the society, this is precisely why space is fundamentally political space (Vaiou & Chatzimichalis, 2012). Meanwhile, the nexus between society, contentious collective actions, and urban space, reveals via everyday practices, the continuous endeavors the individuals make, in order to give shape to their history and produce their material, relational, symbolic and lived spaces (Vaiou & Chatzimichalis, 2012). In this perspective, the contentious politics theory could be interdisciplinary enriched impacting the new challenges emerged from the scientific analysis of urban struggles.

Ferguson Uprising 2014: Rupturing the urban taxonomies of racial segregation

Ferguson uprising synthesizes all those components that reveal the occurring crisis in the city of enclaves.

Ferguson is an inner-ring suburb located in the county of St. Louis, Missouri. In August 9, 2014, unarmed black teenager, Michael Brown, was shot and killed by white police officer, Darren Wilson. Brown's dead body was lying in the middle of Canfield Drive for more than four hours, a despicable fact that grew the public outrage. The gruesome scene urged the neighbors to communicate the incident to the local new stations and share images and videos of the murder on Twitter and Facebook, spreading the news nationwide. The story of the murder soon revived the enduring issue of racial inequality and the violent tactics police used to treat with the black community.

The murder of Michael Brown ignited massive protests with the main demands of racial justice and equality. Police answered with violence, imposed a curfew, used tear gases and prevented the protesters from stay in one location. Rapidly, the news from what was happening in Ferguson dominated the new nationwide, and many activists from around the country joined the protests and offered valuable assistance to the insurgent habitants of Ferguson. The protestors took to the streets for more than a year and that was a very critical moment for the emergence of the Black Lives Matter Movement, mainly because the uprising gained media attention and credibility (Touré, 2017). Since Ferguson, the Black Lives Matter Movement has turned into a modern civil rights movement (Garza, 2014), that payed attention to the police violence as a critical part of an institutional and systemic problem. From the moment the uprising sparkled around forty recognized chapters emerged in US, the movement succeeded to gain recognition internationally, with chapters spread in UK, Africa and Australia (Bowen, 2016; University of Hertfordshire, 2018; Ndeye, 2016). Furthermore, other groups and organizations declared their support to the movement, groups that mostly stranded for the same values such as diversity, globalism, being queer, transgender - affirming, unapologetically black (Garza, 2014).

The murder of Michael Brown revealed a complex of several urban and suburban ills, such as constant racial and economic segregation, the racial exclusion from social services, police brutality and violence, and the extremely limited civil rights of Black Americans. The dramatic growth of the inequalities over the years has also unveiled the aggregated results of long-lasting period of austerity. Neoliberal governing policies implemented by a fragmented local government as of Ferguson's, simply uncovers the neoliberal crisis of American Cities (Gordon, Hayward, 2016; Johnson, 2015; Gordon, 2014). Often, in the old suburb of Ferguson, it is the police department that takes on the responsibility to control the most precarious groups of the citizens, by extracting from them unreasonable fines, for irrational though, 'delinquent' actions (Cahill, Stoudt, Torre & Researchers for Fair Policing, 2015).

The making of Ferguson (Rothstein, 2014), constitutes the outcome of a fragmented urban landscape, in this case, the fragmentation of the metropolitan region of Saint Louis took place during the middle of the 20th century. To specify, by 2010, hundreds of incorporated municipalities and eighteen counties in two states have been made, that metropolitan and jurisdictional fragmentation is simultaneously about an artifact and a mechanism of racial segregation (Gordon, 2014). In particular, racial discrimination emerged by local private segregative policies along with the institutional urban policies of austerity, that constructed ghetto communities usually overpopulated, without resources, inhabited by marginalized and excluded social groups. Gated communities are connected with the history of the oppressive policies the state implemented to Black Americans, since the era of slavery (Zipf, 2016). Evidently, via practices such as redlining, federal and economic policies create "invisible boundaries that became visible through human violence" (Zipf, 2016). Furthermore, public housing policies depicted in the build environment, reveal the racial dimension of the architectural and urban design. Those spatial separations were critical part of a continuous and complex apparatus of the subjugation of black communities. There is a strong nexus among the social construction of the build environment and the social construction of racial identities. In fact, "the ideological operation through which the construction of racial identities and the construction of the build environment are and have been intertwined" (Harris, 2013 para.3).

In this context, the murder of Michael Brown, it must be understood as the outcome of the correlation amidst spatial, legal and social racial-based politics and practices (Gordon & Hayward, 2016; Massey, Tenhoor & Korsh, 2015). This amalgam of controlling and restraining Black Americans is essentially about the bio-politicization of black lives. Indeed, the New Jim Crow practices (Michelle, 2012) that exclude and segregate along with the bio-politicization of policing by introducing profit gaining and data-driven analytics into police strategy have exercised control over black people historically. “Intrusive screening and intervention are too often daily realities for young people of color” (Sperry, 2015 para. 4): Is about a pervasive incarceration complex which extended beyond prisons to the urban environment focusing in the main, on the concepts of self - surveillance and fear: Idealizing self-policing society as the very image of the future city of control (Knoblauch, 2015).

The way the streets of Ferguson were claimed the night of the murder and after, have raised some critical questions about the suburban rioting as a new image of claiming the public space. Ferguson mirrors the changes suburbs have been sustained through the years. Moreover, Ferguson was first designed nor as a pedestrian friendly neither as suitable for public gathering but unexpectedly people took over the streets to demonstrate and protest against police injustice and brutality (Harris, 2015).

Suburbia, mainly in North America, has been idealized as an open space, on the contrary though, this is the basic key that leads to dramatic erosion of public spaces, along with a concrete economic and political agenda of embodied separating typologies:

Private not public spaces are emerged, separating people and rupturing the social process and proximity. Besides, the history of American suburbia is significantly associated with “the rationale of an heteronormative gender performativity” (The Funambulist, 2015b, para.2)

Those normative typologies define not only the existence of the political bodies but also prevent the emergence of a society that is not based nor promote economic production (The Funambulist, 2015b). The making of suburbs such as Ferguson, aimed to the interruption of public space, long distance infrastructures that, such as the development of highways, actually aimed at the prevention of “free gathering of people being too hazardous and uncertain for the system” (The Funambulist, 2015a para.4). The pathology of suburban construction is connected with the fragmentation of the metropolitan landscape, the flux of space, and the patchwork (Gordon, 2014) fashion in which the city is transformed historically. Hence the anticipation of the identities and the pattern of behavior is essentially constituted by segregating processes of control. The violent suppression of the police in Ferguson reflected precisely the racist origin of these security apparatus. The way the streets of Ferguson were claimed, proved that within these assemblages of control, individuals challenge symbolically and imaginary the urban ordering. That shared collective experience reflected the connection amidst state racial repression apparatus and the African American past and present mobilization (Murch, 2015).

Ferguson mirrored the shared memories of old and young African Americans reflected the shared imaginaries of hope for the future. Ferguson’s uprising aftermath indicates the long-lasting substructure of white supremacy, and the violent tactics state used to release against African Americans since the era of the civil rights movement. The body of Michael Brown left by the police in the street for almost four hours urging the residents of Canfield Green

to spread the unspeakable news beyond Ferguson, globally. The ancient drama of Sophocles, *Antigone*, inspired the professor and the colleagues of Michael Brown, so to describe the devastating and desecrating end of his body. Likewise, in the ancient greek dramaturgy, *Antigone* requested to bury the body of her dead brother Polynices, whereas king Creon denied her to accomplish her holy duty. The ancient drama symbolizes the division among law enforcement and community, meanwhile, “the violence in greek tragedies is about to helping the community come to terms with the violence they have experienced and the violence they have perpetuated” (Mandell, n.d. para. 3).

The African American community of Ferguson was a witness of police violence, and by taking the streets to communicate the mourning of the innocent teenager, and also to social metabolize their traumatic experience against the brutal tactics of law enforcement. The participation in the demonstrations unveiled not only the dynamic of the persistence and the commitment to struggle the participants had, but also indicated the transformation of Ferguson as site of protest via the mobilization. Ferguson constituted a watershed, because a new generation of African Americans decided to take the history of the civil rights movement forward: a moment that transformed to a movement (McBride M. & McBride, 2015). Furthermore, the international diffusion of the movement along with the imaginative performances on the streets of Ferguson, transfused new qualities to Ferguson as a contentious space, with the participants essentially transmute their prior graceless neighborhood to a space where the hope of challenging and changing the given urban ordering to a porous ‘city of thresholds’ is feasible.

Uprising as a threshold

Ferguson uprising evolved to a diverse, imaginative and inventive reclaim of public space. Ferguson as the extension of a patchwork metropolis, became the salient stake of the conflict. As a matter of fact, Ferguson from a stronghold of historical racial segregation became a porous space where new forms of encounters emerged. Local activists reclaiming Ferguson via inventive and emancipating initiatives by employing their own organizing means. The protagonists produced new forms of encountering via collective actions, such as the occupation of the streets of the municipality, and the transformed the space as an ‘oeuvre’ of collective memory, shared the common claims about justice and racial equality. Furthermore, managed to articulate a discourse against the given spatial ordering by producing new spatial conditions. Emancipation as a process, embodied to imaginary creations of neighborhood meeting areas where the community organized actions and cultural events, such as the occupation of the opera house in St. Louis, where a group of activists, paraphrasing the wide known chorus of the song “Which side are you?” Said: *“Which side are you on friends? Which side are you on? Justice for Michael Brown friends. Justice for us all.”* (Murch, 2015, para.5)

The obstruction of the normative function of the city the activists succeeded, with the risk of their lives, was a new form of perform and practice space, a critical action that fundamentally affects the outcome and the form of the conflict (Stavrides, 2010b). Those emergent spatialities tend to depict “the way the activists of Ferguson imagine spaces that will house the life they fight for” (Stavrides, 2010b). The Black community of Ferguson was excluded from that right for years. In addition, the participants via concrete repertoires of action, succeeded to escape the segregating characteristics and spread those actions and its contentious message all over the country. From the

siege of the local police department to the interception of the traffic and from the organized memorials, to the international solidarity campaigns: actions in Ferguson were unexpected, multifarious, unforeseeable.

Michael's Brown death reflected the vulnerability the young inhabitants of Ferguson suffered for years. Undoubtedly, youth and women were the protagonists of the uprising, a promising fact the emergent movement incorporated. The difference between the 'Black Lives Movement' and the Civil Rights Movement was first's attention to intersectionality. The movement focus on women and others on the margin, stress the importance to be inclusive because the racial division in the country reinforces gender inequalities too. This umbrella of oppressive non-identities was challenged to the core during the Ferguson Uprising, as Holloway (2002), pointed out: "emancipation effectively is no to emancipate an oppressed identity but rather an oppressed not identity". Marginalized participants had the opportunity to express themselves in a way that is not compatible to the state's normative, situated and imposed identities. Moreover, emancipating identities are strongly connected with emancipating spatialities, indeed, the transformation of the space occurred during the diffusion of the contentious actions, gave forms to social practices (Stavrvides, 2010b), underlying the diversity of space. The conceptualization of urban space as heterogeneous is opposed to the city as a homogeneous space of justice that promotes the regularity of social reproduction. Therefore, emancipating spatialities would spread spatialities of otherness (Stavrvides, 2010a).

The participants of the uprising, inventively, challenged the formation the social reproduction requisites, simultaneously defied imaginary and -practically- the inculcated patterns of social interaction by taking the streets and reclaim their own spatiality, their own way to perform, inhabit and practice space. The participants used the space in a completely different way they used to, expressing their opposition to police brutality and the racial segregation policies. The utilization of space signifies not only the transformation of space but the emergence, even ephemerally, of new identities (Stavrvides, 2010b). The imposed and situated racial identities endured serious criticism, for having formulate and situate fixed identities. The passage from the secluded identities to the potentiality of open identities, challenge social reproduction indicates an urban porosity.

The emancipating spatialities the inhabitants of Ferguson performed created an in-between space where new encounters occurred, and marginalized non-identities created a porous space. That flux space created for open conversation between freely expressed identities, substantially turned against corroborative practices. Indeed, the participants worked together furthering the ground for solidarity and interdependence. "A 'city of thresholds' might be the term to describe a spatial network that provides opportunities of encounter, exchange and mutual recognition" (Stavrvides, 2002, p. 49). City of thresholds might be the counterexample of the city of enclaves, the city that agglomerates identifying enclaves (Marcuse & Van Kempen, 2002). Uprising's inhabiting experience functioned as a temporary urban workshop, a spatiotemporal catalytic experience that gave birth to a movement. Activists' efforts united under the common cry "no to create neighborhoods for some but rather communities for all"(McBride & McBride, para.6). The qualities of that experience blended collective memories from the past and dreams about the future, the inheritance Ferguson left reproduced and spread the message these qualities emphasized.

The Paramount point of the uprising was that the porous space emerged highlighted not only a means of reclaiming space but a new opportunity for the Black Community to develop techniques of psychological healing and a means of reimagine aesthetic expression, in regards with the architecture theory and practice, the education and the everyday practices (Massey et al, 2015). The Ferguson uprising became one more testimony of the way the Black Community struggled to occupy the sense of the community lived space, a sense that the racial-based built heritage constantly blocked.

References

- Agamben, G. (2005). *State of Exception*. Chicago, IL: The University of Chicago Press.
- Bowen, D. (2016). "Why Black Lives Matter is a global Issue." *Global Citizen*. Accessed: May 20, 2018, <https://www.globalcitizen.org/fr/content/black-lives-matter-movement-uk-europe/>
- Cahill, C., Brett, G., Stoudt, G., Torre, M. & Researchers for Fair Policing. (2015). "Fair Policing for the Fair City?" The Aggregate website (Not Peer Reviewed), Volume 2, March, 2015. Accessed October 9, 2018, <http://www.we-aggregate.org/piece/fair-policing-for-the-fair-city>.
- Garza, A. (2014, December 6). A Herstory of the #BlackLivesMatter Movement, Accessed May 22, 2018, BlackLivesMatter.com.
- Gordon, C. (2014). *Patchwork Metropolis: Fragmented Governance and Urban Decline in Greater St. Louis*, Saint Louis University Public Law Review, Vol. XXXIV:51 Accessed May 10, 2018, http://law.slu.edu/sites/default/files/Journals/colin_gordon_article.pdf
- Gordon, C., Hayward, C. (2016, September 8). The Murder of Michael Brown, How Regional inequities and a local fiscal crisis conspired to kill Michael Brown two years ago today. *JACOBIN*. Accessed May 1, 2018, <https://www.jacobinmag.com/2016/08/michael-brown-ferguson-darren-wilson-policing/>
- Harris, D. (2013, July 25). Race, Space, and Trayvon Martin [Blog Post]. Accessed May 10, 2018), <http://www.sah.org/publications-and-research/sah-blog/sah-blog/2013/07/25/dianne-harris-race-space-and-trayvon-martin>
- Harris, D. (2018). "The Rights to the Suburb," The Aggregate website(Not Peer Reviewed), Volume 2, March, 2015. Accessed October 9, 2018, <http://www.we-aggregate.org/piece/the-rights-to-the-suburb>.
- Holloway, J. (2002). *Change the World without Taking Power*. London: Pluto Press.

- Johnson, W. (2015, April 26). "Ferguson's Fortune 500 Company, Why the Missouri city - despite hosting a multinational corporation - relied on municipal fees and fines to extract revenue from its poorest residents", *The Atlantic*. Accessed May 10, 2018 <https://www.theatlantic.com/politics/archive/2015/04/fergusons-fortune-500-company/390492/>
- Knoblauch, J. (2015). "Defensible Space and the Open Society". The Aggregate website (Not Peer Reviewed), Volume 2, March, 2015. Accessed October 9, 2018, <http://www.we-aggregate.org/piece/defensible-space-and-the-open-society>
- Mandell, J. (2017, August 3). "Antigone in Ferguson: Dramatizing the Divide between Law Enforcement and Community. Retrieved from HowlRound, May 20, 2018, <http://howlround.com/antigone-in-ferguson-dramatizing-the-divide-between-law-enforcement-and-community>
- Marcuze, P., Van Kempen, R. (Eds.), (2002). *Of States and Cities. The Partitioning of Urban Space*. Oxford, Oxford University Press,
- Massey, D. (2005). *For Space*. London: Sage
- Massey, J., TenHoor, M., Korsh, S. (2015) "Black Lives Matter," The Aggregate website (Not Peer Reviewed), Volume 2, March, 2015. Accessed October 9, 2018, <http://www.we-aggregate.org/piece/black-lives-matter>
- Michelle, A. (2010). *The New Jim Crow: Mass Incarceration in the Age of Colorblindness*. New York: New Press.
- Murch, D. (2015, May 8). "Ferguson's Inheritance". *Jacobin*. Accessed May 10, 2018, <https://www.jacobinmag.com/2015/08/ferguson-police-black-lives-matter/>
- Ndeye, M. (2016). "Does Black Lives Matter have a place in Africa?" *True Africa*. Accessed August 12, 2018, <https://trueafrica.co/article/do-black-lives-matter-protests-have-a-place-in-africa/>
- Oberti, M., (2008). "*The French republican model of integration: The theory of cohesion and the practice of exclusion*". In *Wiley Online Library*. Accessed May 25, 2018, <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/yd.273>
- Pastor McBride, M., McBride, B. (2015, September 24). "Ferguson Uprising: From a Moment to a Movement". *The Huffington Post*. Accessed May 18, 2018, https://www.huffingtonpost.com/pastor-mike-mcbride/ferguson-uprising-from-a-b_8189742.html

- Peck, J. (2015) *Austerity Urbanism, The Neoliberal Crisis of American Cities*. New York. Rosa Luxemburg City Series. Volume 1. Retrived May 10th, 2018 http://www.rosalux-nyc.org/wp-content/files_mf/peck_austerity_urbanism_eng93.pdf
- Piven, F. (2012). The outcomes of political violence: ethical, theoretical and methodological challenges. In Seferiades, S., Johnston, H. (Eds). (2012). *Violent Protest, Contentious Politics, and the Neoliberal State*. London: Routledge.
- Rothstein, R. (2014). "The Making of Ferguson: Public Policies at the Root of its Troubles." *Economic Policy Institute*. Accessed May 22, 2018, <https://www.epi.org/publication/making-ferguson/>
- Simmel, G. (1997). "Bridge and Door". In N. Leach (Ed.), *Rethinking Architecture (pp 66-69)*. London: Routledge
- Sperry, S. "Is 'Justice Architecture' Just?," The Aggregate website (Not Peer Reviewed), Volume 2, March, 2015. Accessed October 9, 2018, <http://www.we-aggregate.org/piece/is-justice-architecture-just>.
- Stavrides, S. (2010a). "The December 2008 youth uprising in Athens: spatial justice in an emergent 'city of thresholds'". [« La révolte de la jeunesse athénienne de décembre 2008 : la justice spatiale dans une "ville des carrefours" émergente» Traduction : Frédéric Dufaux]. Accessed May 20, 2018, <https://www.jssj.org/wp-content/uploads/2012/12/JSSJ2-10en1.pdf>
- Stavrides, S. (2010b). *Suspended places of Alterity (in greek)*. Athens: Alexandria.
- Stavrides, S. (2002). *From the City-Screen to the City-Stage (in Greek)*. Athens: Ellinika Grammata.
- Stavrides, S. (2007). Heterotopias and the Experience of Porous Urban Space. In K. Frank & Q. Stevens (Eds.), *Loose Space: Possibility and Diversity in Urban Life (pp. 174-192)*. London: Routledge.
- University of Hertfordshire. (2018). "University of Hertfordshire launches new module in light of the #BlackLivesMatter activist movement." *University of Hertfordshire*. Accessed: May 4, 2018, <https://www.herts.ac.uk/about-us/news/2018/may/university-of-hertfordshire-launches-new-module-in-light-of-the-blacklivesmatter-activist-movement>
- Vaiou, D., Chatzimichalis, K. (2012). *Space in Left Thought, (in greek)*. Athens: Nisos.
- Wiley, A. (2018). "Schools and Prisons." The Aggregate website (Not Peer Reviewed), Volume 2, March, 2015. Accessed October 9, 2018, <http://www.we-aggregate.org/piece/schools-and-prisons>.

- Zipf, C. (2016). The Architecture of American Slavery: Teaching Black Lives Matter Movement to Architects. *Radical Teacher A Socialist, Feminist, And Anti-racist Journal on the theory and practice of Teaching*, vol. 106. doi: 10.5195/rt.2016.304. Accessed May 10, 2018, <http://radicalteacher.library.pitt.edu/ojs/index.php/radicalteacher/article/view/304/235>
- Touré. (2017, December 7). A Year Inside the Black Lives Matter Movement, How America's new generation of civil rights activists is mobilizing in the age of Trump. *Rolling Stone*. Accessed May 10, 2018, <https://www.rollingstone.com/politics/news/toure-inside-black-lives-matter-w513190>
- The Funambulist. (2015a). Students/The Suburban Project by Nic Axel. *The Funambulist Magazine*, June, 2015. Accessed May 8, 2018, <https://thefunambulist.net/architectural-projects/students-the-supurban-project-by-nick-axel>
- The Funambulist. (2015b). "Weaponized Architecture, From the Highway to the Pill: Counter - History of the American Suburbia". *The Funambulist Magazine*, September, 2015. Accessed May 20, 2018, <https://thefunambulist.net/architectural-projects/weaponized-architecture-from-the-highway-to-the-pill-counter-history-of-the-american-suburbia>

